

**UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES
PRÓ-REITORIA DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CÂMPUS DE FREDERICO WESTPHALEN – RS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

DAYANA PEREIRA CORDEIRO

**A ESTRATÉGIA DA BUSCA ATIVA PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR NO
ENSINO MÉDIO: ESTUDO DA POLÍTICA PÚBLICA FICAI EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DE RONDONÓPOLIS-MT**

FREDERICO WESTPHALEN – RS

2025

DAYANA PEREIRA CORDEIRO

**A ESTRATÉGIA DA BUSCA ATIVA PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR NO
ENSINO MÉDIO: ESTUDO DA POLÍTICA PÚBLICA FICAI EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DE RONDONÓPOLIS-MT**

**Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre, pelo Curso de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em Educação
– Mestrado em Educação, do
Departamento de Ciências Humanas, da
Universidade Regional Integrada do
Alto Uruguai e das Missões – Câmpus
de Frederico Westphalen – RS.**

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Moll.

FREDERICO WESTPHALEN – RS

2025

DAYANA PEREIRA CORDEIRO

**A ESTRATÉGIA DA BUSCA ATIVA PARA A PERMANÊNCIA ESCOLAR NO
ENSINO MÉDIO: ESTUDO DA POLÍTICA PÚBLICA FICAI EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DE RONDONÓPOLIS-MT**

**Dissertação de Mestrado apresentada
como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre, pelo Curso de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em Educação
– Mestrado em Educação, do
Departamento de Ciências Humanas, da
Universidade Regional Integrada do
Alto Uruguai e das Missões – Câmpus
de Frederico Westphalen – RS.**

Frederico West., 17 de dezembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jaqueline Moll (Orientadora)

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Profa. Dra. Ângela Maria Chuvas Naschold

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Profa. Dra. Edite Maria Sudbrack

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

À Deus, que me sustenta e fortalece todos os dias.
Aos meus filhos e a minha família, minha base e inspiração diária.

AGRADECIMENTOS

À Deus, em primeiro lugar, pela oportunidade de vivenciar este propósito e realizar este sonho.

Aos meus filhos, Carlos Vinícius, Sofia e Júlia, e à minha nora Geovanna, que é mais do que uma nora, é uma filha para mim. Vocês iluminam meus dias, me inspiram a seguir em frente e dão sentido a cada conquista desta caminhada. Minha gratidão e meu amor por vocês são infinitos.

Aos meus pais, Oscar e Rosana, por todo o ensinamento e pela base que me proporcionaram. A vocês devo tudo: valores, força, coragem e cada passo desta trajetória. Obrigada por me sustentarem com amor, mesmo de longe.

Ao meu esposo Vanderley, pelo amor, parceria incansável, paciência nos momentos mais difíceis e por todo o apoio emocional, material e afetivo que me sustentou ao longo deste percurso. Minha gratidão por caminhar comigo, acreditar em mim e ser meu porto seguro.

Aos meus irmãos, Drielle e Dionathan, meu sobrinho Allonso, aos cunhados, Isabelli e João Vitor, ao meu avô Leonardo e à minha sogra Laura, cuja presença, mesmo à distância, sempre me alcançou em forma de amor, incentivo e cuidado. Morarmos longe jamais diminuiu a força do nosso vínculo e sou profundamente grata por todo apoio e afeto que de vocês recebo.

À minha grande amiga Rose, que assim como outras amigas, mesmo distante, sempre esteve presente de alguma forma. Durante toda esta jornada, marcada por desafios, cansaços, alegrias, superações e muito aprendizado, vivi momentos que trouxeram amadurecimento e fortaleceram laços, inclusive com novas amizades.

Dedico um agradecimento especial à minha orientadora, Jaqueline Moll, pelo acompanhamento atento, pela dedicação, pelo humanismo e por ser essa pessoa espetacular e admirável.

Estendo também minha gratidão à Chanauana, pela assessoria cuidadosa, por acompanhar todo o processo de escrita, tirar dúvidas, incentivar e se mostrar uma grande mulher, profissional e amiga.

Agradeço, com muito carinho, à minha amiga e parceira de mestrado, Loreci. Foram tantos momentos de desabafo e ansiedade, mas, acima de tudo, de força e persistência para vencermos e alcançarmos nossos objetivos.

A todos os professores e equipe da instituição URI, deixo meu reconhecimento.

Ao Instituto IBG, em especial ao Juarez, pela acolhida e pela oportunidade.

À equipe da Escola Elizabeth, pela autorização e colaboração na aplicação dos questionários.

Aos professores avaliadores da banca, Ângela e Daniel, minha profunda gratidão pela disponibilidade, pelo tempo dedicado à leitura do trabalho e por todas as valiosas contribuições. Vocês são exemplos de profissionais e pessoas; agradeço por todo apoio e confiança.

Por fim, agradeço também a todos da minha escola, que, com amizade, parceria e palavras de incentivo, contribuíram para que eu mantivesse força e motivação ao longo desta jornada.

“O direito à educação não se resume ao acesso à escola, mas à permanência e ao êxito escolar, garantindo condições dignas de aprendizagem”.

(Carlos Roberto Jamil Cury)

RESUMO

Este estudo analisa a Busca Ativa como estratégia para a permanência escolar de estudantes do ensino médio, tendo como *lócus* uma escola pública estadual da cidade de Rondonópolis, Mato Grosso. Considerando a evasão escolar como fenômeno complexo e multifatorial, investigou-se como instrumentos institucionais, em especial a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), vêm sendo utilizados na garantia do direito à permanência. O objetivo geral da pesquisa foi analisar a implementação da Busca Ativa no ensino médio, com foco no uso da Ficha FICAI, compreendendo seus fluxos, limites e potencialidades na garantia da permanência escolar, a partir da análise documental e das percepções das equipes pedagógica e psicossocial da escola estudada. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, configurando-se como estudo de caso. A coleta de dados ocorreu por meio de análise documental e aplicação de questionários junto às equipes pedagógica e psicossocial da Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, sendo os dados analisados pela técnica de Análise de Conteúdo. Os resultados revelam que a Busca Ativa é amplamente reconhecida pelos profissionais como política essencial para prevenir a evasão e assegurar o direito à educação, alinhando-se aos marcos legais e às concepções de autores estudiosos da área. Contudo, a pesquisa evidencia a existência de fragilidades estruturais que limitam sua efetividade, tais como contatos familiares desatualizados, desmotivação estudantil, vulnerabilidades socioeconômicas e emocionais, além da baixa participação das famílias no processo educativo. Verificou-se que a FICAI, embora necessária para registro e sistematização das ações, sofre com instabilidade, burocratização e, sobretudo, ausência de retorno consistente da rede de proteção (Conselho Tutelar, Ministério Público, CRAS/CREAS). A atuação pedagógica e psicossocial mostrou-se fundamental no acolhimento, na mediação de conflitos, no diálogo com estudantes e na reconstrução de vínculos, embora marcada por sobrecarga e insuficiência de recursos humanos. Os achados confirmam que a evasão escolar não se resume ao afastamento físico da escola, mas à ruptura de vínculos simbólicos e à fragilidade das Redes Vinculares Comunicativas. Assim, a pesquisa demonstra que a Busca Ativa possui potencial transformador, mas depende de condições institucionais, intersetoriais e humanas para gerar resultados sólidos. Conclui-se que fortalecer a articulação entre escola, família e rede de proteção, aprimorar o sistema FICAI e ampliar o suporte psicossocial são medidas essenciais para tornar a política mais efetiva. Espera-se que este estudo contribua para o aprimoramento das políticas públicas educacionais voltadas à permanência escolar, reafirmando o compromisso coletivo com uma educação pública de qualidade social e com a garantia de que nenhum estudante seja deixado para trás.

Palavras-chaves: Direito à educação; ensino médio; evasão escolar; Busca Ativa Escolar; FICAI.

RESUMEN

Este estudio analiza la Búsqueda Activa como estrategia para la retención escolar de estudiantes de secundaria, con énfasis en una escuela pública estatal de Rondonópolis, Mato Grosso. Considerando la deserción escolar como un fenómeno complejo y multifactorial, la investigación investigó cómo se han utilizado los instrumentos institucionales, especialmente el Formulario de Comunicación de Absentismo Estudiantil (FICAI), para garantizar el derecho a la permanencia escolar. El objetivo general de la investigación fue analizar la implementación de la Búsqueda Activa en la escuela secundaria, con énfasis en el uso del formulario FICAI, comprendiendo sus flujos, limitaciones y potencial para garantizar la retención escolar, con base en el análisis documental y las percepciones de los equipos pedagógicos y psicosociales de la escuela estudiada. La investigación adoptó un enfoque cualitativo, de naturaleza exploratoria y descriptiva, configurándose como un estudio de caso. La recolección de datos se realizó mediante el análisis documental y la aplicación de cuestionarios a los equipos pedagógicos y psicosociales de la Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, y los datos se analizaron mediante la técnica de Análisis de Contenido. Los resultados revelan que la Búsqueda Activa es ampliamente reconocida por los profesionales como una política esencial para prevenir el abandono escolar y garantizar el derecho a la educación, en consonancia con los marcos legales y las concepciones de los autores que estudian el área. Sin embargo, la investigación destaca la existencia de debilidades estructurales que limitan su efectividad, como la falta de contacto familiar, la desmotivación estudiantil, las vulnerabilidades socioeconómicas y emocionales, y la baja participación familiar en el proceso educativo. Se encontró que el FICAI (Formulario Individualizado de Información y Comunicación), si bien necesario para registrar y sistematizar acciones, adolece de inestabilidad, burocratización y, sobre todo, de falta de retroalimentación consistente de la red de protección (Consejo de Tutela, Ministerio Público, CRAS/CREAS). La acción pedagógica y psicosocial resultó fundamental para la acogida, la mediación de conflictos, el diálogo con los estudiantes y la reconstrucción de vínculos, aunque marcada por la sobrecarga y la insuficiencia de recursos humanos. Los hallazgos confirman que el abandono escolar no se limita a la ausencia física de la escuela, sino que también incluye la ruptura de vínculos simbólicos y la fragilidad de las redes de comunicación. Así, la investigación demuestra que la extensión activa tiene potencial transformador, pero depende de las condiciones institucionales, intersectoriales y humanas para generar resultados sólidos. Concluye que fortalecer la articulación entre la escuela, la familia y la red de protección, mejorar el sistema FICAI y ampliar el apoyo psicosocial son medidas esenciales para que la política sea más efectiva. Se espera que este estudio contribuya a la mejora de las políticas educativas públicas orientadas a la retención escolar, reafirmando el compromiso colectivo con una educación pública de calidad social y garantizando que ningún estudiante se quede atrás.

Palabras clave: Derecho a la educación; secundaria; abandono escolar; Búsqueda Activa en las Escuelas; FICAI.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal de 1988
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FICAI	Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MT	Estado de Mato Grosso
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Principais desafios na execução da Busca Ativa	101
Figura 2 – Principais fatores para a evasão dos estudantes	102
Figura 3 – Medidas executadas pela escola antes de preencher a FICAI	103
Figura 4 – Principais benefícios e dificuldades na utilização da FICAI.....	108
Figura 5 – Constatação sobre o trabalho dos órgãos envolvidos pós-registro FICAI	110
Figura 6 – Impacto das ações das equipes na permanência dos estudantes	112
Figura 7 – Acolhimento dos alunos e das famílias em situação de vulnerabilidade	113
Figura 8 – Estratégias eficazes na reintegração de estudantes afastados	114
Figura 9 – Avaliação do apoio da rede de ensino às ações da equipe técnica	115
Figura 10 – Estabelecimento de relações entre escola e órgãos da rede de proteção	116
Figura 11 – Estratégias eficazes e maiores desafios na construção de uma rede colaborativa entre escola, família e comunidade.....	118
Figura 12 – Sugestões de melhorias para o aprimoramento do uso da FICAI	119
Figura 13 – Sugestões para fortalecer a Busca Ativa e reduzir a evasão escolar...	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição das funções dos participantes da pesquisa.....	97
Gráfico 2 – Tempo de atuação dos participantes na escola.....	98
Gráfico 3 – Avaliação da relevância da Busca Ativa pelos participantes	99
Gráfico 4 – Contribuição da Busca Ativa na redução da evasão escolar	100
Gráfico 5 – Utilização do sistema informatizado da FICAI	106
Gráfico 6 – Avaliação dos participantes sobre a FICAI	107
Gráfico 7 – Importância da atuação das equipes	111
Gráfico 8 – Diálogo entre escola e famílias de estudantes em risco de infrequência.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Produção selecionada a partir do descritor “Busca Ativa”	38
Quadro 2 – Produções selecionadas a partir do descritor “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”	39
Quadro 3 – Produções selecionadas a partir do descritor “Evasão Escolar”	41
Quadro 4 – Produções selecionadas a partir do descritor “Políticas Públicas”	50
Quadro 5 – Produções selecionadas a partir do descritor “FICAI”	51
Quadro 6 – Produções selecionadas a partir da combinação dos descritores “Ensino Médio” e “Evasão Escolar”	56
Quadro 7 – Síntese analítica da Busca Ativa: fatores de risco, ações da escola e desafios	104
Quadro 8 – Quadro comparativo entre benefícios e dificuldades no uso da FICAI	109

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	19
2.1 Contexto e justificativa da escolha do tema	19
2.2 Problema e objetivos de pesquisa	23
3 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	26
3.1 O desenho metodológico	26
3.2 Situando o espaço da pesquisa	30
3.3 Escola <i>lócus</i> de pesquisa.....	32
3.4 Instrumento de pesquisa.....	33
3.5 Considerações éticas	35
4 ESTADO DO CONHECIMENTO.....	36
4.1 Produção selecionada a partir do descritor “Busca Ativa”	38
4.2 Produções selecionadas a partir do descritor “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”	39
4.3 Produções selecionadas a partir do descritor “Evasão Escolar”	41
4.4 Produção selecionada a partir do descritor “Políticas Públicas”	50
4.5 Produções selecionadas a partir do descritor “FICAI”	51
4.6 Produções selecionadas a partir da combinação dos descritores “Ensino Médio” e “Evasão Escolar”	55
4.7 Considerações a partir da análise das produções: diferenças e aproximações com a pesquisa.....	61
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	72
5.1 Direito à educação: papel do Estado e responsabilidade pública	72
5.1.1 Gestão educacional, neoliberalismo e responsabilização.....	73
5.1.2 Abordagem psicossocial e trabalho em rede na educação.....	77
5.2 Políticas públicas educacionais e a abordagem do Ciclo de Políticas	81
5.2.1 Políticas públicas e intervenção no cotidiano escolar	83
5.3 Juventudes, ensino médio e permanência escolar	84
5.3.1 Evasão escolar e a estratégia da Busca Ativa	86
5.4 O que é a Busca Ativa Escolar.....	89
5.4.1 A Ficha FICAI como instrumento da Busca Ativa Escolar	90
5.5 Abordagem psicossocial e trabalho em rede na educação	93

6 PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE DE DADOS SOBRE A FICHA FICAI	96
6.1 Caracterização dos participantes	96
6.2 Categorias de análise	99
6.2.1 Categoria 1: Busca Ativa como política pública	99
6.2.2 Categoria 2: Uso da FICAI e fluxos de monitoramento	106
6.2.3 Categoria 3: Ação das equipes pedagógica e psicossocial	111
6.2.4 Categoria 4: Integração escola, família e comunidade (Redes Vinculares Comunicativas)	116
6.2.5 Categoria 5: Sugestões e recomendações	119
6.3 Análise geral da pesquisa	121
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS.....	126
APÊNDICES	134
APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA (SEDUC-MT)...	135
APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA (ESCOLA PROFESSORA ELIZABETH).....	137
APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (SEDUC-MT).....	139
APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (ESCOLA PROFESSORA ELIZABETH).....	141
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	143
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO AOS PARTICIPANTES	146
APÊNDICE G – TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA	149
ANEXOS	150
ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO INSTITUCIONAL DO PROJETO FICAI	151

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca-se discutir as relações entre direito à educação e políticas públicas voltadas à permanência escolar, com ênfase nas estratégias de Busca Ativa aplicadas ao ensino médio. Parte-se do entendimento de que a escola deve ser concebida como um espaço de acolhimento, formação humana e construção de sentidos, especialmente diante das desigualdades que afetam adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

O projeto é desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado em Educação, da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Frederico Westphalen/RS, e está integrado à linha de pesquisa de Políticas Públicas e Gestão da Educação.

A evasão escolar permanece como um dos mais sérios desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino médio, etapa marcada por maior incidência de abandono e infrequência. Trata-se de um fenômeno multidimensional, resultante da confluência de fatores socioeconômicos, pedagógicos e institucionais, que dificultam o acesso e, sobretudo, a permanência do estudante na escola.

Com base na perspectiva de Paulo Freire, compreende-se que a educação só se realiza plenamente quando considera a realidade concreta dos sujeitos. Para o autor, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47). O autor conduz a ideia de que é necessário que a escola escute, compreenda e atue diante das realidades de seus estudantes.

Nesse contexto, a Busca Ativa se consolida como estratégia inovadora de combate à evasão, pautada na intersetorialidade e na corresponsabilidade social. De acordo com o UNICEF (2019), a Busca Ativa é “um instrumento de gestão e mobilização social que tem por objetivo identificar, registrar, acompanhar e reinserir crianças e adolescentes fora da escola, assegurando o direito à educação”. Ela propõe um modelo de atuação articulado entre educação, assistência social, saúde e conselhos tutelares, reconhecendo que as causas do afastamento escolar não são exclusivamente pedagógicas, mas atravessam múltiplas dimensões da vida dos sujeitos.

Dentre os instrumentos de enfrentamento desse problema, destaca-se a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), sistema informatizado que visa o monitoramento da frequência escolar e a articulação de medidas preventivas à evasão. Entretanto, como aponta Naschold (2003, p. 134), “não basta que os mecanismos de monitoramento estejam formalmente disponíveis; é preciso que eles estejam integrados a redes comunicativas ativas e comprometidas com a permanência escolar”.

Nesse sentido, a eficácia da FICAI está diretamente relacionada à capacidade das instituições educacionais de estabelecer Redes Vinculares Comunicativas, articulando escola, família, comunidade e órgãos públicos em torno de uma ação conjunta.

Inspirando-se na concepção de Miguel Arroyo, que defende a valorização dos sujeitos e das trajetórias escolares interrompidas, esta pesquisa parte do princípio de que cada jovem evadido carrega consigo uma história de negação de direitos. Assim, o retorno e a permanência na escola devem ser acompanhados por ações integradas, capazes de garantir não apenas a presença física, mas também o pertencimento e o reconhecimento social e cultural desses estudantes (Arroyo, 2012, p. 45).

A discussão sobre a evasão escolar exige, portanto, o reconhecimento da escola como espaço de humanização e construção de cidadania. Freire (1998, p. 69) nos lembra de que “a escola deve ser um espaço onde se aprende a pensar, a sonhar, a resistir”. Sua perspectiva crítica e dialógica convida à escuta dos sujeitos da educação, reconhecendo suas histórias, saberes e contextos como elementos fundamentais para a construção de uma prática pedagógica significativa.

A ausência de vínculos pedagógicos, metodologias descontextualizadas e a invisibilidade das condições de vida dos estudantes são fatores que contribuem para o afastamento escolar. Estudos reunidos por Abramowicz (1997) também evidenciam que o fracasso escolar é, em grande medida, socialmente produzido e perpetuado pelas desigualdades históricas do sistema educacional. Por isso, a evasão não pode ser tratada apenas como responsabilidade do estudante ou da família, mas enfrentada com políticas públicas comprometidas com a equidade e com a garantia de direitos.

Nesse contexto, a Plataforma Busca Ativa Escolar, desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), reforça a importância da atuação preventiva e intersetorial, alertando que a infrequência escolar deve ser compreendida como um sinal de alerta social. Ao identificar e acompanhar esses estudantes com

estratégias de escuta, visita, mediação e retorno à escola, as políticas de Busca Ativa possibilitam a construção de percursos mais justos e inclusivos.

O marco jurídico do direito à educação no Brasil reforça essa responsabilidade compartilhada. Conforme destacam Méndez, Salvador e Pereira (1992, p. 45), ao afirmarem que “a educação é direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, devendo ser promovida com absoluta prioridade e com políticas públicas efetivas”. Já Arroyo (2013, p. 53), defende que é preciso romper com a lógica da culpabilização da infância e juventude empobrecida, para “reconhecer nelas sujeitos de direitos e protagonistas de trajetórias escolares potentes”.

Como afirma Carlos Roberto Jamil Cury, a educação é um direito social e, portanto, deve ser garantida mediante ações efetivas do Estado, com responsabilidade coletiva pela sua efetivação (Cury, 2002). A Busca Ativa, enquanto política intersetorial, representa uma dessas estratégias, pois mais do que localizar estudantes fora da escola, propõe um olhar integral sobre os fatores que produzem o afastamento e a exclusão escolar, promovendo uma abordagem que exige articulação entre escola, família, comunidade e poder público.

Diante desse contexto, este estudo se propõe a analisar as políticas públicas e como elas têm atuado no combate à evasão escolar no estado de Mato Grosso, a partir da análise de uma escola pública estadual de educação básica, localizada em Rondonópolis-MT. A pesquisa também busca evidenciar o papel da equipe psicossocial, composta por psicólogo e assistente social, na mediação dos processos de permanência e recuperação da aprendizagem.

Dessa forma, reafirma-se a educação como direito fundamental e bem comum, cuja efetivação depende de ações políticas intencionais, planejamento educacional comprometido e reconhecimento da escola como espaço estratégico na luta contra as desigualdades sociais.

A evasão, compreendida como um processo anterior à saída física, revela falhas na construção de vínculos pedagógicos e afetivos entre a escola e o aluno. A Busca Ativa, diante disso, precisa atuar também na promoção dessa inscrição simbólica, recriando oportunidades de pertencimento e de construção de sentido no ambiente escolar — diante disso é que se constrói esta proposta de pesquisa.

2 CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

2.1 Contexto e justificativa da escolha do tema

No presente subtítulo, relato minha experiência na implementação da Busca Ativa na Escola Estadual Major Otávio Pitaluga, em Rondonópolis-MT, entre os anos de 2023 e 2024, período marcado por intensos diálogos e ações práticas para enfrentar a evasão escolar.

Sou graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), desde 2010, mas minha trajetória profissional oportunizou a atuação direta com essa política antes disso, com início ainda no período de estágio de graduação, em uma escola pública municipal, onde voluntariava-me para substituir professores, buscando adquirir experiência prática.

Concluí minha Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial, em 2011, e em 2012, fui aprovada em concurso público municipal e iniciei minha carreira docente. Anos depois, em 2017, em busca de melhores oportunidades, prestei o concurso estadual de Mato Grosso, sendo aprovada e assumindo o cargo na cidade de Rondonópolis, em 2018. Trabalhei por quatro anos em uma escola confessional, atuando três anos em sala de aula e um ano na coordenação pedagógica.

Nos últimos anos, o redimensionamento do ensino fundamental para os municípios impactou diretamente na atuação dos pedagogos estaduais, levando muitos profissionais a assumirem novas funções.

No ano de 2023, trabalhei como auxiliar de coordenação, em que fui responsável por coordenar a Busca Ativa na instituição. Utilizando a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente, Indisciplinado e Infrator (FICAI) como ferramenta principal, participei do monitoramento e da intervenção em casos de infrequência. Foi essa experiência que despertou meu interesse em aprofundar os estudos sobre evasão escolar e a implementação da FICAI nas escolas estaduais de Mato Grosso, analisando seu impacto na permanência dos estudantes.

Durante esse período, fui responsável pela coordenação do processo de Busca Ativa como estratégia de permanência escolar, o que me permitiu conhecer de perto as diversas vivências e os problemas enfrentados pelos estudantes, que vão desde questões financeiras, problemas familiares, emocionais, até casos de gravidez na adolescência, entre outros.

Esses dois anos foram de intensa busca, onde o foco não foi apenas o retorno dos estudantes à escola, mas a garantia de sua permanência, pois os desafios eram múltiplos. Não se tratava apenas de trazer os alunos de volta, mas de encontrar meios que pudessem garantir que eles permanecessem no ambiente escolar.

O trabalho foi coletivo e envolveu colaboração estreita entre a equipe de Busca Ativa, professores, equipe psicossocial e gestão da escola. Essa prática confirmou a importância da abordagem integradora de Naschold (2003), que destaca a necessidade de uma Rede Vincular Comunicativa, onde a escola, a família, a comunidade e os órgãos públicos trabalham em conjunto para garantir a permanência escolar.

Além dos alunos que se ausentam da escola, identifiquei que muitos estudantes estavam fisicamente presentes, mas não participavam ativamente das atividades escolares. Esses estudantes, conhecidos como “alunos de corredor”, frequentavam a escola, mas não estavam integrados ao processo de aprendizagem. Muitas vezes, era a própria escola que não conseguia inserir esses estudantes nas atividades pedagógicas, criando um ciclo de abandono mútuo.

A Busca Ativa foi fundamental nesse processo, pois a equipe procurou esses alunos e dialogou com eles sobre a importância de estar na escola, não apenas fisicamente, mas também intelectualmente envolvidos, para seu desenvolvimento e construção de futuro.

Nesse sentido, a análise de Bernard Charlot (2002) contribui para compreender que o processo de escolarização não se limita à matrícula ou à presença física em sala de aula. Os estudantes podem entrar na escola fisicamente, mas sem se inscrever simbolicamente, o que os impede de estabelecer uma relação consistente com o saber.

Conforme destaca o autor, “é o fantasma do outro que cada um traz em si”, ou seja, a aprendizagem ocorre na relação com o outro e na forma como o sujeito se implica subjetivamente com o conhecimento (Charlot, 2001, p. 27). Assim, quando um estudante abandona a escola, não se trata de um desligamento repentino, mas de uma constatação de que ele nunca esteve verdadeiramente lá — ao menos, não de maneira simbólica.

Dito isso, a evasão escolar no ensino médio é um problema que transcende as questões individuais dos estudantes, refletindo desigualdades sociais e desafios estruturais que precisam ser enfrentados de forma coletiva. Como destaca Naschold

(2007), garantir a permanência escolar exige muito mais do que apenas fiscalizar a frequência dos alunos. É necessário um sistema que acolha, reestruture e reorienta o estudante, oferecendo suporte pedagógico e social.

A Teoria das Redes Vinculares Comunicativas enfatiza a necessidade de um trabalho coletivo, no qual a escola não apenas notifica a infrequência, mas também desenvolve estratégias de reinserção e acompanhamento dos estudantes. Diante desse cenário, a Busca Ativa se destaca como uma política pública essencial para garantir que todos os jovens não apenas tenham acesso à escola, mas consigam permanecer e concluir seus estudos. Essa iniciativa torna-se ainda mais relevante em um contexto em que muitos estudantes enfrentam situações de vulnerabilidade, como dificuldades econômicas e trajetórias familiares complexas.

Num contexto em que a educação pública frequentemente se vê pressionada pela lógica neoliberal, que prioriza eficiência e resultados mensuráveis, a Busca Ativa propõe uma abordagem inclusiva e intersetorial. Como apontam Dardot e Laval (2016), “o neoliberalismo transforma direitos sociais em mercadorias, subordinando políticas públicas a critérios de desempenho e gestão”. Nesse modelo, práticas educacionais acabam por culpabilizar os indivíduos pelo abandono escolar, ignorando os fatores estruturais que interferem no processo de aprendizagem.

A Busca Ativa reconhece que a evasão é um fenômeno complexo, influenciado por diversos fatores sociais e econômicos. Sua abordagem multidimensional exige a atuação conjunta de escolas, famílias e sociedade civil, promovendo estratégias que identifiquem precocemente os estudantes em risco de evasão e intervenham de maneira eficaz. O sistema informatizado da Ficha FICAI desempenha um papel crucial nesse processo, permitindo que educadores e gestores monitorem a frequência dos alunos e promovam ações preventivas e direcionadas para garantir sua permanência na escola.

A formulação e reformulação constantes de políticas públicas são cruciais para que a Busca Ativa se adapte às realidades locais e regionais. Como enfatiza Cury (2013), “as políticas educacionais devem ser construídas a partir da realidade dos atores que a vivenciam”, reforçando a necessidade de ouvir educadores, alunos e famílias na construção de soluções eficazes.

Além disso, a promoção de políticas públicas eficazes deve incluir: capacitação de profissionais da educação; criação de redes de apoio psicológico e social; implementação de programas de formação e empregabilidade para jovens. Essas

medidas não apenas favorecem a permanência dos alunos na escola, mas também garantem que sua experiência educacional seja enriquecedora e transformadora. Como ressalta Cury (2013), “uma educação de qualidade deve estar associada a um conjunto de ações que considerem a integralidade do ser humano”.

A Busca Ativa não deve ser encarada apenas como uma resposta reativa à evasão escolar. Ela é uma estratégia proativa, que reconhece a educação como um direito fundamental e um pilar essencial para o desenvolvimento social. Sua implementação (para ser eficaz) exige articulação contínua entre diferentes setores e atores sociais, pois a evasão escolar resulta de múltiplos fatores, como a falta de recursos financeiros, ausência de suporte familiar e precariedade das condições de vida. Por isso, ao invés de tratar a evasão como um problema isolado, a Busca Ativa propõe uma abordagem holística, baseada na colaboração entre escolas, famílias, comunidades e órgãos governamentais.

Nesse sentido, a Busca Ativa adota uma abordagem intersetorial e multidimensional, que identifica precocemente os fatores de risco e propõe ações conjuntas entre os atores. Essa proposta não apenas contribui para a permanência escolar, mas também fortalece o papel da educação como direito fundamental e ferramenta de transformação social.

Portanto, investir na Busca Ativa e na reformulação das políticas públicas significa reafirmar o compromisso com uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade. A educação não deve ser vista somente como um meio de inserção no mercado de trabalho, mas como instrumento de emancipação, capaz de proporcionar aos jovens as habilidades e conhecimentos necessários para que se tornem cidadãos críticos e ativos.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 6º, garante a educação como um direito social fundamental. Também se destacam os arts. 205, 206, 208 e 227, que possuem grande relevância para este tema da pesquisa. A Carta Maior estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (art. 205/CF). Determina os princípios do ensino, como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (art. 206/CF).

Explicita os deveres do Estado, como a garantia de ensino fundamental e médio gratuito e obrigatório, além de ações de acesso e permanência para os que estão fora da escola (art. 208/CF). Atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de

assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à educação, entre outros direitos fundamentais (art. 227/CF).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça esse compromisso, ao assegurar o direito à educação como parte da proteção integral à infância e adolescência. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), estabelece as normas gerais para o sistema educacional brasileiro, destacando a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão, o acesso e a permanência de todos os alunos no ambiente escolar.

Muitas escolas já contam com uma equipe psicossocial, composta por psicólogos e assistentes sociais, que têm desempenhado um papel crucial no amparo aos estudantes, orientando-os nos aspectos emocionais e sociais, fundamentais para sua permanência na escola e para o enfrentamento de dificuldades que impactam diretamente na sua aprendizagem e participação escolar.

A partir dessas considerações, iniciou-se a construção desta dissertação, que visa, além de aprofundar o conhecimento sobre o tema, averiguar as possibilidades de mudanças sociais que podem ser produzidas através deste conhecimento.

2.2 Problema e objetivos de pesquisa

Inicialmente, cabe destacar que a pesquisa se constitui como uma atividade fundamental da ciência, que tem como objetivo investigar, compreender e construir a realidade. Nesse sentido, Minayo (2010), expõe que é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino, e com isso, atualiza-se diante da realidade do mundo:

Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação, ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos. Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida (Minayo, 2010, p. 16).

Sabendo que a evasão escolar é um dos principais desafios enfrentados pelo sistema educacional brasileiro, especialmente no ensino médio, etapa em que os índices de abandono são mais elevados, estudar esse tema se torna relevante. Trata-se de um problema estrutural e persistente no Brasil, que reflete as desigualdades

históricas do país e a ausência de políticas públicas eficazes de garantia do direito à educação.

Diversos fatores contribuem para esse fenômeno, incluindo condições socioeconômicas adversas, falta de infraestrutura escolar adequada, dificuldades no acompanhamento pedagógico e fragilidades na articulação entre escola, família e comunidade. Neste contexto, o sistema informatizado da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) tem sido amplamente utilizado como uma ferramenta de monitoramento e intervenção.

Entretanto, conforme evidenciado na pesquisa de Naschold (2012), a eficácia da FICAI depende não apenas de sua implementação formal, mas também da existência de Redes Vinculares Comunicativas, que promovem uma integração ativa entre escola, família, comunidade e demais agentes institucionais. A eficácia dessa estratégia, depende da implementação de mecanismos eficientes de monitoramento e intervenção, capazes de agilizar o fluxo de informações entre os agentes envolvidos no processo. O estudo considera a relação entre fatores intraescolares, como a ausência de vínculos pedagógicos significativos, metodologias pouco atrativas, a falta de suporte psicológico e social, e os processos de reprovação e exclusão escolar.

A partir dessas questões, é possível compreender melhor como a interação entre a escola e o estudante influencia no processo de evasão e como as políticas públicas podem oferecer soluções. Diante disso, torna-se essencial refletir sobre como essa tecnologia pode fortalecer a atuação preventiva das instituições educacionais e dos órgãos responsáveis.

Com isso, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: *Como a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), enquanto instrumento da política de Busca Ativa, tem sido utilizada na escola investigada e de que maneira seus fluxos, práticas e articulações institucionais contribuem (ou limitam) a garantia da permanência escolar no ensino médio?*

Para responder a este problema, direciona-se como objetivo geral: *Analisar a implementação da Busca Ativa no ensino médio, com foco no uso da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), compreendendo seus fluxos, limites e potencialidades na garantia da permanência escolar, a partir da análise documental e das percepções das equipes pedagógica e psicossocial da escola estudada.*

Este objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

a) Compreender como a política pública da Busca Ativa e da FICAI está normatizada nos documentos oficiais, analisando legislações, diretrizes e orientações institucionais que fundamentam sua implementação no estado de Mato Grosso;

b) Identificar e analisar as percepções das equipes pedagógica e psicossocial sobre o uso da Ficha FICAI e sobre as ações de Busca Ativa, examinando práticas, dificuldades, potencialidades e fluxos internos de acompanhamento dos estudantes;

c) Examinar de que maneira as relações entre escola, família, rede de proteção e comunidade (compreendidas como Redes Vinculares Comunicativas) influenciam o processo de permanência escolar, a partir das narrativas dos profissionais participantes da pesquisa;

d) Construir recomendações para o aprimoramento das estratégias de Busca Ativa e do uso da FICAI, articulando resultados empíricos, análise documental e referencial teórico.

3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos propostos, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental. A metodologia segue uma abordagem qualitativa, tendo como principal foco a análise documental e a aplicação de questionários, tendo como sujeitos a equipe pedagógica e psicossocial da Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, visando entender as práticas pedagógicas, as metodologias utilizadas, as estratégias de suporte psicológico e social implementadas na escola.

Segundo Minayo (2010), a pesquisa qualitativa permite compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando a interpretação dos sujeitos envolvidos no processo investigado. Vale ressaltar que, embora seja prioritariamente qualitativa, a pesquisa também conta com dados quantitativos, envolvendo tanto a análise de indicadores de frequência e permanência escolar, quanto a interpretação qualitativa das experiências e percepções dos sujeitos envolvidos.

Para a coleta de dados, serão analisados documentos institucionais, como legislação, planos estaduais de educação e relatórios de evasão escolar. A análise documental inclui também a Constituição Federal de 1988, ECA, LDBEN, bem como as diretrizes e relatórios sobre as políticas públicas voltadas à educação e à evasão escolar.

Os procedimentos metodológicos adotados contribuem para a produção de conhecimento relevante sobre estratégias de combate à evasão escolar e sua articulação com políticas públicas educacionais. Com isso, apresenta-se, a seguir, os caminhos que se pretende percorrer para atingir os propósitos da pesquisa.

3.1 O desenho metodológico

A investigação terá abordagem qualitativa, pois concentra-se em compreender questões sociais e humanas a partir da perspectiva dos participantes, com ênfase em significados e experiências subjetivas. Conforme Minayo (2010, p. 21) a pesquisa qualitativa

trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar

suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Assim, a pesquisa qualitativa se dedica a descrever e interpretar aspectos complexos da vida social e humana, que dificilmente poderiam ser traduzidos em números e indicadores quantitativos.

Em complemento, Creswell (2007) discorre sobre as possibilidades de flexibilidade nos caminhos metodológicos nas pesquisas qualitativas, ao destacar que a pesquisa qualitativa é emergente em vez de estritamente pré-configurada, e com isso, variados aspectos podem surgir durante um estudo qualitativo:

As questões de pesquisa podem mudar e ser refinadas à medida que o pesquisador descobre o que perguntar e para quem fazer as perguntas. O processo de coleta de dados pode mudar à medida que as portas se abrem ou se fecham para a coleta de dados, e o pesquisador descobre os melhores locais para entender o fenômeno central de interesse. A teoria ou padrão geral de entendimento vai surgir à medida que ela começa com códigos iniciais, desenvolve-se em temas mais amplos e resulta em uma teoria baseada na realidade ou na interpretação ampla. Esses aspectos de um modelo de pesquisa que se revela dificultam a pré-configuração estrita da pesquisa qualitativa na proposta ou nos estágios iniciais de pesquisa (Creswell, 2007, p. 186).

Compreende-se, assim, que a pesquisa qualitativa não segue um processo rígido, permitindo que o pesquisador utilize uma abordagem mais dinâmica e contextualizada na investigação.

Para alcançar o objetivo proposto, além de qualitativa, a pesquisa é bibliográfica e documental, inserindo-se no campo das ciências humanas e sociais aplicadas, adotando uma abordagem de cunho exploratório e descritivo. A escolha por essa abordagem se justifica pela complexidade do objeto investigado, em que a Busca Ativa atua como estratégia de garantia do direito à educação, demandando uma análise aprofundada sobre as políticas públicas educacionais e de suas repercussões no cotidiano escolar.

A metodologia utilizada está ancorada em um estudo de caso, tendo como foco a experiência da Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, localizada na cidade de Rondonópolis, no estado de Mato Grosso. Este estudo de caso permitirá compreender de forma contextualizada os efeitos e desafios da implementação de estratégias da Busca Ativa e a atuação das equipes psicossociais na efetivação do direito à permanência escolar e recuperação da aprendizagem.

Portanto, para a coleta de dados, serão utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: a) Análise documental, com base em legislações (CF, ECA, LDBEN), diretrizes educacionais da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT) e relatórios institucionais; e b) Aplicação de questionários com a equipe pedagógica e psicossocial da Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, com o intuito de captar diferentes perspectivas sobre a efetividade das políticas de Busca Ativa.

O primeiro passo tem sido o levantamento de documentos para análise. Na sequência, o será realizado o estudo de caso, que se caracteriza pelo estudo de um grupo específico, permitindo um amplo e detalhado conhecimento. Para Gil (2010), o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

A fundamentação teórica que sustenta a análise está alicerçada em autores como Paulo Freire, Miguel Arroyo, Ângela Naschold, Carlos Roberto Jamil Cury, Anete Abramowicz, entre outros autores e pesquisadores da área. Além disso, ancora-se em documentos oficiais, como os da Plataforma Busca Ativa Escolar e da UNICEF (2017), que são fundamentais para refletir criticamente sobre a formulação e a reformulação de políticas públicas educacionais voltadas à permanência escolar.

A organização, análise e interpretação dos dados constitui uma fase importante no desenvolvimento da pesquisa. Quando se fala em interpretar dados, refere-se, basicamente, ao ato de “estabelecer a ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer sejam derivados de teorias, quer sejam de estudos realizados anteriormente” (Gil, 2010, p. 113).

O próximo passo é o de interpretação e análise, posterior à manipulação dos dados. Diante dos muitos métodos para a organização, análise e interpretação de dados procedentes de pesquisas qualitativas, optou-se por um que, sendo selecionado por outros pesquisadores de temáticas semelhantes, atendesse ao propósito de responder adequadamente à questão geral estabelecida por esta pesquisa.

Partindo do pressuposto de que a evasão apresenta causas múltiplas e intrincadas, não perceptíveis facilmente por intermédio de uma percepção puramente objetiva, considerou-se que a técnica de análise qualitativa de conteúdo poderia contribuir de modo mais eficaz, por meio da Análise de Conteúdo, baseada em Laurence Bardin (2016).

A Análise de Conteúdo é uma ferramenta eficaz para a categorização e interpretação de dados textuais, permitindo uma compreensão aprofundada das políticas educacionais. Com a identificação de categorias emergentes que revelem as práticas, discursos, resistências e possibilidades de transformação vinculadas à garantia do direito à educação. A triangulação dos dados coletados será empregada para garantir a validade da pesquisa, conforme defendido por Denzin (1978), possibilitando uma visão mais ampla e fundamentada sobre o tema.

A análise dos dados qualitativos será conduzida por meio da Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), por ser uma técnica que permite interpretar sentidos, tendências e regularidades presentes nos discursos dos participantes, articulando-os aos objetivos da pesquisa. A escolha por essa técnica se justifica pelo caráter exploratório do estudo e pela necessidade de identificar significados atribuídos pelos sujeitos às práticas de Busca Ativa e ao uso da Ficha FICAI no contexto escolar.

A Análise de Conteúdo será desenvolvida em três fases complementares que estruturam o processo interpretativo:

1) Pré-análise: Nesta etapa, os dados serão organizados para permitir uma leitura aprofundada. A pré-análise envolverá: leitura flutuante das respostas dos questionários; identificação inicial de núcleos de sentido recorrentes; constituição do corpus, definindo quais materiais serão analisados; organização das unidades de registro (palavras, frases, expressões) e das unidades de contexto (respostas completas). Essa etapa permite aproximar-se do material, compreendendo seu conteúdo geral e preparando o terreno para a codificação.

2) Exploração do material (codificação): Trata-se da fase central da análise, na qual os dados serão decompostos e codificados. Serão realizados: identificação de categorias preliminares (originadas do referencial teórico e dos objetivos de pesquisa); identificação de categorias emergentes (oriundas diretamente do discurso dos participantes); agrupamento das unidades de registro segundo semelhança temática; atribuição de códigos que permitam sistematizar conteúdos convergentes, divergentes e singulares. A codificação será feita manualmente, garantindo rigor interpretativo e constante comparação entre os dados brutos e os referenciais teóricos utilizados (Freire, Arroyo, Naschold, Charlot, Cury e outros).

3) Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: Nesta última fase, os conteúdos codificados serão reorganizados à luz dos objetivos da pesquisa,

possibilitando: construção das categorias analíticas finais; interpretação dos significados atribuídos pelos participantes ao uso da Busca Ativa e da FICAI; articulação entre os dados empíricos, o referencial teórico e o contexto da política pública estudada; elaboração de inferências sobre limites, potencialidades e contradições das práticas analisadas. A análise considerará ainda a perspectiva do Ciclo de Políticas (Ball, 2006), permitindo compreender como a FICAI circula entre diferentes contextos (influência, produção, prática e resultados) e como é reinterpretada pelos sujeitos.

Para assegurar a validade e confiabilidade da interpretação, serão utilizados procedimentos de triangulação interna, comparando: diferentes respostas dos participantes; diferentes blocos do questionário; convergências entre dados qualitativos e quantitativos; alinhamento entre resultados e literatura especializada.

Assim, a Análise de Conteúdo permite examinar não apenas o que os sujeitos dizem, mas como dizem e quais sentidos produzem, possibilitando uma compreensão aprofundada das práticas de Busca Ativa, dos fluxos da FICAI e das dinâmicas institucionais que influenciam a permanência escolar no ensino médio.

Além disso, esta pesquisa está ancorada na abordagem do Ciclo de Políticas, proposta por Stephen Ball (2006), como referencial teórico-analítico para a análise de políticas educacionais. Tal abordagem permite compreender a política pública da Busca Ativa Escolar como um processo não linear, atravessado por disputas, interpretações e recontextualizações em diferentes contextos de influência, de produção de texto, de prática, de resultados/efeitos e de estratégia política.

Nesse sentido, a análise da Ficha FICAI será orientada pela compreensão de que as políticas são formuladas em um contexto de múltiplas influências, reinterpretadas nos espaços escolares, assim como na conjuntura da prática, gerando efeitos diversos, que impactam diretamente na permanência dos estudantes. O estudo também considera o contexto de estratégia política, buscando apontar possíveis caminhos para o aprimoramento dessa política pública em articulação com outras iniciativas intersetoriais.

3.2 Situando o espaço da pesquisa

A pesquisa será realizada no município de Rondonópolis, localizado na região sudeste do estado de Mato Grosso, a cerca de 210 km da capital, Cuiabá-MT. É a

cidade mais populosa do interior do estado, com mais de 259 mil habitantes, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024).

No âmbito educacional, o município conta com uma rede significativa de escolas públicas, abrangendo os diferentes níveis de ensino. Segundo dados do IBGE, em 2023, Rondonópolis conta com 52 unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação para Jovens e Adultos (EJA), com cerca de 17.500 alunos matriculados. Na rede estadual, são 34 unidades de Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, com cerca de 31.000 alunos matriculados. Na rede particular, são 30 escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Especial, além da EJA, com cerca de 7.500 alunos matriculados.

Apesar dos avanços em cobertura escolar, os desafios relacionados à evasão e à infrequência permanecem expressivos, especialmente na etapa do ensino médio. Os dados mais recentes do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) revelam uma queda no desempenho educacional do município: nos anos iniciais do ensino fundamental, a nota caiu de 5,9 (2021) para 5,6 (2023), e nos anos finais, de 5,1 para 4,9 (INEP/Censo Escolar, 2024). Tais indicadores apontam para a urgência de políticas públicas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes.

Nesse cenário, o município tem adotado ações articuladas com as diretrizes da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC-MT), destacando-se o programa “Nenhum Estudante a Menos”, que unifica estratégias de Busca Ativa já existentes. Dentre elas, destaca-se o uso da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) (ferramenta de monitoramento interinstitucional) e a atuação das equipes psicossociais (compostas por psicólogos e assistentes sociais nas escolas da rede estadual). Essas iniciativas demonstram o esforço institucional em consolidar ações integradas para o enfrentamento da evasão escolar.

A seleção da escola para a aplicação dos questionários foi realizada a partir de um mapeamento das unidades escolares que contam com a presença de equipes psicossociais. No total, foram identificadas 12 (doze) escolas estaduais que possuem esse suporte. Para a definição da escola *lócus* da pesquisa, foram levados em consideração alguns fatores: além da presença da equipe psicossocial, que foi requisito obrigatório, considerou-se a diversidade de modalidades de ensino da escola (Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA), o que promove uma interação de diferentes contextos no âmbito escolar. Também se considerou a localização da

escola, situada em um bairro periférico, em que a maioria dos estudantes se encontra em situação de vulnerabilidade social. Com isso, busca-se elucidar que os fatores estruturais também afetam a permanência dos jovens na escola.

Diante disso, a escola selecionada como campo empírico foi a Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, por se aproximar mais dos objetivos aos quais esta pesquisa busca responder.

A compreensão da evasão escolar, no entanto, não se limita à análise de dados quantitativos. É necessário reconhecer que a permanência dos estudantes na escola está diretamente relacionada à construção de vínculos afetivos, sociais e pedagógicos. Nesse sentido, retoma-se Naschold (2003), que propõe a criação das Redes Vinculares Comunicativas como estratégia para fortalecer a articulação entre escola, família e comunidade:

Redes Vinculantes Comunicativas são um conjunto de relações entre sujeitos sociais que estabelecem vínculos de confiança, cuidado, corresponsabilidade e comunicação. Essas redes permitem a aproximação entre a escola, a família e a comunidade, promovendo o reconhecimento do outro como legítimo e a construção de pertencimento e participação (Naschold, 2003, p. 134).

Com base nessa concepção, a Busca Ativa deve ser compreendida como uma estratégia relacional e intersetorial, que depende da mobilização de diferentes sujeitos e instituições para promover o pertencimento dos estudantes ao espaço escolar.

Assim, Rondonópolis, com sua estrutura educacional e as políticas públicas em curso, configura-se como campo fecundo para a realização desta investigação, possibilitando o aprofundamento da análise sobre as condições concretas que influenciam o direito à educação e à permanência dos jovens no ensino médio, etapa de conclusão da educação básica.

3.3 Escola lócus de pesquisa

Ao proceder ao sorteio da escola, fez-se contato inicial com a Coordenadora Pedagógica, que forneceu informações sobre a escola e se colocou à disposição para qualquer esclarecimento.

Com isso, a escola sorteada, Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, está localizada na Rua Carlos Pereira Barbosa, nº 68, Bairro Jardim

Atlântico, CEP 78735-665, em Rondonópolis-MT. A unidade oferece ensino presencial em todos os turnos (matutino, vespertino e noturno), atendendo aos Anos Finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA.

De acordo com o INEP/Censo Escolar (2024), realizado pelo INEP, a escola possui atualmente 1.687 alunos matriculados, e conta com um quadro de 101 professores. No IDEB, a escola apresenta nota 3,5. Quanto ao desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), registrou uma taxa de participação de 42%, com 82 alunos participantes, e média geral de 475 pontos (excluindo-se a redação).

A escola destaca-se pela acessibilidade, contando com rampas de acesso, banheiros adaptados, portas com vão livre e salas de recursos multifuncionais destinadas ao Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sua infraestrutura é composta por biblioteca, quadra de esportes coberta, laboratório de ciências, auditório, cozinha, refeitório, pátios cobertos e descobertos, além de salas de aula climatizadas. No campo tecnológico, oferece lousas digitais, laboratórios de informática e acesso à internet.

Além do ensino formal, a instituição desenvolve projetos e atividades culturais, artísticas, desportivas e recreativas, contribuindo para uma formação integral, inclusiva e de qualidade para seus estudantes. O público que frequenta a instituição de ensino é composto por adolescentes e jovens de bairros periféricos.

3.4 Instrumento de pesquisa

De acordo com Lankshear e Knobel (2008, p. 139), os questionários para a coleta de dados da pesquisa “podem ser instrumentos especificamente desenvolvidos, criados pelos próprios pesquisadores, segundo necessidades e circunstâncias específicas dos seus estudos”.

A elaboração das questões exige uma série de cuidados por parte do pesquisador. A esse respeito, Matos (1990) sugere alguns itens que devem ser contemplados: a) clareza na linguagem, pois o vocabulário deve estar de acordo com as habilidades e conhecimentos dos participantes; b) conteúdos e situações específicas, com objetividade na intenção do pesquisador, a garantir que cada questão abranja apenas uma informação; c) ausência de suposições, de maneira que nada esteja subentendido para o participante; e, d) ausência de sugestões, de

maneira que nada na formulação da questão sugira ao participante que respostas são esperadas ou desejadas.

Para esta pesquisa, optou-se tanto por questões objetivas como subjetivas. O questionário foi elaborado pela pesquisadora (Apêndice A), e originou-se a partir da leitura teórica realizada previamente, além dos estudos e trabalhos buscados por meio do Estado do Conhecimento, que discutem as causas da evasão escolar e os problemas enfrentados pelas equipes de gestão e docentes que atuam diretamente com estudantes em situação de evasão escolar.

A construção do questionário está relacionada com o alcance dos objetivos da pesquisa, conforme identifica Gil (2010, p. 129):

Construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa. As questões constituem, pois, o elemento fundamental do questionário.

O questionário é composto por 19 questões objetivas e subjetivas, com o intuito de fazer um levantamento acerca da eficácia e possíveis melhorias na utilização da plataforma FICAI. Está organizado em 5 blocos: Bloco 1 – Busca Ativa como política pública; Bloco 2 – Uso da FICAI e monitoramento; Bloco 3 – Ação das equipes psicossociais; Bloco 4 – Integração escola, família e comunidade (Redes Vinculares Comunicativas); e Bloco 5 – Sugestões e recomendações.

Será encaminhado digitalmente, via *Google Forms*, para os sujeitos da pesquisa, e será respondido por livre adesão, com estimativa de tempo para resposta de 50 (cinquenta) minutos, e prazo para entrega de 15 (quinze) dias.

Previamente ao questionário, os sujeitos assentirão sua participação, em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O TCLE indica o objetivo da pesquisa, bem como que o voluntário é livre para interromper a sua participação em qualquer momento da coleta, ou não retornar o questionário ao pesquisador, sem nenhum ônus.

As respostas obtidas pelo meio do questionário servirão de base para análise e interpretação, contribuindo para responder aos objetivos da pesquisa.

3.5 Considerações éticas

No contexto da pesquisa educacional, que envolve o estudo de práticas de permanência escolar e políticas públicas voltadas à educação, é essencial refletir sobre as implicações éticas de cada fase do estudo.

É fundamental considerar questões éticas para garantir que o estudo seja conduzido de maneira responsável e respeitosa. As considerações éticas em pesquisa, conforme Minayo (2010), garantem a integridade do processo investigativo, respeitando a dignidade, os direitos e o bem-estar dos participantes. Destaca, ainda, a proteção de sua privacidade e a transparência no processo.

No caso da pesquisa em questão, que se concentra na Busca Ativa e na permanência de estudantes no ensino médio, as considerações éticas envolvem, principalmente, a proteção dos estudantes, muitas vezes em situação de vulnerabilidade, e a responsabilidade dos pesquisadores em conduzir o estudo com respeito à sua autonomia.

Do ponto de vista ético, a pesquisa seguirá os preceitos das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, assegurando o anonimato dos participantes e o uso responsável das informações. Todos os envolvidos serão convidados a participar de forma voluntária, mediante assinatura do TCLE.

Destaca-se que esta pesquisa foi registrada sob o nº CAAE 92985725.6.0000.5352 (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética), para apreciação ética pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). A aprovação indica que o estudo cumpre com os preceitos éticos e garante a proteção dos participantes.

4 ESTADO DO CONHECIMENTO

A construção do Estado do Conhecimento é uma etapa muito importante, pois possibilita ao pesquisador conhecer e compreender o que está sendo pesquisado em uma determinada área de estudos, em um determinado espaço e tempo, através da leitura, reflexão e síntese de teses, dissertações e artigos científicos já desenvolvidos (Kohls-Santos; Morosini, 2021).

Ainda assim, pode ser uma estratégia para ampliar o escopo sobre determinado tema de estudo, sendo está uma maneira de também encontrar perspectivas que ainda não foram abordadas, pontos de vista que ainda não foram pensados e que podem ser inovadores para a realização de uma nova pesquisa. Em síntese, o estado de conhecimento nos auxilia a compreendermos o campo (Bourdieu, 2004) de uma determinada área de conhecimento. Nesse sentido, o Estado do conhecimento nos ajuda, exatamente, no que a palavra diz, a conhecer o estado corrente de determinado tema, auxiliando na escolha ou delimitação de objetivos e temáticas de estudo emergentes sobre uma área ou campo científico (Kohls-Santos; Morosini, 2021, p. 126-127).

A busca por trabalhos acadêmicos foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o objetivo de identificar analisar pesquisas que abordem as relações entre políticas públicas de permanência escolar e estratégias de Busca Ativa.

Foram utilizados como descritores os termos “Busca Ativa”, “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”, “FICAI”, “Evasão Escolar” e “Políticas Públicas”. Com o intuito de refinar a busca e garantir maior precisão nos resultados, optou-se pela utilização de aspas nos descritores, o que possibilita a recuperação de produções que utilizam exatamente as expressões selecionadas.

A escolha dessas palavras-chave se justifica pela relevância para a compreensão das estratégias institucionais voltadas à garantia do direito à educação, em especial no que se refere ao enfrentamento da evasão escolar e à implementação de políticas públicas voltadas à permanência dos estudantes no ensino médio.

O recorte temporal adotado abrange os últimos 10 anos (2014 a 2024), considerando a relativa escassez de trabalhos publicados que tratem diretamente dessa temática, bem como a intenção de contemplar possíveis marcos históricos, legais e institucionais relevantes para a consolidação de políticas de Busca Ativa no Brasil.

A análise preliminar dos resultados aponta que, embora existam pesquisas relacionadas à evasão escolar e às políticas públicas educacionais, são ainda limitados os estudos que abordam de forma específica a estratégia da Busca Ativa, bem como o uso da FICAI como instrumento de acompanhamento e intervenção.

Essa constatação reforça a relevância da presente pesquisa, uma vez que evidencia uma lacuna na produção acadêmica que precisa ser explorada, principalmente diante dos desafios atuais enfrentados pelas redes de ensino na promoção do acesso, permanência e sucesso escolar.

Inicialmente, ao aplicar o descritor “FICAI”, foram localizados 963 trabalhos (111 teses e 852 dissertações). Ao considerar a grande abrangência, associou-se outros descritores, tais como “Busca Ativa”, “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”, “Evasão Escolar”, “Políticas públicas” e “Ensino médio”.

A partir do descritor “Busca Ativa”, encontrou-se 5 trabalhos (1 tese e 4 dissertações); utilizando o descritor “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”, 8 trabalhos (1 tese e 7 dissertações); e, por fim, com o descritor “Evasão Escolar”, encontrou-se 231 trabalhos (25 teses e 206 dissertações). Ao utilizar de forma combinada os descritores “Ensino Médio” e “Evasão Escolar”, obteve-se 167 resultados (15 teses e 152 dissertações).

Realizou-se a leitura dos títulos, resumos e palavras-chaves dos trabalhos para selecionar, por relevância, aqueles que seriam analisados com maior profundidade. A partir dessa primeira triagem, foram selecionadas 20 produções, sendo 18 dissertações e 2 teses. Das 20 selecionadas, 5 foram produzidas na região Sudeste, 9 na região Sul, 3 na região Nordeste e 3 no Centro-Oeste. Quanto às instituições onde foram desenvolvidas, destaca-se que 12 são provenientes de instituições privadas, enquanto 8 foram defendidas em universidades públicas.

Os trabalhos selecionados para compor o Estado do Conhecimento sobre a Busca Ativa foram organizados em quadros, por descritor, contendo informações como ano de publicação, autor, título, tipo de trabalho (dissertação ou tese), instituição de ensino e palavras-chave. As produções acadêmicas foram armazenadas em pastas digitais, categorizadas por descritor e numeradas em ordem sequencial, com o intuito de facilitar o processo de leitura, sistematização e análise.

Para a análise dessas produções, inicialmente foi realizada a leitura dos resumos, seguida da leitura integral da introdução e das considerações finais, a fim

de compreender a estrutura geral das investigações e seu alinhamento com o tema desta pesquisa.

Algumas dissertações e teses, por apresentarem contribuições mais relevantes ou proximidade teórica e metodológica com a temática da Busca Ativa, foram examinadas de forma mais aprofundada, incluindo a leitura de trechos da fundamentação teórica e do desenvolvimento da pesquisa.

A análise se concentrou na identificação dos objetivos, procedimentos metodológicos e principais resultados apresentados nos estudos, buscando compreender de que forma as políticas e estratégias de enfrentamento à evasão escolar, especialmente no contexto da Busca Ativa, vêm sendo abordadas no campo acadêmico.

A seguir, apresentam-se os trabalhos considerados mais significativos para esta pesquisa, acompanhados de comentários e reflexões acerca de suas contribuições.

4.1 Produção selecionada a partir do descritor “Busca Ativa”

Apresenta-se quadro com a pesquisa selecionada a partir do descritor “Busca Ativa”, seguido por uma síntese, destacando objetivos, caminhos metodológicos e resultados.

Quadro 1 – Produção selecionada a partir do descritor “Busca Ativa”

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição	Palavras-chave
2021	Edilia Maria Ribeiro Máximo	A implementação da Busca Ativa/monitoramento da frequência diária do estudante em escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza, como política pública para garantia de permanência dos alunos na escola	D	Universidade Estadual do Ceará	- Políticas públicas; - Implementação; - Plano; - Busca Ativa; - Monitoramento da frequência diária do estudante.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Legenda: D – Dissertação

A dissertação de Edilia Maria Ribeiro Máximo, intitulada “A implementação da Busca Ativa/monitoramento da frequência diária do estudante em escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza, como política pública para garantia de permanência dos alunos na escola”, defendida em 2021, teve como objetivo compreender se a Busca Ativa foi implementada de acordo com as diretrizes concebidas para a sua

execução. A temática da pesquisa é uma iniciativa para garantir a permanência dos estudantes nas escolas municipais, a fim de combater os indicadores de frequência, abandono e evasão escolar, com o intuito de diminuir as desigualdades educacionais, além de identificar a concretização das normas que norteiam a implementação de uma política na implantação do monitoramento da frequência diária do estudante.

O estudo de Máximo (2021) é caracterizado como qualitativo, exploratório e documental, como análise de portarias, atas, termos de cooperação, publicações institucionais, entrevistas com gestores e técnicos da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. A pesquisa trouxe como resultado que a Secretaria Municipal de Educação vem consolidando a implementação da Busca Ativa, estruturando normativas, sistemas de informação (como o Sistema de Gestão Escolar), fluxos de trabalho e integração com outros órgãos, como o Ministério Público e o Conselho Tutelar. A política se mostra alinhada aos requisitos técnicos e legais de uma política pública bem implementada, apesar dos desafios operacionais e sociais. Em suma, ainda demanda aprimoramento constante, tanto na articulação intersetorial quanto na sensibilização dos profissionais e da comunidade.

4.2 Produções selecionadas a partir do descritor “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”

Apresenta-se quadro com as pesquisas selecionadas com o descritor “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”, seguido por uma síntese de cada uma, destacando objetivos, caminhos metodológicos e resultados.

Quadro 2 – Produções selecionadas a partir do descritor “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição	Palavras-chave
2017	Renata Amélia Roos	A ficha de comunicação de aluno infrequente como tecnologia de gestão	T	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	- Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente; - Judicialização; - Infrequência escolar.
2017	Karen Machado Duarte	As políticas públicas de enfrentamento à infrequência e evasão escolar de crianças e adolescentes no marco jurídico da teoria da proteção integral: um estudo no município de Santa Maria-RS	D	Universidade de Santa Cruz do Sul	- Teoria da proteção integral; - Direito à educação; - Compartilhamento de responsabilidades; - Instrumento de política pública

					- Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente.
--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Legenda: D – Dissertação e T – Tese

Renata Amélia Roos, autora da tese “a Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente como tecnologia de gestão”, defendida em 2017, analisa a Ficha FICAI como uma tecnologia de gestão no campo educacional, problematizando sua atuação, funcionamento, efeitos e controvérsias. Como objetivo geral, busca compreender como a FICAI age como tecnologia, quais articulações e condições permitiram seu surgimento e quais são os impactos, especialmente na judicialização da infrequência escolar. A autora defende que a FICAI transforma a infrequência escolar em um problema coletivo, deslocando-o do âmbito exclusivamente escolar para uma questão jurídica e de gestão pública. Ainda, questiona se esse instrumento atua para proteger direitos ou como um mecanismo de controle, tornando como responsáveis, as famílias e a escola.

A pesquisa da Ross (2017) teve múltiplas fontes de dados e diferentes procedimentos metodológicos. Os resultados da pesquisa consideram que há muito a ser feito em relação à infrequência escolar, visto que, a eficácia da FICAI depende menos da judicialização e mais da articulação intersetorial, da gestão dos dados e da capacidade de mediação dos agentes envolvidos, especialmente do Ministério Público. A pesquisa defende a necessidade de repensar as práticas de enfrentamento da infrequência, buscando alternativas que não reforcem processos de exclusão ou culpabilização. Ao final, a autora sugere alguns programas, projetos e ideias que poderiam “conversar” com a FICAI, compondo um trabalho conjunto.

A dissertação de Karen Machado Duarte, denominada “As políticas públicas de enfrentamento à infrequência e evasão escolar de crianças e adolescentes no marco jurídico da teoria da proteção integral: um estudo no município de Santa Maria-RS”, defendida em 2017, teve como intuito de analisar como as políticas públicas atuam no enfrentamento da infrequência e evasão escolar de crianças e adolescentes, com base no marco jurídico da teoria da proteção integral, utilizando a Ficha FICAI para tal objetivo, visto que, ela é um instrumento de política pública.

A pesquisadora utilizou como metodologia a abordagem indutiva, com utilização de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, coleta e interpretação de dados, com o cunho de diagnosticar as ações realizadas que garantam o direito à

educação e o enfrentamento da infrequência escolar, diante do instrumento de política pública que trata a Ficha FICAI.

Quanto aos resultados, Duarte (2017) indica que a Ficha FICAI se consolida como um instrumento na articulação da rede de proteção, onde pode identificar um elevado número de registros de infrequência e evasão, mostrando a fragilidade das políticas públicas locais na garantia do direito à educação. Ressalta que nem todos os estudantes público-alvo da FICAI resultam no retorno à escola, evidenciando negativas na efetividade das ações. Foi detectado também que os registros não conferem com os dados que foram concluídos, segundo a pesquisadora:

E, ainda, quanto ao número de registros, os retornos à escola são bem menores do que os registros de apontamentos que foram abertos. O mesmo ocorre com os Conselhos Tutelares do município, onde os registros de FICAIs são maiores do que os de retorno e, ainda, que os retornos previstos são menores do que os confirmados, o que diminui ainda mais os percentuais ora tratados (Duarte, 2017, p. 151).

Em suma, o direito social à educação ainda enfrenta desafios que demandam aprimoramento para garantir efetivamente a frequência escolar. Os dados da Ficha FICAI revelam um número significativo de casos em que não há retorno dos estudantes à escola, o que evidencia situações de vulnerabilidade social que os afastam do ambiente escolar e comprometem seu direito à educação, limitando suas oportunidades de desenvolvimento e inclusão.

4.3 Produções selecionadas a partir do descritor “Evasão Escolar”

Apresenta-se quadro com as pesquisas selecionadas com o descritor “Evasão Escolar”, seguido por uma síntese de cada uma, destacando objetivos, caminhos metodológicos e resultados.

Quadro 3 – Produções selecionadas a partir do descritor “Evasão Escolar”

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição	Palavras-chave
2013	Fábio de Oliveira Ramos	Representações de escola por alunos evadidos e reinscritos em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)	D	Universidade Taubaté	- Evasão escolar; - EJA; - Análise de Discurso; - Educação; -Psicanálise.
2018	Aline Fabiane de Melo	Uma análise sobre a evasão escolar no Curso Técnico em Segurança do Trabalho	D	Universidade Norte do Paraná	- Ensino; - Educação Profissional; - Evasão escolar;

		do Senai-Londrina: proposta de ações interventivas			- Fatores da evasão.
2013	Cristiane Ferreira de Araujo	A evasão na educação profissional de nível técnico: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido	D	Universidade de Taubaté	- Evasão escolar; - Educação Profissional; - Trajetórias escolares.
2015	Caroline Bordin Minetti	Permanência e evasão escolar no Pronatec	D	Universidade Feevale	- Educação Profissional; - Pronatec; - Evasão; - Permanência.
2023	Ana Paula Batista Córdova	Evasão e infrequência escolar na educação infantil em uma escola pública municipal do interior do estado de São Paulo	D	Centro Universitário Adventista de São Paulo	- Escola pública; - Evasão; - Educação Infantil; - Infrequência; - Inclusão social.
2018	Romenia de Sousa	O jovem, as drogas e a escola: da condição de <i>adictos</i> à evasão escolar no município de Aparecida de Goiânia	D	Universidade Estadual de Goiás	- Urbanização; - Educação; - Drogadição; - Juventude.
2014	Terezinha Rosa Mendonça Guimarães	Evasão escolar e ensino de jovens e adultos no Brasil: um olhar histórico e psicanalítico da educação	D	Universidade Veiga de Almeida	- Evasão escolar; - Jovens e Adultos; - Ensino médio; - Psicanálise e educação; - Fracasso escolar; - Angústia.
2016	Enilson Elias de Castro Monteiro	Estudo de caso sobre a evasão em um curso de Teologia à distância	D	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	- EaD; - Educação à Distância; - Distância transacional; - Evasão; - Teologia.
2016	Karla Rangel Ribeiro	Estratégias para o enfrentamento da evasão escolar de mães e grávidas adolescentes no município de Campos dos Goytacazes	T	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	- Evasão escolar; - Gravidez na adolescência; - Estratégias para reduzir a evasão; - Questionário.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Legenda: D – Dissertação e T – Tese

Fabio de Oliveira Ramos, em sua dissertação intitulada “Representações de escola por alunos evadidos e reinscritos em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)”, defendida em 2013, apresenta como objetivo investigar as representações de escola construídas por estudantes que evadiram cursando o ensino fundamental e que, posteriormente retornaram os estudos por meio da EJA. O pesquisador faz uma análise referente aos mecanismos de autoexclusão escolar e busca compreender os fatores subjetivos, sociais e ideológicos que influenciam tanto a evasão quanto o

retorno dos alunos à escola. Por fim, tem como intuito desconstruir discursos de fracasso e estigmatização associados à trajetória escolar desses sujeitos.

Ramos (2013) utilizou como subsídios teóricos a Fundamentação na Análise do Discurso de linha francesa, baseada em Michel Pêcheux, em interface com a Psicanálise (Freud e Lacan) e com os estudos de Foucault. A metodologia utilizada foi através de entrevistas orais, informais e semiestruturadas, com alunos de EJA que passaram pela evasão, com a análise das regularidades enunciativas e dos efeitos de sentido, buscando identificar as marcas ideológicas, os sentidos atribuídos à escola e os processos de subjetivação.

Como resultados obtidos em relação às entrevistas realizadas com esses estudantes da EJA, ressalta o seguinte:

Podemos afirmar, portanto, que o sujeito pesquisado não atribui suficiente significado à metanarrativa sobre a importância da educação formal, ou atribui apenas à medida que esse dito corresponde, em sentimento de retorno a satisfazer sua demanda de poder em relação ao outro, ou de reconhecimento em relação a si, ou em capacidade de empregabilidade, e que gere capital para a sobrevivência (Ramos, 2013, p. 144).

De acordo com o pesquisador, a motivação desses sujeitos para retornar à escola não vem de um desejo puro pelo conhecimento ou pela valorização da educação em si, mas sim da necessidade de atender a demandas práticas, sociais, econômicas e afetivas que a escola pode proporcionar. Em síntese, eles não valorizam a escola como fim, mas como meio. Ou seja, a escola é importante se ela gerar resultados concretos e imediatos na vida deles.

A dissertação de Aline Fabiane de Melo, intitulada “Uma análise sobre a evasão escolar no Curso Técnico em Segurança do Trabalho do Senai-Londrina: proposta de ações interventivas”, defendida em 2018, apresenta como objetivo geral, “investigar as principais causas da evasão escolar dos alunos no Curso Técnico em Segurança do Trabalho oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de Londrina” (Melo, 2018, p. 16).

Trata-se de uma pesquisa com abordagem descritiva analítica, quanto aos procedimentos técnicos, e configura-se como documental e estudo de caso. O instrumento de pesquisa de campo foi desenvolvido em formato de questionário *online*.

Como resultados obtidos, pode-se concluir que a evasão no ensino profissional não é causada por um único fator, mas sim por uma interação de múltiplos fatores, tanto internos (ligados à dinâmica da escola) quanto externos (sociais, econômicos e familiares). Esse é um fenômeno estrutural, presente no contexto educacional, social e político, e não um problema isolado da instituição.

Melo (2018, p. 85) sugere que:

Com o intuito de garantir a conclusão dos alunos em cursos profissionalizantes na Instituição, é preciso rever algumas estratégias que valorizem a ampliação dos momentos de socialização, aulas diversificadas, atrativas e que permitam ao jovem perceber a utilidade dos conhecimentos aplicados com o mundo fora da escola. Diante disso, foi proposta uma mediação pedagógica com sugestões de práticas educativas que podem ser incorporadas ao processo de ensino/aprendizagem, visando ao ensino significativo e motivador e que podem ser implantadas de imediato, sem depender de investimentos financeiros elevados, contribuindo, portanto, para a melhoria da qualidade da educação.

Vale ressaltar que essas mudanças não exigem grandes investimentos financeiros, pois dependem muito mais de mudança de postura, planejamento e criatividade dos docentes e da gestão escolar.

Cristiane Ferreira de Araujo, em sua dissertação “A evasão na educação profissional de nível técnico: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido”, defendida em 2013, traz como objetivo geral investigar as causas da evasão escolar na educação profissional de nível técnico, a partir da trajetória escolar e do depoimento do aluno evadido. Segundo a pesquisadora:

Este estudo poderá contribuir para o processo de reflexão sobre a importância da educação para o desenvolvimento humano, a relevância necessária em buscar alternativas e estratégias para evitar que o aluno fique fora da escola de modo a garantir o acesso a ambientes que de fato contribuam para o processo de ensino-aprendizagem e a permanência neles, revelando o quanto as relações e os contextos são responsáveis pela construção de políticas públicas e ambientes ecológicos que propiciem o desenvolvimento humano.(Araujo, 2013, p. 153).

A metodologia aplicada foi de abordagem quali e quantitativa, com pesquisa documental, levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas. O local e a população foram a Escola Técnica ETEC de Taubaté (Centro Paula Souza) e estudantes evadidos no ano de 2011. Quanto aos procedimentos de análise dos dados, foi utilizado a Análise de Conteúdo de Bardin. Com base nas entrevistas realizadas e todo estudo acerca dessa temática, concluiu que:

Para prevenir a evasão escolar, a escola precisa repensar seu modelo, uma vez que os ambientes de aprendizagem precisam ser significativos, unir a formação técnica e a formação intelectual, tornando-se uma escola mais atrativa, interessante e acolhedora. Atualmente, com o advento das novas tecnologias, das mudanças nos sistemas de produção e na sociedade do conhecimento, surge um contexto macro exigente e competitivo que afeta e influencia o contexto micro do ambiente escolar (Araujo, 2013, p. 148).

Se a escola não se atualizar, não se tornar mais dinâmica, acolhedora, conectada com a realidade e com as transformações do mundo, ela perde seu sentido para os alunos. Isso reflete diretamente na evasão escolar, principalmente na educação profissional, onde os alunos esperam uma formação que de fato os prepare para os desafios da vida e do trabalho.

A dissertação de Caroline Bordin Minetti, intitulada “Permanência e evasão escolar no Pronatec”, defendida em 2015, teve como intuito analisar a permanência e a evasão escolar nos cursos oferecidos pelo Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), no período de 2012 a 2013. A pesquisa consistiu em um único estudo de caso, utilizando fontes documentais e bibliográficas, orientado por abordagens quali e quantitativa. Segundo a pesquisadora,

a escolha pelo tema deu-se inicialmente pelo interesse em entender o funcionamento do programa e sua efetividade, tendo em vista minha relação com o pagamento das bolsas auxílio aos estudantes do programa. O referido pagamento era baseado na frequência dos estudantes, e à medida que o curso avançava, as listagens iam diminuindo, indicando uma redução de alunos frequentando as aulas. Isso ocasionava uma sobra de recursos que seriam devolvidos à União. Porém o problema era ainda maior, pois como os estudantes estavam abandonando os cursos, isso poderia ser analisado por alguém, surgindo então uma oportunidade de pesquisa (Minetti, 2015, p. 18).

A autora discute como as transformações no capitalismo, especialmente com a acumulação flexível, impactaram a configuração do trabalho e, consequentemente, as políticas de educação profissional no Brasil. Aborda como o sistema educacional reproduz a lógica do capital, oferecendo formação rápida e superficial, que muitas vezes não garante a efetiva inserção no mercado de trabalho.

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Câmpus de Sapucaia do Sul/RS, com turmas dos anos de 2012 e 2013. A autora identificou que a evasão está relacionada a múltiplos fatores, como trajetórias de vida, dificuldades socioeconômicas, deslocamentos territoriais, falta de interesse nos cursos ofertados e incompatibilidades com a realidade dos alunos.

Como resultado do estudo, Minetti (2015) afirma que é fundamental dar voz aos estudantes, tanto concluintes quanto evadidos, para que se possa compreender as causas da evasão de forma mais completa. Esse olhar permite captar elementos que não aparecem em análises superficiais ou apenas estatísticas. A autora alerta para o risco de que o Pronatec se torne mais um programa de qualificação profissional desarticulado da educação básica e das demais políticas sociais, reforçando um modelo de inclusão excludente, em que os jovens são inseridos precariamente no mundo do trabalho.

Ana Paula Batista Córdova, em sua dissertação “Evasão e infrequência escolar na educação infantil em uma escola pública municipal do interior do estado de São Paulo”, defendida em 2023, traz como objetivo geral entender como as famílias percebem a obrigatoriedade, a relevância e os benefícios de a criança frequentar regularmente a pré-escola. Isso envolve saber se os responsáveis reconhecem que a pré-escola é uma etapa fundamental do desenvolvimento infantil, tanto do ponto de vista pedagógico (aprendizagens, desenvolvimento cognitivo, social e emocional) quanto legal, uma vez que é obrigatória no Brasil, desde a Emenda Constitucional nº 59/2009.

A metodologia foi de abordagem qualitativa, por meio de um estudo de caso, e a análise seguiu a metodologia de Análise de Conteúdo, com o uso do *software* Webqda. Além disso, foram analisados documentos institucionais como atas, fichas de acompanhamento e o Projeto Político Pedagógico da escola estudada. Em suma, a autora destaca que:

Os resultados obtidos com a análise de documentos e as entrevistas abertas com os responsáveis pelos alunos e com a equipe gestora da unidade escolar, constituiu seis vertentes, que se complementam entre si, para as causas da infrequência e evasão escolar: Pouca valorização da escola; Rotina da Família; Dificuldade no cuidado; Escola como espaço de brincar; Prioridade no trabalho; Falta de rede de apoio. A análise e compreensão dos fatos revelam que os responsáveis pouco valorizam a escola na etapa pré-escolar, talvez por isso permitam as faltas, pois não a entendem como importante no processo de desenvolvimento e escolarização do aluno. Tais responsáveis, em sua maioria, acreditam que a criança iniciará os estudos de forma efetiva apenas a partir do ensino fundamental, sendo a pré-escola como etapa limitada ao brincar sem intencionalidade pedagógica (Córdova, 2023, p. 80).

Diante do exposto, entende que é necessária uma ação conjunta entre escola, famílias e políticas públicas para mudar essa realidade e garantir o direito das crianças à educação desde a primeira infância.

A dissertação de Romenia de Sousa, intitulada “O jovem, as drogas e a escola: da condição de adictos à evasão escolar no município de Aparecida de Goiânia” defendida em 2018, investiga como os processos de urbanização, segregação socioespacial e vulnerabilidade social estão relacionados ao envolvimento de jovens com a drogadição e, conseqüentemente, à evasão escolar.

A metodologia se deu a partir de um estudo bibliográfico, com a análise documental de 305 prontuários de jovens atendidos pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do município, com levantamento de dados educacionais junto à Subsecretaria Estadual de Educação e visitas de campo às escolas e bairros mais afetados, mapeando a realidade socioespacial.

Os resultados da pesquisa concluíram que há uma forte relação entre segregação urbana, drogadição e evasão escolar, defendendo a necessidade urgente de políticas públicas que articulem diferentes setores para enfrentar, de maneira efetiva, os problemas da evasão escolar associada ao uso de drogas. Portanto, a escola precisa ser ressignificada nesses territórios, atuando como espaço de resistência, acolhimento e construção de projetos de vida para os jovens.

Terezinha Rosa Mendonça Guimarães, em sua dissertação “Evasão escolar e Ensino de Jovens e Adultos no Brasil: um olhar histórico e psicanalítico da educação”, defendida em 2014, tem como objetivo geral, compreender a evasão escolar em estudantes e o fluxo escolar no ensino médio para a EJA, levando em conta dados bibliográficos da área da educação e da psicanálise.

A autora percorre a história da educação desde a Grécia Antiga até os dias atuais, mostrando como a escola foi se consolidando como uma instituição social moldada por interesses políticos, econômicos e culturais. Destaca que, desde sua origem, a escola carrega contradições, funcionando tanto como espaço de democratização do conhecimento, quanto de reprodução de desigualdades sociais. Foi realizada pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo e interpretativo, buscando fundamentação teórica nas áreas de educação e psicanálise.

Enfim, pode-se concluir que — tanto a redução da evasão escolar, quanto a ampliação do Ensino de Jovens e Adultos — ambas dependem de mudanças políticas e administrativas que articulem as unidades federativas do país em

ações coordenadas; de gestores da educação que atuem em ações integradas e estratégicas; de programas de apoio que resgatem a dignidade do docente, traduzidas em melhores condições de trabalho e na conquista de níveis salariais compatíveis com a responsabilidade do trabalho que exerce; de oportunidades de ensino que atendam a demanda dos alunos de diferentes condições sociais, raças, etnias e faixas etárias. A busca do sucesso escolar só pode se efetivar com a participação de todos os atores sociais, macro e micro gestores, educadores, alunos, entidades públicas e privadas, a sociedade civil organizada, todas atuando de forma articulada e cooperativa (Guimarães, 2014, p. 101).

A evasão escolar, portanto, reflete uma falência da escola enquanto instituição que deveria garantir o direito à educação. É necessário repensar as práticas pedagógicas, as políticas públicas e o próprio sentido da escola. A interlocução entre educação e psicanálise permite compreender os processos subjetivos que atravessam a evasão, o fracasso e o desejo de aprender.

Enilson Elias de Castro Monteiro, em sua dissertação “Estudo de caso sobre a evasão em um curso de Teologia a distância”, defendida em 2016, tem como intuito geral a investigação dos motivos que levam à evasão em um curso livre de Teologia na modalidade EaD, da Faculdade Latino-Americana.

A metodologia é de abordagem qualitativa, a tipologia é um estudo de caso, e os instrumentos utilizados foram questionários *online* com alunos evadidos e entrevistas semiestruturadas com tutores. Quanto à análise dos dados, se deu através da análise temática de conteúdo, identificando categorias emergentes relacionadas aos fatores de evasão.

Quanto aos resultados, a hipótese inicial, de que a evasão seria majoritariamente explicada por problemas internos do curso (falta de diálogo, rigidez da estrutura ou excesso de autonomia), não se confirmou. A evasão não estava diretamente ligada à distância transacional, embora o aprimoramento das variáveis diálogo, estrutura e apoio à autonomia possam contribuir para a permanência dos alunos. A pesquisa sugere melhorias nas práticas pedagógicas, no acompanhamento dos alunos e no suporte à organização dos estudos. Destaca a importância de ações preventivas e estratégias de intervenção que considerem o contexto de vida dos estudantes, especialmente na modalidade EaD.

A distância transacional não foi o fator predominante para a evasão no curso. A evasão se mostrou mais ligada ao contexto pessoal e social dos alunos do que aos aspectos pedagógicos e tecnológicos do curso. O estudo recomenda ações para mitigar a evasão, como, por exemplo: a) fortalecimento do acompanhamento dos

alunos; b) melhoria na comunicação e no suporte pedagógico; e c) estratégias para desenvolvimento da autonomia dos estudantes.

Essa pesquisa contribui para o entendimento da evasão na EaD, especialmente em cursos livres, e aprofunda a discussão sobre os limites e aplicabilidades da Teoria da Distância Transacional na análise de evasão.

A tese de Karla Rangel Ribeiro, intitulada “Estratégias para o enfrentamento da evasão escolar de mães e grávidas adolescentes no município de Campos Dos Goytacazes”, defendida em 2016, tem como tema central o estudo das causas da evasão escolar de adolescentes grávidas e mães adolescentes. Apresenta uma proposta de estratégias para enfrentamento desse problema no município estudado, a partir da seguinte justificativa:

A gravidez na adolescência é tratada como um problema de saúde pública, levando a uma série de fatores de caráter médico, psicológico, social, dentre outros. Sendo assim, pelo fato de, no Brasil, de 2000 a 2013, ser verificado aumentos sucessivos nas taxas de natalidade em adolescentes, há de se realizarem estudos a respeito das causas e impactos da gestação em adolescentes, a fim de se adotarem políticas de prevenção e de assistência a estas gestantes (Ribeiro, 2016, p. 17).

Quanto a forma de abordagem, a pesquisa pode ser classificada como quali e quantitativa, exploratória, descritiva e explicativa. Quanto aos procedimentos técnicos, trabalhou a partir de entrevista estruturada, com questões de múltipla escolha.

Conclui que a evasão escolar está fortemente ligada a questões socioeconômicas, emocionais e à falta de suporte institucional. O enfrentamento exige políticas públicas intersetoriais, que integrem educação, saúde, assistência social e a comunidade escolar. A pesquisa oferece subsídios para elaboração de políticas públicas específicas, para garantir a permanência escolar de mães e grávidas adolescentes. Em suas considerações finais, indica causas e caminhos:

Com base na pesquisa realizada, é possível concluir que os seguintes fatores poderiam ter motivado a evasão das adolescentes grávidas no município de Campos dos Goytacazes: baixa escolaridade dos pais, participação em *bullying*, aspectos comportamentais expressos por expulsão de sala de aula e hábito de consumo de álcool, baixa participação em atividades extras, baixo estímulo dos alunos por parte de docentes e direção, ansiedade, dificuldade de atenção e dificuldade de solicitar auxílio diante de dificuldades de aprendizado, problema de saúde e baixa condição socioeconômica. Conforme citado anteriormente, mais do que 30 possíveis causas de evasão haviam sido descritas na literatura. O estudo 68 realizado permitiu exatamente identificar quais destas realmente seriam as que podem ter causado a evasão das adolescentes grávidas ou mães adolescentes no

contexto específico do município de Campos dos Goytacazes. A obtenção destas informações é importante uma vez que permite a adoção de estratégias que possam enfrentar de forma direcionada o problema da evasão (Ribeiro, 2016, p. 68).

A autora denuncia a má gestão dos recursos públicos na educação, associada à falta de políticas eficazes, o que agrava problemas como a evasão escolar. Defende que sua pesquisa serve como base concreta para que gestores públicos criem políticas sérias, voltadas para manter adolescentes especialmente grávidas e mães na escola.

4.4 Produção selecionada a partir do descritor “Políticas Públicas”

Apresenta-se quadro com a pesquisa selecionada com o descritor “Políticas Públicas”, seguido por uma síntese, destacando objetivos, caminhos metodológicos e resultados.

Quadro 4 – Produções selecionadas a partir do descritor “Políticas Públicas”

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição	Palavras-chave
2017	Willany da Cunha Reis	A presença de crianças em salas de EJA noturna no semiárido nordestino: táticas/astúcias de mulheres educandas para permanência e conclusão dos estudos	D	Universidade do Estado da Bahia	- Educação de Jovens e Adultos; - Mulheres; - Permanência escolar; - Políticas públicas; - Contextualização.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Legenda: D – Dissertação

Willany da Cunha Reis, em sua dissertação “A presença de crianças em salas de EJA noturna no semiárido nordestino: táticas/astúcias de mulheres educandas para permanência e conclusão dos estudos”, defendida em 2017, teve como objetivo geral, compreender a cultura escolar que vem se construindo na EJA a partir das astúcias utilizadas pelas educandas ao levarem suas crianças para as salas de aula em escolas da rede municipal de Juazeiro-BA, como tática de permanência.

Esse intuito orienta toda a pesquisa, buscando entender como essas práticas se configuram como estratégias de resistência e permanência das mulheres na EJA noturna, diante da ausência de políticas públicas que atendam às suas demandas específicas.

Quanto à metodologia, é uma pesquisa qualitativa, inspirada na fenomenologia, com estudo de caso, utilização de observação participante, entrevistas e registros fotográficos. A dissertação levanta a necessidade de repensar a EJA, incluindo nas políticas públicas a questão da maternidade e da conciliação entre estudo e cuidado com os filhos. Defende uma educação contextualizada e sensível às demandas do semiárido nordestino, considerando as realidades de gênero, classe e território.

Ao conhecer essa pesquisa, houve certo grau de comoção pela pesquisadora, pois revela, com tanta sensibilidade, a realidade das mulheres educandas da EJA e de suas crianças. As imagens retratadas, mostrando crianças nas salas de aula dormindo em carteiras, no colo das mães ou brincando nos corredores, trouxeram sensibilização de forma intensa. Mais do que registros, essas fotos traduzem uma luta silenciosa e cotidiana por um direito que deveria ser garantido: o acesso e, principalmente, a permanência na escola.

É impossível não se sensibilizar com todo o sistema que foi se organizando de forma espontânea dentro da própria comunidade escolar, como uma verdadeira rede de apoio construída entre mães, professoras, colegas e gestores. Essa pesquisa não apenas denuncia a ausência de políticas públicas que acolham essas mulheres, mas também evidencia a força, a resistência e a esperança que as movem em busca de oportunidades melhores, mesmo em meio a tantas adversidades.

4.5 Produções selecionadas a partir do descritor “FICAI”

Apresenta-se quadro com as pesquisas selecionadas com o descritor “FICAI” seguido de uma síntese breve de cada uma delas, destacando objetivos, caminhos metodológicos e resultados.

Quadro 5 – Produções selecionadas a partir do descritor “FICAI”

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição	Palavras-chave
2021	Brígida Navarro Sanches da Silva	O direito à educação sob a perspectiva do Conselho Tutelar: uma análise no município de Itaperuna (RJ)	D	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	- Direito social; - Conselho Tutelar; - Educação básica; - Infrequência; - FICAI.
2014	Eliete Ribeiro Falcão	A gestão da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI – e a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação	D	Unilassalle	- FICAI; - Direito à educação; - Serviço Social; - Evasão escolar; - Direitos da criança e do adolescente.

2023	Thaís Helena de Mello Seccon	O uso de tecnologias educacionais em rede como potencialidade da “FICAI” <i>on-line</i> : contribuição para garantia do direito à educação da criança e do adolescente no município de Cruz Alta/RS	D	Universidade Federal de Santa Maria	- Direito; - Educação; - FICAI On-line; - Criança e adolescente; - Tecnologias.
------	------------------------------	---	---	-------------------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Legenda: D – Dissertação

Brígida Navarro Sanches da Silva, em sua dissertação “O direito à educação sob a perspectiva do Conselho Tutelar: uma análise no município de Itaperuna (RJ)”, defendida em 2021, traz como tema central a análise de como o Conselho Tutelar atua na garantia do direito à educação, especialmente no enfrentamento à infrequência e evasão escolar, por meio do uso da FICAI. Ressalta que

o Conselho Tutelar é um dos órgãos garantidores dos direitos das crianças e adolescentes, desse modo, para uma boa atuação necessita de um grande apoio da gestão municipal. Trabalhar comprometido com sua demanda local precisa ser o compromisso dos conselheiros, os quais devem sempre buscar apoio junto à Secretaria de Assistência Social do município (Silva, 2021, p. 19).

Quanto à metodologia, a pesquisa foi qualitativa, de caráter descritivo e analítico, combinando pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Utilizou a metodologia da Análise de Conteúdo, e a amostragem de 89 FICAIs, de alunos do Ensino Fundamental II, enviadas ao Conselho Tutelar de Itaperuna no ano de 2019. O Ensino Fundamental II foi escolhido porque concentrou 34% dos casos de infrequência escolar, segundo o levantamento preliminar feito pela autora.

A infrequência escolar e a evasão são fenômenos complexos, relacionados a fatores intraescolares (como reprovação, distorção idade-série, desmotivação e falhas na gestão escolar) e extraescolares (como questões familiares, socioeconômicas, falta de acompanhamento e trabalho infantil). O Conselho Tutelar, embora seja uma instituição fundamental na rede de proteção, enfrenta desafios como: a) endereços desatualizados dos alunos e famílias; b) dificuldade na articulação com as escolas; e c) tempo insuficiente para a intervenção efetiva.

A FICAI, embora seja uma ferramenta importante de comunicação entre a escola e o Conselho, tem limitações operacionais, tanto na elaboração pela escola quanto no acompanhamento pelo próprio Conselho. O estudo evidencia que a responsabilização pela infrequência escolar não pode recair apenas sobre a família,

pois a escola também tem papel essencial na promoção de um ambiente acolhedor, que favoreça a permanência dos alunos.

As ações conjuntas entre escola, família, Conselho Tutelar e demais órgãos da rede de proteção social são essenciais para garantir a efetividade do direito à educação. Nesse sentido, os resultados da pesquisa de Silva (2021) apontam que

[...] mesmo em razão dos desafios enfrentados, as intervenções do CT [Conselho Tutelar] têm sido positivas diante da realidade, pois 84% retornaram ao ambiente escolar, sendo 72% para mesma escola, e 12% para outra escola. No entanto, 16% dos casos não obtiveram êxito nas ações das FICAIs, permanecendo, assim, esses alunos, nesse período, ausente do ambiente escolar (Silva, 2021, p. 148).

Diante do exposto, segundo Silva (2021), é esperado que as políticas públicas do município criem ações e estratégias que ajudem as escolas a enfrentar os problemas que acontecem dentro do próprio ambiente escolar, como dificuldades de aprendizagem, desmotivação, reprovação e distorção idade/série. O objetivo é que a escola, enquanto responsável principal pela parte pedagógica, consiga garantir a permanência dos alunos, atuando diretamente para reduzir os casos de infrequência que estão ligados a esses problemas internos.

A dissertação de Eliete Ribeiro Falcão, “A gestão da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI – e a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito à educação”, defendida em 2014, tem como objetivo geral investigar como se processa o fluxo da FICAI, a partir da inserção dos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) nesse fluxo na rede municipal e suas possíveis correlações com o Serviço Social.

A pesquisa é de abordagem qualitativa e quantitativa, com estudo de campo, de caráter exploratório, a partir de análise de dados secundários (INEP/Censo Escolar, IBGE, QEdU), entrevistas com gestores, coordenadores pedagógicos e profissionais da rede de assistência social (CRAS e CREAS), e aplicação de questionários e análise do fluxo da FICAI no município de Canoas-RS.

A pesquisa de Falcão (2014) mostra que, embora a FICAI seja uma ferramenta eficiente, sua gestão enfrenta desafios, como falta de integração entre os órgãos, dificuldades no fluxo de informações, e ausência de formação adequada para os profissionais da educação sobre seu uso.

A Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) é um instrumento interinstitucional de controle da frequência do aluno. Discutir a gestão da FICAI e a inserção do profissional de Serviço Social, na política educacional, pode constituir-se em uma parceira na busca de soluções para alguns problemas instalados na educação pública, principalmente no que diz respeito ao direito ao acesso, à permanência e ao aprendizado do aluno na escola, e a garantia do direito à educação (Falcão, 2014, p. 17).

Ainda, Falcão (2014) analisa como os CRAS e CREAS estão atuando dentro do fluxo da FICAI para enfrentar a evasão escolar. Busca entender se a assistência social está sendo realmente eficaz no apoio às escolas para resolver os casos de crianças e adolescentes que estão deixando de frequentar as aulas. Além disso, a pesquisa procura identificar quais são as dificuldades dos gestores da educação e da assistência social na realização da busca ativa, ou seja, no trabalho de localizar e trazer de volta esses alunos. O foco principal é verificar como o Serviço Social pode atuar dentro da escola, trabalhando com as famílias e lidando com as vulnerabilidades sociais que afetam esses alunos, como pobreza, violência, negligência, entre outros fatores.

Por fim, a autora ressalta a necessidade da articulação entre as políticas públicas de educação e assistência social, desenvolvendo ações conjuntas para proteger e garantir os direitos das crianças e adolescentes, especialmente no combate à evasão escolar. Também critica o fato de que, apesar dos avanços nas leis e políticas de inclusão, ainda existem muitas desigualdades sociais e falhas na gestão dos serviços públicos, que acabam, muitas vezes, dificultando o acesso e a permanência dos alunos na escola.

Em suas conclusões, Falcão (2014) destaca o trabalho realizado a partir da FICAI e que o combate à evasão escolar exige um cuidado muito grande, tanto no aspecto técnico, quanto ético e político, por parte de todos os profissionais envolvidos na educação, na assistência social e no sistema de proteção. Destaca que o momento atual é de aprimorar essa articulação, principalmente envolvendo os serviços oferecidos pelos CRAS e CREAS, que dão suporte às famílias em situação de vulnerabilidade.

Os dados do Ministério Público mostram que, onde a FICAI está sendo bem aplicada, os índices de evasão estão diminuindo, o que comprova a importância desse instrumento. O funcionamento do fluxo da FICAI somado à atuação dos CRAS e

CREAS, gera impactos positivos, pois aumenta as chances de os alunos retornarem para a escola, ao oferecer apoio tanto à criança quanto à família.

Além disso, a gestão da FICAI está em sintonia com o que determina o ECA, pois fortalece o trabalho em rede e ajuda os profissionais a entenderem melhor como intervir nas situações. Outro ponto importante é o uso do Cadastro Único (CadÚnico), que permite identificar as vulnerabilidades sociais das famílias, complementando os dados da educação, como os do Censo Escolar e da Prova Brasil.

Por fim, a autora conclui que, quando bem aplicada, a FICAI, junto com o trabalho do Serviço Social, é capaz de romper com padrões antigos de negligência institucional e reorganizar a vida das famílias, ajudando crianças e adolescentes a permanecerem na escola e a garantirem seus direitos.

Thaís Helena de Mello Seccon, em sua dissertação “O uso de tecnologias educacionais em rede como potencialidade da “FICAI” *on-line*: contribuição para garantia do direito à educação da criança e do adolescente no município de Cruz Alta/RS”, defendida em 2023, tem como objetivo analisar como a FICAI *on-line*, por meio do uso de tecnologias educacionais em rede, pode ser uma ferramenta efetiva para garantir o direito à educação de crianças e adolescentes, ajudando no combate à evasão escolar no município de Cruz Alta/RS.

A metodologia utilizada neste caso foi dedutiva, sendo aplicada pesquisa de campo. O estudo é qualitativo, exploratório, bibliográfico e documental. O instrumento de coleta de dados aplicado foi a entrevista semiestruturada, combinando questões abertas e fechadas. As entrevistas foram realizadas com os responsáveis pela alimentação de dados da Ficha FICAI *on-line* em 10 escolas, sendo 5 escolas estaduais e 5 escolas municipais de Cruz Alta/RS.

4.6 Produções selecionadas a partir da combinação dos descritores “Ensino Médio” e “Evasão Escolar”

Apresenta-se quadro com as pesquisas selecionadas a partir da combinação dos descritores “Ensino Médio” e “Evasão Escolar”, com uma síntese de cada trabalho, destacando objetivos, caminhos metodológicos e resultados.

Quadro 6 – Produções selecionadas a partir da combinação dos descritores “Ensino Médio” e “Evasão Escolar”

Ano	Autor	Título	Tipo	Instituição	Palavras-chave
2022	Karen Brustolin	Evasão escolar: ações governamentais e a negação do acesso e permanência no ensino médio no Brasil no período de 2016 a 2019	D	Unioeste	- Ensino Médio; - Evasão Escolar; - Desigualdade social; - Permanência.
2015	Marco Aurélio da Silva	Evasão escolar no ensino médio: o caso de uma escola estadual do município de Santa Cruz do Sul-RS	D	Universidade de Santa Cruz do Sul	- Ensino médio; - Evasão escolar; - Trabalho e contradições.
2022	Ana Maria Alves de Almeida Cruz	Evasão em escolas estaduais de Fortaleza: (des)caminhos no cotidiano institucional	D	Universidade Estadual do Ceará	- Determinantes sociais; - Evasão escolar; - Ensino médio; - Causas.
2023	Elisangela Baldo Bucco	A evasão nas escolas estaduais de ensino médio de Rondonópolis – Mato Grosso: uma análise dos condicionantes socioculturais e pedagógicos	D	Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões	- Evasão escolar; - Ensino médio; - Condicionantes socioculturais e pedagógicos.

Fonte: Elaborado pela autora a partir do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Legenda: D – Dissertação

A dissertação de autoria de Karen Brustolin, intitulada “Evasão escolar: ações governamentais e a negação do acesso e permanência no ensino médio no Brasil no período de 2016 a 2019”, defendida em 2022, problematiza as evidências e tendências da permanência ou evasão escolar nesse período. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica e documental, com pesquisa qualitativa, a qual compreendeu análises que contemplaram os dispositivos legais prescritos na Constituição Federal de 1988 e na LDBEN, Lei nº 9.394/1996, bem como outros documentos pertinentes à temática, além dos dados educacionais coletados em sites oficiais do governo federal e instituições de pesquisa.

Segundo a pesquisadora,

na análise da evasão escolar, há controvérsia em relação ao acesso e à permanência no Ensino Médio brasileiro. Todavia, compreendemos que o fracasso escolar nos direciona ao entendimento de que o processo de escolarização e o pleno desenvolvimento das capacidades de aprendizagem, bem como a permanência na escola, não são para todos. Cada modelo de sociedade abarca um modelo de Educação. Assim, compreende-se que os problemas no processo educacional dos sujeitos se refletem no problema do modo de organização social pautado no trabalho alienado (Brustolin, 2022, p. 88).

Diante da leitura, pode-se entender que a evasão escolar está diretamente ligada às desigualdades socioeconômicas, à precarização das condições de vida e trabalho, bem como às políticas públicas insuficientes. As políticas educacionais seguem uma lógica neoliberal, reforçando a responsabilização individual dos sujeitos pela própria permanência, ao invés de enfrentar as causas estruturais da evasão. Vale ressaltar que a pandemia de Covid-19 intensificou as desigualdades, acelerando o processo de evasão escolar (Brustolin, 2022).

Em suma, a evasão escolar no ensino médio não é um problema isolado, mas resultado das contradições do modelo capitalista e das políticas neoliberais adotadas no Brasil, especialmente a partir da década de 1990. Combater a evasão requer enfrentar as desigualdades estruturais, garantindo não só acesso, mas também condições materiais e pedagógicas para a permanência dos estudantes.

A autora afirma que, embora o acesso ao ensino médio seja um direito garantido por lei, na prática faltam ações efetivas que garantam a permanência dos estudantes na escola. Isso contribui diretamente para o aumento da evasão escolar. Questiona onde realmente está o problema: será que é culpa do aluno que abandona a escola ou da escola que não consegue mantê-lo? A análise mostra que a sociedade tende a responsabilizar o aluno pelo fracasso, em vez de reconhecer que o problema está nas desigualdades sociais e nas condições de vida precárias.

A autora também denuncia que muitos jovens abandonam a escola para trabalhar e ajudar na sobrevivência da família, enquanto uma minoria privilegiada compra essa força de trabalho. Assim, quem produz a riqueza (a classe trabalhadora) não é quem fica com ela. Existe uma inversão ideológica, que faz parecer que a culpa da pobreza é do próprio pobre, escondendo as verdadeiras causas: a exploração e a desigualdade social. Portanto, a evasão não é uma escolha livre do jovem, mas uma consequência das condições materiais, econômicas e sociais que o obrigam a trabalhar para sobreviver, revelando um sistema que reproduz a desigualdade e culpabiliza os mais pobres.

Marco Aurélio da Silva, em sua dissertação intitulada “Evasão escolar no ensino médio: o caso de uma escola estadual do município de Santa Cruz do Sul-RS, defendida em 2015, traz como objetivo geral analisar as causas da evasão escolar no ensino médio em uma escola estadual de um município do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2009 e 2014, considerando o estudante trabalhador, o abandono/evasão,

suas causas e o fracasso escolar. Em seu estudo, o autor contempla estudantes que são reprovados, o que acarreta em abandono, visto que, muitos precisam trabalhar para complementar a renda familiar, tendo que conciliar trabalho e escola.

Traz na investigação as causas da evasão escolar no ensino médio, adotando, enquanto metodologia, a abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, e a coleta de dados se deu por meio de entrevistas, observação e anotações de campo com os gestores, professores e alunos. Ainda, a análise é documental e estatística, a partir dos índices de evasão. Segundo o autor, a evasão escolar está associada a fatores socioeconômicos, culturais e estruturais, tais como a necessidade de trabalhar, falta de apoio familiar, baixa qualidade de ensino, violência interna e externa na escola, ausência de políticas públicas eficazes e descrédito da escola pública.

Em suas considerações finais, Silva (2015) afirma que

a realidade da problemática evasão escolar é um fenômeno que requer ações de políticas públicas educacionais e, para um melhor sucesso desse processo, a real participação de todos é fundamental, somente assim é possível se obter uma transformação social e cultural da realidade excludente que é as causas diversas apresentadas ao decorrer dessa pesquisa que irão desencadear na evasão escolar. É importante uma análise da realidade pela via do diagnóstico constante das situações de vulnerabilidade social que envolve os jovens educandos e, nesse sentido, a contribuição, cooperação e participação da família na vida da comunidade escolar, é algo imprescindível a ser conquistado. A investigação demonstrou a necessidade de uma melhor articulação entre escola- sociedade- família e Estado no sentido de contribuir para que os jovens tenham um amplo desenvolvimento humano e não apenas as suas habilidades e competências que são as bases para a preparação ao mundo do trabalho (Silva, 2015, p. 124).

Em suma, a escola, apesar de não ser a única responsável, tem papel fundamental na manutenção ou mitigação da evasão, e precisa repensar suas práticas pedagógicas, gestão democrática e relação com a comunidade. A evasão escolar deve ser compreendida como fenômeno coletivo e multifatorial, e não como culpa exclusiva do aluno. Defende-se uma educação emancipatória, democrática, inclusiva e contextualizada, reforçando a necessidade de ações integradas entre Estado, escola, comunidade e família para enfrentar a evasão escolar.

Ana Maria Alves de Almeida Cruz, em sua dissertação “Evasão em escolas estaduais de Fortaleza: (des)caminhos no cotidiano institucional”, defendida em 2022, traz como objetivo geral pesquisar os determinantes sociais da evasão escolar no ensino médio em uma amostra de escolas da rede estadual do Ceará, localizadas no município de Fortaleza. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo

exploratória e descritiva, consistindo em uma ampla revisão de literatura, levantando o Estado da Questão sobre o tema e identificando publicações em artigos, dissertações e teses que tematizam a evasão escolar, associando-a a fatores internos e externos à escola, assim como quanto a contextos sociais específicos, desigualdades sociais e econômicas e vulnerabilidades das mais variadas ordens. Por fim, foram realizadas entrevistas semiestruturadas.

De acordo com seu estudo, Cruz (2022) afirma que

é perceptível que pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social estão mais sujeitas a riscos, como o envolvimento com drogas ou substâncias ilícitas, alcoolismo, crimes, violência tanto em casa quanto fora de casa, fome, doenças, problemas psicológicos e outros. Essas condições são agravadas em situações de pobreza, o que traz sérias consequências para o desenvolvimento das crianças e adolescentes. Atesta-se que as escolas, sobretudo, as públicas, que estão situadas em regiões ou territórios de maior vulnerabilidade social têm, com efeito, grandes dificuldades para assegurar a permanência dos estudantes, bem como o progresso escolar (Cruz, 2022, p. 53).

Em suas considerações finais, a pesquisadora busca responder aos seus objetivos traçados em sua dissertação, assim concluindo:

O que a literatura aponta foi percebido nos relatos dos entrevistados, quando eles atribuem a evasão escolar a fatores internos à escola, como: problemas de infraestrutura; falta de recursos materiais; turmas lotadas; programa pedagógico da escola sem conexão com a realidade dos alunos; relações interpessoais conflituosas entre alunos e professores. No decorrer das entrevistas, foi verificado que tanto gestores como professores atribuíam o problema da evasão também a fatores externos à escola como necessidade de trabalhar por parte do aluno; disputa territorial motivada pelo tráfico de drogas; a violência, sobretudo a doméstica; a gravidez precoce; problemas psicológicos (depressão e ansiedade) e financeiros; desinteresse escolar etc. De forma parcial ou total, os fatores intra e extra escolares apontados pela literatura fazem-se presentes nos depoimentos dos entrevistados, mas merecem destaque os problemas advindos com a ocupação do espaço urbano pelas facções criminosas, um fenômeno novo, que afeta de forma negativa a geração de jovens que frequentam o ensino médio nas periferias urbanas (Cruz, 2022, p. 96).

A pesquisa conclui que o combate à evasão exige ações articuladas entre escola, família e Estado, com políticas públicas efetivas que assegurem acesso, permanência e sucesso escolar. Também aponta a necessidade de novas pesquisas, sobretudo, diante dos impactos da pandemia, que agravou ainda mais o problema.

Já a dissertação de Elisangela Baldo Bucco, intitulada “A evasão nas escolas estaduais de ensino médio de Rondonópolis – Mato Grosso: uma análise dos condicionantes socioculturais e pedagógicos”, defendida em 2023, tem como objetivo

geral de analisar os condicionantes socioculturais e pedagógicos da evasão escolar do ensino médio das escolas da rede estadual de Rondonópolis-MT, evidenciando possíveis alternativas para a inclusão dos alunos infrequentes nas escolas.

A metodologia é de caráter qualitativo e análise documental, e a análise teórica envolve autores como Oliveira e Magrone (2014), Vitelli e Fritsch (2016), Ferreira e Oliveira (2020), explorando causas e consequências, prejuízos sociais e ações de enfrentamento à evasão.

A dissertação ressalta que a evasão não é um problema isolado, mas está ligada às desigualdades sociais, à ausência de políticas estruturantes e à lógica de responsabilização do aluno. A permanência escolar deve ser compreendida para além da matrícula, envolvendo sentido, pertencimento e condições reais de aprendizagem. As políticas educacionais, a partir dos anos 1990, passam a incorporar uma lógica de eficiência, avaliação em larga escala e responsabilização individual.

Nesse sentido, a autora denuncia que, muitas vezes, os programas de combate à evasão são pontuais e não enfrentam as causas estruturais do problema. Destaca a necessidade de uma atuação conjunta entre educação, assistência social, saúde e outras áreas, reconhecendo que a evasão escolar é um fenômeno multidimensional. A dissertação evidencia que embora o Estado proponha garantir o direito à educação, as ações implementadas são insuficientes, fragmentadas ou incoerentes com as necessidades reais dos estudantes.

Em seus delineamentos finais, a pesquisadora relata que

a questão do abandono escolar é persistente, requer constantes estudos para abordar as suas causas, que são inúmeras e variam de escola para escola, de períodos de tempos, de localidade, influenciados com o que acontece na sociedade, na família ou na própria escola. Este problema pode refletir em todos sistemas de ensino nos níveis federal, estadual e municipal. Sendo necessário que cada sistema avalie os recursos e o apoio que fornece aos alunos para garantir que estão motivados a permanecer na escola, mesmo com as dificuldades que são encontradas pelo caminho. Os educandos se deparam com problemas financeiros, pessoais, de saúde e acabam pela desistência dos estudos, causando prejuízos financeiros, aumentando ainda mais as desigualdades sociais (Bucco, 2023, p. 96).

Em suma, conclui-se que a evasão escolar no ensino médio em Rondonópolis é um fenômeno multifacetado, profundamente enraizado em determinantes socioculturais, pedagógicos e estruturais. A pesquisa evidencia que, embora haja instrumentos relevantes como o Censo Escolar, a FICAI e o Plano de Compensação de Ausências, sua eficácia depende de uma gestão integrada, ações preventivas e

contínua atualização de dados. As soluções apontadas exigem comprometimento coletivo entre escola, família, comunidade e Estado, considerando as especificidades locais e apostando em práticas inclusivas e contextualmente relevantes.

Por fim, ao lançar questionamentos sobre as contradições do sistema capitalista e a responsabilização individual dos sujeitos, a dissertação convida para uma reflexão crítica, bem como para a construção de políticas educacionais que não apenas garantam o acesso, mas assegurem a permanência com dignidade, sentido e pertencimento, vislumbrando um futuro educacional mais justo e emancipador.

4.7 Considerações a partir da análise das produções: diferenças e aproximações com a pesquisa

A construção do Estado do Conhecimento possibilitou obter uma visão abrangente sobre as produções acadêmicas que tratam da temática da Busca Ativa, da evasão e das políticas públicas voltadas para a garantia do direito à educação.

Considerando a amplitude dos descritores utilizados “Busca Ativa”, “Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente”, “Evasão Escolar”, “Políticas Públicas” e “FICAI”, constatou-se um número reduzido de produções acadêmicas publicadas nos últimos dez anos, o que evidencia que este ainda é um campo pouco explorado no âmbito da pesquisa educacional. As produções analisadas revelam uma preocupação significativa com a efetivação do direito à educação, sobretudo, no que se refere às estratégias de enfrentamento à evasão e à garantia de acesso e permanência dos estudantes na escola.

De modo geral, os estudos apontam tanto os desafios quanto às potencialidades das políticas e práticas de Busca Ativa, destacando a necessidade de articulação intersetorial e de ações que vão além dos limites físicos da escola, alcançando as famílias e os territórios onde os estudantes estão inseridos.

Metodologicamente, observa-se uma predominância de pesquisas de natureza empírica, com abordagem qualitativa, voltadas para a compreensão e explicação do objeto de estudo a partir da coleta de dados concretos. Quanto aos procedimentos metodológicos, destaca-se a recorrência da análise documental, das entrevistas semiestruturadas e da observação direta como principais instrumentos de coleta de dados.

Também ganham relevância os estudos que adotam abordagens de intervenção, como a pesquisa-ação e os estudos de caso, por permitirem a análise de contextos específicos e a avaliação dos impactos de práticas educativas e de políticas públicas. Nesses estudos, as metodologias adotadas evidenciam a importância da imersão no campo e da construção de significados compartilhados entre pesquisadores e sujeitos da pesquisa, valorizando as experiências, os saberes e as interações que emergem no processo investigativo.

Essa perspectiva dialoga com Freire (1996, p. 25-30), ao defender uma prática investigativa pautada na escuta sensível e no respeito aos saberes dos sujeitos, compreendendo-os como protagonistas de sua própria história. Na mesma direção, Arroyo (2012, p. 65-70) ressalta que as pesquisas no campo educacional precisam reconhecer os sujeitos em sua inteireza, considerando os contextos sociais, culturais e históricos que atravessam suas trajetórias, sobretudo, quando se trata de populações em situação de vulnerabilidade social, frequentemente impactadas pela exclusão e pela negação de direitos.

Através da leitura e análise das dissertações e teses selecionadas, foi possível identificar as semelhanças e diferenças em relação à temática ora pesquisada. A dissertação de Máximo (2021), que teve como objetivo estudar a implementação da Busca Ativa e o monitoramento da frequência diária dos estudantes nas escolas municipais de Fortaleza, com ênfase na análise das diretrizes, normativas, fluxos de trabalho e articulação intersetorial para garantir a permanência dos alunos na rede municipal tornou-se uma referência parcialmente aproximada da pesquisa que se pretende desenvolver.

Isso porque, o estudo de Máximo (2021) é qualitativo, exploratório e documental, investigando a efetivação formal da política pública, com análise de documentos institucionais e entrevistas com gestores e técnicos responsáveis pela operacionalização da Busca Ativa. Seus resultados indicam avanços importantes na consolidação da política, estruturação de sistemas de informação e integração com órgãos, como o Ministério Público e o Conselho Tutelar, apontando também desafios operacionais e sociais que ainda demandam aprimoramento.

Em contrapartida, esta pesquisa busca abordar a Busca Ativa Escolar no ensino médio, com foco específico nos programas estaduais do estado de Mato Grosso, como “Pé de Meia” e “Nenhum Estudante a Menos”, e na atuação das equipes psicossociais nas escolas. Enquanto Máximo (2021) enfatiza a implementação formal

da política pública no âmbito municipal e o monitoramento da frequência diária, este estudo pretende investigar a busca ativa como uma estratégia mais ampla e integrada, que não se limita ao controle da frequência, mas inclui a análise dos processos sociais, educacionais e emocionais que influenciam a evasão e a permanência escolar. Além disso, esta dissertação destaca o papel dos agentes escolares e da gestão coletiva no enfrentamento das vulnerabilidades dos estudantes, visando não apenas a formalização da política, mas sua efetividade no combate à exclusão e na recuperação da aprendizagem.

Assim, enquanto Máximo (2021) se concentra na consolidação institucional e na operacionalização normativa da Busca Ativa no contexto municipal, a pesquisa que ora se constrói busca ampliar o escopo para compreender as dinâmicas locais, práticas pedagógicas e políticas públicas estaduais que atuam diretamente na promoção do direito à educação e no enfrentamento dos desafios do ensino médio, buscando construir estratégias que promovam a inclusão e a permanência dos jovens na escola de forma mais integral.

Já as dissertações de Roos (2017) e Duarte (2017), apresentam abordagens importantes sobre o enfrentamento da infrequência e evasão escolar, porém, com focos e perspectivas distintas da que se pretende realizar, sobre a Busca Ativa Escolar na etapa do ensino médio.

Roos (2017) analisa a Ficha FICAI como uma tecnologia de gestão educacional, problematizando seu funcionamento, efeitos e controvérsias. Sua pesquisa destaca que a FICAI desloca a infrequência escolar do âmbito exclusivamente escolar para uma questão jurídica e de gestão pública, suscitando um debate sobre esse instrumento proteger os direitos, ou se funciona como um mecanismo de controle e responsabilização das famílias e escolas. A autora enfatiza a necessidade de repensar práticas que não reforcem exclusão ou culpabilização, apontando para a articulação intersetorial e a mediação do Ministério Público como elementos essenciais para a eficácia da FICAI.

Já Duarte (2017) direciona seu estudo para a análise das políticas públicas de enfrentamento à infrequência e evasão escolar em um município específico, Santa Maria-RS, com base na Teoria da Proteção Integral. Utilizando a FICAI como instrumento de diagnóstico, sua pesquisa revela fragilidades na efetividade dessas políticas, evidenciando uma baixa correspondência entre registros de infrequência e o efetivo retorno dos estudantes à escola. Além disso, aponta inconsistências nos

dados e dificuldades na articulação da rede de proteção, como os Conselhos Tutelares, para garantir o direito social à educação.

Em contraste, a pesquisa em construção foca na Busca Ativa Escolar enquanto estratégia articulada com políticas públicas específicas no estado de Mato Grosso, como os programas “Pé de Meia” e “Nenhum Estudante a Menos”, e o papel das equipes psicossociais na mediação dos processos de acesso e permanência no ensino médio. Ao contrário dos estudos que enfatizam os aspectos jurídicos e a gestão da FICAI, busca-se compreender como a Busca Ativa, integrada a essas políticas e práticas coletivas, atua para enfrentar as múltiplas vulnerabilidades que afastam os estudantes da escola, promovendo estratégias de recuperação da aprendizagem e inclusão social.

Portanto, enquanto Roos (2017) e Duarte (2017) concentram suas análises na FICAI como ferramenta de gestão e diagnóstico da infrequência escolar, com ênfase nas suas limitações e impactos institucionais, esta pesquisa busca expandir o olhar para o campo prático e coletivo da Busca Ativa, com enfoque na efetivação do direito à educação no ensino médio, considerando o contexto sociocultural e as políticas públicas locais como elementos fundamentais para o enfrentamento da evasão escolar.

De outro lado, a pesquisa de Ramos (2013) se concentra nas representações sociais construídas por alunos evadidos e reinscritos na EJ), da qual, esta pesquisa se diferencia ao focalizar no papel das políticas públicas no combate à evasão no ensino médio regular, bem como na Busca Ativa e sua implementação e na relação entre evasão e desigualdades sociais. Assim, o objeto de estudo e o contexto escolar investigados são distintos, o que implica diferentes variáveis e implicações para as estratégias de enfrentamento da evasão.

Além disso, Ramos utiliza a Análise do Discurso, articulada com a Psicanálise e Foucault, para compreender os mecanismos subjetivos da evasão, privilegiando a dimensão simbólica e ideológica. Já na pesquisa que ora se constrói, adota-se análise qualitativa, estudo de políticas públicas com base em documentos oficiais, aplicação de questionário com a equipe pedagógica e psicossocial, destacando aspectos mais institucionais, políticos, ou pedagógicos, o que gera uma compreensão diferente do fenômeno e orienta ações distintas, além de trabalhar na perspectiva de Análise de Conteúdo.

Pesquisas como as de Melo (2018), Araújo (2013) e Minetti (2015), focalizam o ensino técnico profissionalizante e programas específicos, como o Pronatec, discutindo a evasão em função da relevância social, pedagógica e econômica da formação técnica. Este estudo se diferencia ao analisar a evasão no ensino médio regular público, na educação básica, sem foco no ensino técnico. Essa distinção impacta diretamente no tipo de estratégias de intervenção e na análise das causas da evasão.

A pesquisa de Córdova (2023), aborda a evasão e infrequência na educação infantil, um nível de ensino com demandas e desafios muito diferentes do público-alvo da pesquisa deste projeto, que pode estar situada em etapas escolares posteriores, com problemáticas específicas quanto ao acesso e permanência escolar de jovens e adolescentes.

Estudos como os de Sousa (2018) e Ribeiro (2016), que tratam da evasão em contextos vulneráveis, vinculando fatores socioeconômicos, saúde pública e segregação social, ressaltam a complexidade das causas e a necessidade de políticas integradas. O estudo que se pretende produzir pode contribuir ao focar especificamente na análise da implementação da Busca Ativa Escolar, o impacto das redes de proteção social na redução da evasão, o papel da gestão escolar no acolhimento e engajamento dos estudantes, abordando aspectos complementares ou específicos desses contextos.

Enquanto Monteiro (2016) estuda a evasão em cursos de ensino a distância, esta pesquisa se diferencia pelo foco na modalidade presencial, com desafios próprios relacionados à frequência e engajamento dos estudantes no espaço físico da escola. Embora praticamente todas as pesquisas selecionadas pelo Estado do Conhecimento compartilhem o objetivo de compreender estratégias de permanência escolar e o papel das políticas públicas na garantia do direito à educação, apresentam diferenças significativas em seus recortes e abordagens.

A dissertação de Reis (2017) concentra-se especificamente nas mulheres educandas da EJA noturna que, diante da ausência de políticas públicas adequadas, levam suas crianças para as salas de aula como uma tática para garantir sua permanência nos estudos. Já a presente pesquisa direciona seu foco aos estudantes do ensino médio, abordando as políticas públicas e estratégias voltadas para o acesso, permanência e combate à evasão escolar desse segmento, abrangendo um público mais amplo e diverso.

Outro ponto de distinção refere-se ao contexto geográfico e social. Enquanto Reis (2017) desenvolveu seu estudo no Semiárido Nordeste, na cidade de Juazeiro-BA, com suas características e desafios próprios, esta pesquisa está situada em outro território, no estado de Mato Grosso, onde as dinâmicas sociais, econômicas e culturais se apresentam de maneira distinta, o que exige diferentes enfoques e adaptações nas políticas públicas educacionais.

Adicionalmente, a dissertação da autora aborda com profundidade a questão da maternidade e do cuidado como elementos centrais da experiência das educandas, destacando a necessidade de políticas públicas que considerem essas demandas específicas. Em contraponto, o presente estudo não enfatiza diretamente a maternidade, concentrando-se mais amplamente nas estratégias institucionais e políticas para garantir a permanência e o sucesso escolar dos estudantes do ensino médio.

No que tange à metodologia, a pesquisa de Reis (2017) utiliza uma abordagem qualitativa inspirada na fenomenologia, com estudo de caso, observação participante, entrevistas e registros fotográficos, buscando captar a dimensão vivida e subjetiva das educandas. Já esta pesquisa, pode adotar diferentes métodos, incluindo análises documentais, quantitativas e qualitativas, sem necessariamente recorrer à observação participante ou registros visuais, dependendo do desenho metodológico adotado.

Em relação ao estudo proposto por Reis (2017), que analisa as táticas de resistência e as práticas culturais que emergem das próprias educandas, diante das lacunas das políticas públicas, o presente trabalho focaliza a formulação, implementação e impacto das políticas públicas educacionais, como a Busca Ativa e programas estaduais, buscando compreender como essas iniciativas podem efetivamente contribuir para a garantia do direito à educação e a redução da evasão no ensino médio.

Trabalhos como os de Silva (2021) e Falcão (2014), apresentam análises robustas sobre a gestão da FICAI e o papel do Conselho Tutelar e dos serviços socioassistenciais no combate à evasão escolar. Essas pesquisas reforçam que a evasão é uma demanda que ultrapassa os muros da escola, sendo necessária uma atuação articulada da rede de proteção social para enfrentar o problema de forma efetiva.

Enquanto esta pesquisa centra-se na Busca Ativa Escolar aplicada ao ensino médio da rede estadual, relacionando-a diretamente às políticas públicas educacionais e ao papel da gestão escolar nesse processo, a dissertação de Silva (2021) foca especificamente na atuação do Conselho Tutelar no fluxo da FICAI, voltado para estudantes do Ensino Fundamental II, com análise dos encaminhamentos e intervenções realizadas no município de Itaperuna-RJ.

Por sua vez, Falcão (2014) amplia o olhar para o funcionamento da rede de proteção social, investigando como os CRAS e CREAS se articulam no fluxo da FICAI no município de Canoas/RS, com ênfase no papel do Serviço Social no enfrentamento da infrequência escolar, aspecto que não é foco central desta pesquisa.

A dissertação de Seccon (2023), complementa esse debate ao introduzir o uso das tecnologias educacionais em rede, apontando caminhos para a modernização dos instrumentos de controle da frequência e para a articulação intersetorial. Essa abordagem tecnológica destaca o potencial das plataformas digitais para otimizar o monitoramento e a gestão dos estudantes em risco.

Essa dissertação diferencia-se ao analisar a FICAI em formato digital, priorizando a gestão tecnológica da informação na rede municipal de Cruz Alta-RS. A abordagem em construção, por outro lado, está mais voltada para a análise das políticas públicas educacionais e o acompanhamento dos estudantes em risco, sem aprofundar o uso de plataformas digitais específicas. Além disso, este estudo tem como público-alvo os alunos do ensino médio, enquanto as demais pesquisas concentram-se em etapas diferentes da educação básica, como o Ensino Fundamental e a EJA.

Já a pesquisa ora em desenvolvimento, avança nesse campo ao articular a FICAI, a Busca Ativa Escolar e os programas de proteção social, como o “Pé de Meia” e “Nenhum Estudante a Menos”, dentro do contexto das políticas públicas educacionais para o ensino médio no estado de Mato Grosso. Embora compartilhem o objetivo comum de enfrentar a evasão escolar e garantir o direito à educação, as dissertações mencionadas apresentam diferenças significativas quanto ao foco, objeto de estudo e recorte metodológico.

Vale ressaltar que, em todas as leituras, não houve a aplicação do plano de compensação de ausências, que está em união com a Busca Ativa, pois se o aluno estiver reprovado por falta e evadido ele pode retornar, fazer esse plano e suas faltas são justificadas.

As semelhanças e diferenças entre a pesquisa ora em desenvolvimento, comparando-a com a de Brustolin (2022), revela que ambas dialogam na análise da evasão escolar como expressão das contradições sociais, econômicas e educacionais, mas se diferenciam no recorte, na escala, na metodologia e na abordagem. Brustolin (2022) tem um olhar mais estruturante e crítico das macroestruturas sociais e educacionais, enquanto esta dissertação tem uma orientação mais aplicada, prática e propositiva, centrada na análise das políticas públicas concretas de enfrentamento à evasão escolar no contexto do estado de Mato Grosso e das realidades vivenciadas no cotidiano escolar.

A autora desenvolve uma pesquisa bibliográfica e documental, com base qualitativa, e fundamenta-se em marcos legais como a Constituição Federal, LDBEN e em dados oficiais. A análise crítica aponta que a evasão está diretamente relacionada às desigualdades socioeconômicas, à precarização das condições de vida e ao avanço das políticas neoliberais, que deslocam para o indivíduo a responsabilidade pelo fracasso escolar, desconsiderando os fatores estruturais.

Argumenta que esse modelo de responsabilização do aluno e da família encobre as reais causas da evasão, ligadas à lógica de exploração do trabalho, à pobreza e à falta de condições materiais adequadas para permanência. Essa crítica dialoga com Dardot e Laval (2016) e com Ângela Naschold (2003, 2007, 2012, 2017), especialmente na defesa de uma educação que promova pertencimento, participação e desenvolvimento integral, e que vá além do mero acesso físico à escola.

Vale ressaltar que esse estudo se difere da pesquisa ora em construção, pois enquanto Brustolin (2022) realiza uma análise macroestrutural e documental, com base em políticas nacionais e dados oficiais, esta dissertação foca no campo prático, por meio de entrevistas, observações e análise de documentos locais, com atenção especial à implementação e reformulação de políticas públicas específicas no município de Rondonópolis-MT.

Outro diferencial é a utilização da abordagem do Ciclo de Políticas, de Stephen Ball, que permite compreender como políticas como Busca Ativa Escolar, “Pé de Meia” e “Nenhum Estudante a Menos” são interpretadas, adaptadas e aplicadas no cotidiano escolar, considerando o papel dos sujeitos escolares, o que não é abordado por Brustolin (2022).

Nesta pesquisa, busca-se ir além da crítica estrutural, para apontar experiências, limites e potências das estratégias locais de enfrentamento à evasão,

como a atuação de equipes psicossociais e ações intersetoriais, trabalhando em um contexto que ultrapassa o plano mais geral das políticas nacionais trabalhadas pela autora. Enquanto a pesquisadora realiza uma crítica importante ao sistema, esta pesquisa se aproxima mais da realidade vivida pelas escolas e estudantes, refletindo diretamente a atuação de coordenadores pedagógicos, psicólogos e assistentes sociais, buscando revelar a complexidade das práticas escolares no enfrentamento à evasão.

Em suma, ambas as dissertações compartilham o compromisso ético e político com a garantia do direito à educação, reconhecendo que a evasão escolar decorre de múltiplos fatores históricos, sociais e econômicos. No entanto, nesta pesquisa, se busca avançar ao investigar como essas políticas públicas são efetivamente vividas, compreendidas e ressignificadas nos contextos escolares. Diante disso, contribui para o fortalecimento de um olhar situado, propositivo e crítico, que articula as dimensões macroestruturais e micropolíticas da permanência escolar, perspectiva coerente com os fundamentos de Naschold (2003, 2007, 2012, 2017) e da abordagem do Ciclo de Políticas, proposta por de Ball (1994, 2001, 2006).

A dissertação de Silva (2015), teve como intuito analisar as causas da evasão escolar no ensino médio e identificou múltiplas causas da evasão escolar, como a necessidade de trabalhar, falta de apoio familiar, baixa qualidade do ensino, violência dentro e fora da escola, descrédito da escola pública e ausência de políticas públicas eficazes. Em suas considerações finais, o autor defende que a evasão é um fenômeno coletivo e multifatorial, cuja superação exige ações articuladas entre escola, comunidade, família e Estado. Além disso, o autor aponta a necessidade de se repensar as práticas pedagógicas, a gestão democrática e a função social da escola, reafirmando a importância de uma educação emancipatória, inclusiva e humanizadora.

Enquanto Silva (2015) aborda a evasão em termos mais gerais, pretende-se analisar, de forma aprofundada, programas concretos como a Busca Ativa, “Pé de Meia” e “Nenhum Estudante a Menos”, e como esses instrumentos são operacionalizados nas escolas. Além disso, busca trazer o papel das equipes psicossociais, das estratégias de escuta e acolhimento, e do trabalho em rede, aspectos ausentes na análise do autor.

Este estudo se diferencia ainda pela densidade teórica, com base em autores como Naschold (2003, 2007, 2012, 2017), Ball (1994, 2001, 2006), Arroyo (2012,

2013), Dardot e Laval (2016), Cury (2002, 2013) e Saviani (2009), o que permite uma leitura crítica e dialética da evasão escolar, não apenas como consequência de fatores externos, mas também como resultado da forma como o Estado se organiza para garantir o direito à educação.

A dissertação de Silva (2015) contribui com uma análise sensível da evasão escolar, centrada na realidade de uma escola pública gaúcha e nos desafios enfrentados por estudantes em situação de vulnerabilidade. Seu trabalho é importante por reafirmar a necessidade de uma gestão escolar comprometida e de ações integradas com a comunidade. Contudo, a pesquisa ora em desenvolvimento se destaca por adotar um olhar mais político e sistêmico, ao analisar como políticas públicas de permanência escolar são construídas, reinterpretadas e vividas nas escolas, reconhecendo as tensões entre a lógica da responsabilização e a luta pelo direito à educação. Esse enfoque, sustentado por Ball (1994, 2001, 2006) e Naschold (2003, 2007, 2012, 2017), permite avançar na compreensão de que a permanência não se garante apenas com “boas intenções”, mas com ações estruturadas, coletivas e com responsabilidade às necessidades reais dos sujeitos escolares.

A dissertação de Cruz (2022) identifica como causas da evasão escolar uma rede de fatores internos e externos à escola, incluindo infraestrutura precária, falta de conexão curricular com a realidade dos alunos, violência doméstica e urbana, tráfico de drogas, gravidez precoce, depressão, ansiedade, pobreza extrema e necessidade de trabalhar. Sua análise demonstra que os contextos de vulnerabilidade territorial afetam diretamente a permanência escolar e que o combate à evasão exige ações conjuntas entre escola, família e Estado.

Sua pesquisa contribui significativamente para o diagnóstico das causas da evasão escolar, especialmente nas regiões periféricas marcadas pela violência e pela vulnerabilidade social. A análise que se pretende desenvolver reforça a importância de compreender o contexto social e territorial do estudante e o impacto disso na permanência escolar, a partir de uma escrita crítica, fundamentada e propositiva, investigando como políticas públicas específicas são vividas, reinterpretadas e operacionalizadas no cotidiano escolar. Em suma, propõe-se um olhar que articula as estruturas e as práticas, os direitos e os obstáculos, revelando as disputas em torno da garantia do direito à permanência escolar com sucesso e dignidade.

Bucco (2023) tem como objetivo analisar as políticas públicas educacionais voltadas para o ensino médio, focando seus efeitos na permanência e na evasão

escolar. A autora parte da compreensão de que a evasão escolar é um fenômeno estrutural e multifatorial, relacionado à lógica neoliberal da gestão educacional, à desigualdade social e à fragilidade das ações estatais. A autora realiza uma análise documental e bibliográfica, sem trabalho de campo. Na pesquisa que se pretende desenvolver, por outro lado, adota-se uma abordagem qualitativa com análise empírica, incluindo aplicação de questionários e análise de dados institucionais, o que aprofunda a compreensão sobre a tradução da política no contexto da prática.

A dissertação de Bucco (2023) contribui significativamente ao refletir com criticidade sobre o papel das políticas públicas no ensino médio, denunciando as contradições do discurso legalista que afirma o direito à educação, mas não garante condições materiais e estruturais reais para a permanência. Minha análise reforça a urgência de ações integradas e de políticas consistentes, voltadas às reais necessidades dos estudantes da classe trabalhadora.

Esta dissertação, por sua vez, vai além da crítica teórica, ao revelar como essas políticas são implementadas, adaptadas e desafiadas no cotidiano escolar, com base na vivência e experiência dos sujeitos diante da relação direta com as práticas escolares. Ao adotar a lente da abordagem do Ciclo de Políticas, este estudo busca revelar os conflitos e as disputas presentes entre formulação, implementação e ressignificação das políticas públicas, promovendo uma leitura política, crítica e comprometida com a efetivação do direito à permanência com dignidade na educação básica, especificamente na etapa do ensino médio.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Direito à educação: papel do Estado e responsabilidade pública

O direito à educação é prerrogativa registrada na Constituição Federal de 1988 como um dos direitos sociais fundamentais, sendo dever do Estado garanti-lo, com base nos princípios da igualdade, universalidade e gratuidade (CF/1988, art. 205). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), Lei nº 9.394/96, reafirma esse compromisso, ao passo que o Plano Nacional de Educação (PNE) explicita metas e estratégias para sua efetivação. Portanto, o direito à educação configura-se como um dever do Estado e direito subjetivo de todos os cidadãos.

Segundo Cury (2002), a educação deve ser compreendida como um direito público subjetivo, isto é, como um direito exigível e inalienável, cuja realização depende de ações concretas do Estado e da sociedade. Para o autor, a educação é uma política pública que se estrutura sob os princípios da igualdade e da universalidade, sendo papel do Estado garantir o acesso, a permanência e a qualidade do ensino.

Saviani (2009) reforça esse entendimento ao destacar que a educação escolar é uma prática social historicamente situada, cuja função precípua é a mediação entre o conhecimento sistematizado e os sujeitos sociais, promovendo a formação plena e crítica. Já Arroyo (2013), denuncia que a negação do direito à educação se manifesta, sobretudo, entre as populações mais vulnerabilizadas, exigindo uma ação política comprometida com a equidade e a justiça social.

De forma convergente, Suanno (2021) reforça que a educação, enquanto prática social formadora, é responsável por articular o indivíduo à sociedade, contribuindo para o exercício da cidadania e para a construção de vínculos comunitários. Essa dimensão social e relacional da educação destaca o papel do Estado na criação de políticas que promovam a equidade e combatam a evasão escolar, compreendida como negação do direito à aprendizagem.

Os relatórios recentes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023) indicam que a evasão escolar representa uma violação direta do direito à educação, gerando impactos sociais e econômicos significativos. A cada estudante que abandona a escola, o país perde capital humano e amplia o ciclo intergeracional da pobreza. O PNUD (2023) ressalta que “a evasão

escolar amplia as desigualdades e compromete o desenvolvimento humano”, o que evidencia a urgência de ações integradas entre educação, assistência social e saúde.

Nesse sentido, a Busca Ativa emerge como uma estratégia concreta de efetivação do direito à educação. Ao identificar e reintegrar estudantes em situação de infrequência ou abandono, essa política materializa o princípio constitucional da universalidade do ensino, reconhecendo que o direito à educação não se cumpre apenas com a matrícula, mas com a permanência e o sucesso escolar. Em outras palavras, não há direito garantido sem permanência assegurada.

A centralidade da educação como bem público e dever estatal exige, portanto, uma leitura crítica das políticas educacionais contemporâneas. O Estado, ao formular programas como o FICAI, o “Nenhum Estudante a Menos” e o “Pé de Meia”, busca responder a uma demanda histórica de combate à exclusão educacional. No entanto, tais políticas precisam ser compreendidas em sua totalidade: como expressão de compromissos sociais, mas também como práticas sujeitas às contradições da gestão pública e às influências das racionalidades políticas dominantes.

Dessa forma, para dar início às discussões sobre evasão escolar no ensino médio, é fundamental compreender a concepção básica de direito à educação como bem público, universal e inegociável, e que constitui o fundamento ético e legal das políticas públicas educacionais voltadas à garantia do acesso, permanência e aprendizagem com qualidade social.

A efetivação desse direito está diretamente ligada às políticas educacionais, à gestão democrática e à superação das desigualdades sociais historicamente constituídas. Sob essa perspectiva, a Busca Ativa Escolar, enquanto estratégia de enfrentamento à evasão, se concretiza a partir de um conjunto de fatores, incluindo a responsabilização do Estado em assegurar os recursos, a infraestrutura e as ações articuladas entre diferentes setores. Cury (2002) enfatiza que a educação deve ser compreendida como direito social fundamental, sendo indispensável à formação do cidadão e à construção de uma sociedade democrática.

5.1.1 Gestão educacional, neoliberalismo e responsabilização

A partir da década de 1990, o Brasil passou a vivenciar um processo de reconfiguração das políticas públicas educacionais, influenciado pela lógica neoliberal. Tal lógica passou a incidir sobre a organização da escola pública, impondo

critérios de desempenho, produtividade e responsabilização individual, especialmente sobre os estudantes em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, a evasão escolar deixa de ser tratada como um fenômeno complexo e socialmente condicionado e passa a ser interpretada como uma falha do próprio aluno ou da escola, deslocando a atenção das causas estruturais para as consequências individuais.

Frigotto (2003) alerta que o neoliberalismo promove uma profunda mercantilização da educação, transformando o direito social em serviço, e submetendo os processos escolares às dinâmicas de controle, competitividade e avaliação performativa. Essa racionalidade ignora as desigualdades sociais, econômicas e culturais que incidem sobre a permanência dos estudantes na escola, especialmente no ensino médio, etapa marcada por altos índices de abandono e exclusão. Para o autor, “o discurso da eficiência e da responsabilização individual transforma os problemas estruturais da sociedade em *déficits* pessoais, culpabilizando os sujeitos por não se ajustarem às exigências de um sistema que, por sua própria lógica, os exclui” (Frigotto, 2003, p. 18).

Essa lógica é reforçada por mecanismos de avaliação em larga escala e metas de desempenho, que colocam sobre os ombros da escola e dos estudantes a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso educacional, sem considerar o papel do Estado na garantia de condições reais de aprendizagem, permanência e proteção social. Nesse sentido, Ball (2001) também chama atenção para o fenômeno da performatividade, pela qual os atores educacionais passam a agir com base em resultados e indicadores, e não em princípios pedagógicos e humanos.

Complementando essa análise, Dardot e Laval (2016) apontam que o neoliberalismo não é apenas um modelo econômico, mas uma forma de governamentalidade, ou seja, uma maneira de produzir sujeitos ajustados às exigências do mercado, treinados para a competitividade, a autogestão e a adaptação à precariedade. Dentro dessa lógica, a evasão escolar não aparece como um problema social a ser combatido com políticas públicas abrangentes, mas como uma consequência natural das escolhas dos próprios indivíduos.

Ao propor uma crítica contundente a essa perspectiva, Frigotto (2003) reivindica uma educação verdadeiramente emancipadora, comprometida com a formação integral dos sujeitos, com a justiça social e com o enfrentamento das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira. Assim, a Busca Ativa

deve ser compreendida como uma ação técnica de identificação e reintegração de estudantes, mas mais do que isso, como uma estratégia política de resistência, que reafirma o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade como elemento central na construção da cidadania.

A gestão educacional, por sua vez, constitui-se como um campo de tensões entre o ideal democrático de participação coletiva e as práticas contemporâneas marcadas pela racionalidade gerencial e pela cultura da performatividade. Ao longo das últimas décadas, o avanço das políticas neoliberais tem reconfigurado o papel do Estado e das instituições escolares, substituindo a lógica do direito pela lógica da eficiência, e transformando a gestão da educação em espaço de controle, mensuração e responsabilização. Nesse contexto, discutir a Busca Ativa Escolar e outras políticas de permanência requer compreender como essas racionalidades incidem sobre o trabalho educativo e sobre o sentido público da escola.

Segundo Lück (2009), a gestão escolar deve ser entendida como um processo democrático e coletivo, orientado pela corresponsabilidade entre os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar. Para a autora, a gestão democrática “se constitui como meio de garantir a participação efetiva e consciente dos profissionais da educação, dos estudantes e da sociedade civil nas decisões escolares” (Lück, 2009, p. 56). Essa concepção de gestão contrasta com modelos centralizadores e tecnicistas, nos quais as decisões são tomadas de forma hierarquizada e distantes das realidades escolares. Ao compreender a gestão como espaço de diálogo e construção coletiva, o autor enfatiza a importância de articular o projeto político-pedagógico às necessidades concretas da comunidade escolar.

Em consonância com essa perspectiva, Libâneo (2016) destaca que a gestão participativa tem como princípio a valorização da dimensão pedagógica da escola, entendida não como mera executora de políticas, mas como espaço de elaboração crítica e mediação social. Para o autor, a escola pública precisa reafirmar seu caráter formador e político, resistindo à tendência de subordinação às lógicas administrativas e de mercado. Nas palavras de Libâneo (2016, p. 82), “a gestão democrática é, antes de tudo, um exercício de cidadania e um modo de garantir que a escola cumpra sua função social de formar sujeitos críticos e emancipados”. Assim, a efetivação de políticas como a Busca Ativa Escolar depende de gestões que saibam equilibrar a responsabilidade administrativa com a intencionalidade pedagógica e social.

Contudo, o cenário contemporâneo da educação brasileira tem sido profundamente marcado pela influência da racionalidade neoliberal, analisada por Dardot e Laval (2016) como uma nova forma de governamentalidade. Para os autores, o neoliberalismo não se limita a um modelo econômico, mas constitui uma racionalidade política total, que transforma o sujeito em “empreendedor de si” e redefine as instituições públicas segundo critérios de produtividade e competitividade: “O neoliberalismo é uma razão do mundo que tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas também a conduta dos governados” (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Essa racionalidade penetra o campo educacional por meio de políticas de avaliação externa, metas de desempenho e mecanismos de responsabilização, convertendo a escola em uma organização voltada à produção de resultados quantificáveis. Nesse contexto, Ball (2005) analisa a noção de performatividade como um dos principais instrumentos de regulação neoliberal. Segundo Ball (2005, p. 13), “a performatividade cria um regime de visibilidade e controle em que o valor do trabalho docente é medido por indicadores e resultados, e não por princípios pedagógicos ou sociais”. Para o autor, a performatividade é uma tecnologia política que redefine a ação dos profissionais da educação, impondo-lhes padrões de eficácia e produtividade que substituem o compromisso ético-pedagógico pelo cumprimento de metas.

Essa lógica impacta diretamente as políticas de permanência escolar, como a Busca Ativa, que, embora formuladas com base na garantia de direitos, acabam sendo atravessadas por mecanismos de responsabilização e cobrança de resultados. O que originalmente se propõe como política de inclusão pode ser reinterpretado, sob o viés da performatividade, como meta de “evasão zero”, transferindo para as escolas e os educadores a responsabilidade exclusiva por problemas que têm origem nas desigualdades sociais.

Em complemento, Valle (2010) observa que essa forma de regulação é típica do Estado neoliberal, que se apresenta como garantidor de direitos, mas atua como gestor da escassez e fiscalizador do desempenho. Desse modo, o discurso da eficiência substitui o da justiça social, e a lógica da concorrência se infiltra nas relações escolares. Essas transformações produzem efeitos subjetivos e institucionais profundos, em que a gestão escolar passa a operar sob um regime de vigilância

simbólica, no qual o sucesso é mensurado por indicadores e relatórios, enquanto o fracasso é atribuído à falta de empenho individual.

Como ressalta Ball (2005), a performatividade cria um ambiente de constante autoavaliação e competição, fragmentando o coletivo e enfraquecendo os vínculos de solidariedade. Isso se contrapõe diretamente à proposta da Busca Ativa Escolar, que se fundamenta na cooperação intersetorial e na corresponsabilidade social pela permanência dos estudantes.

Frente a esse cenário, torna-se urgente recuperar o sentido público, democrático e solidário da gestão educacional. A implementação da Busca Ativa Escolar requer gestões comprometidas com o diálogo entre as dimensões pedagógica, administrativa e social, capazes de mobilizar as redes locais de proteção e promover a escuta ativa das comunidades escolares. Isso implica superar a visão tecnocrática e reconhecer que a permanência escolar não se reduz a números ou metas, mas se constrói na relação humana e na efetivação de direitos.

Em síntese, a análise crítica do neoliberalismo e da performatividade na educação revela que políticas voltadas à permanência, como a Busca Ativa Escolar, só alcançam sua finalidade emancipatória quando ancoradas em gestões democráticas e solidárias. A corresponsabilidade, nesse sentido, deve ser compreendida não como cobrança individual, mas como compromisso coletivo, que articula Estado, escola, família e sociedade na defesa do direito à educação.

5.1.2 Abordagem psicossocial e trabalho em rede na educação

A garantia do direito à educação exige um olhar atento para as dimensões subjetivas, emocionais e sociais dos estudantes. Vygotsky (1998) já apontava a importância da mediação social para a aprendizagem e o desenvolvimento humano. Sua concepção histórico-cultural reforça o papel da interação, da linguagem e do outro como elementos centrais do processo educativo.

Bronfenbrenner (1996), a partir da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano, acrescenta que o percurso de aprendizagem dos sujeitos é condicionado por múltiplos sistemas interdependentes (família, escola, comunidade e políticas públicas). Nesse sentido, pensar a permanência escolar exige ações articuladas em rede, com participação ativa de profissionais da psicologia e do serviço social.

Patto (1990), por sua vez, denuncia que o fracasso escolar, muitas vezes, é produzido pela própria escola, que desconsidera os contextos de vida dos alunos. A autora propõe uma escuta qualificada e a valorização das trajetórias dos sujeitos como caminhos para enfrentar as desigualdades. Bianchi (2012) também defende uma atuação interdisciplinar, com foco na proteção social e na construção de vínculos afetivos com os estudantes em risco de evasão escolar.

Seguindo essa linha de pensamento, Naschold (2017) enfatiza que o enfrentamento da evasão escolar, especialmente por meio da estratégia da Busca Ativa, deve ocorrer em um diálogo que relaciona escuta, acolhimento e articulação de ações intersetoriais. A autora destaca que o trabalho das equipes multiprofissionais, como psicólogos e assistentes sociais, é essencial na mediação entre escola, família e redes de proteção, promovendo intervenções mais humanizadas e eficazes. A escuta sensível e o cuidado ético tornam-se, assim, dimensões fundantes da permanência escolar e da construção de vínculos com os estudantes.

Ao reconhecer as múltiplas determinações que envolvem o fracasso e o abandono escolar, a atuação psicossocial em rede contribui para transformar a escola em espaço de pertencimento, autonomia e desenvolvimento integral dos sujeitos. A articulação entre educação, saúde, assistência social e Conselhos Tutelares fortalece o enfrentamento às violações de direitos e a promoção de trajetórias escolares mais justas.

Dessa maneira, o enfrentamento da evasão escolar exige uma compreensão ampliada da educação, que considere os sujeitos em sua totalidade e reconheça as dimensões sociais, emocionais e culturais que atravessam a permanência na escola. Nessa perspectiva, a abordagem psicossocial e o trabalho em rede configuram-se como fundamentos indispensáveis para o desenvolvimento de políticas públicas efetivas, como a Busca Ativa, cuja essência repousa na articulação entre diferentes setores do poder público e da sociedade civil.

A escola contemporânea é desafiada a lidar com múltiplas expressões da vulnerabilidade social, tais como pobreza, violência, abandono, desestruturação familiar, adoecimento emocional, que extrapolam o âmbito pedagógico e exigem respostas interdisciplinares. Desta feita, a evasão escolar é um fenômeno que não nasce na escola, mas se concretiza nela, sendo indispensável compreender o contexto de vida dos estudantes e mobilizar redes de proteção que promovam o acolhimento e o acompanhamento contínuo. Essa compreensão desloca o foco da

culpabilização individual para uma leitura sistêmica, que articula fatores sociais, emocionais e institucionais.

Para Abramowicz (1997), o primeiro passo para uma escola inclusiva é o exercício da escuta e da presença. A autora enfatiza que a escuta sensível constitui uma prática política e ética, capaz de romper com a lógica da indiferença e de reconstruir o vínculo educativo. Nas palavras da autora, “é na escuta que se estabelece o reconhecimento do outro, e é no acolhimento que a escola se reinventa como espaço de pertencimento” (Abramowicz, 1997, p. 77).

Essa perspectiva contribui para compreender que a permanência escolar não se garante apenas por políticas de controle de frequência, mas por práticas cotidianas de cuidado e vínculo. A Busca Ativa, ao promover o diálogo entre escola, família e comunidade, concretiza essa dimensão humana e relacional da educação, tornando o acompanhamento psicossocial um eixo estruturante do processo educativo.

Desse modo, reforça-se a importância da atuação de equipes interdisciplinares na escola, compostas por psicólogos, assistentes sociais e educadores, como condição para a construção de respostas integradas às problemáticas que afetam a permanência. Essas equipes não apenas atuam em situações de risco, mas também desenvolvem ações preventivas, contribuindo para o fortalecimento de vínculos e para o bem-estar emocional dos estudantes. O trabalho dessas equipes é essencial para mediar os processos de reintegração propostos pela Busca Ativa Escolar, especialmente em casos de infrequência crônica ou evasão decorrente de conflitos familiares e questões de saúde mental.

A UNICEF (2019) destaca que a Busca Ativa Escolar é uma estratégia intersetorial voltada à garantia de direitos, baseada na colaboração entre as áreas de educação, assistência social, saúde e proteção social. Essa intersetorialidade não é apenas operacional, mas simbólica: representa uma mudança de paradigma na gestão educacional, ao reconhecer que a escola sozinha não é capaz de enfrentar a complexidade da exclusão escolar. A integração entre políticas e serviços é o que possibilita a construção de trajetórias educativas sustentáveis e o acompanhamento efetivo dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

A dimensão psicossocial do trabalho educativo também se relaciona à perspectiva de Arroyo (2013) e Frigotto (2010), que defendem a necessidade de políticas emancipatórias baseadas na solidariedade e na justiça social. Para Arroyo (2013), a escola deve ser um espaço de reconhecimento das juventudes e de

reconstrução das experiências de dignidade. Já Frigotto (2010), argumenta que o projeto de educação pública deve enfrentar as causas estruturais da desigualdade, articulando saber, trabalho e cidadania. Ambos os autores convergem na defesa de uma educação que promova a humanização e a emancipação dos sujeitos, em oposição às práticas de exclusão e estigmatização.

Nesse sentido, o trabalho em rede representa não apenas uma estratégia de gestão, mas uma prática política e ética que reafirma o compromisso social da escola. Ele permite articular ações entre professores, gestores, famílias, conselhos tutelares, secretarias municipais e estaduais, fortalecendo a proteção integral de crianças e adolescentes. Ao envolver a comunidade escolar e os órgãos públicos na construção de soluções coletivas, o trabalho em rede amplia a capacidade de intervenção e reduz a fragmentação das ações.

A Busca Ativa Escolar, ao incorporar a abordagem psicossocial e intersetorial, consolida-se como uma política pública de cuidado e corresponsabilidade. Sua força está na combinação entre monitoramento e acolhimento, entre dados e escuta, entre gestão e sensibilidade. É uma política que humaniza a relação entre Estado e sociedade, reconhecendo que cada estudante fora da escola representa não apenas um número nas estatísticas, mas uma história que precisa ser reconstruída.

Conforme ressalta Abramowicz (1997), a escola é o espaço do encontro e da escuta, e quando esse espaço silencia diante da ausência do outro, acaba negando o sentido de sua própria existência. Assim, a Busca Ativa reafirma o papel social e humanizador da escola pública, transformando o enfrentamento da evasão em um compromisso ético de cuidado, solidariedade e reconstrução de vínculos.

Diante das perspectivas analisadas ao longo dos seis eixos, compreende-se que a evasão escolar é uma manifestação das desigualdades estruturais e que a Busca Ativa Escolar representa uma política de corresponsabilidade social e educativa, fundada na garantia do direito à educação.

A efetivação desse direito demanda a integração entre políticas públicas, práticas pedagógicas sensíveis e redes de proteção social, orientadas por uma gestão democrática e solidária. Assim, o enfrentamento da evasão não é apenas uma questão administrativa, mas um projeto coletivo de reconstrução do vínculo entre juventude, escola e sociedade.

5.2 Políticas públicas educacionais e a abordagem do Ciclo de Políticas

A formulação e implementação de políticas públicas educacionais não seguem uma linearidade técnica e neutra. Pelo contrário, tratam-se de processos marcados por disputas políticas, interpretações múltiplas e recontextualizações nos espaços escolares.

A abordagem do Ciclo de Políticas, proposta por Ball (1994, 2001, 2006), permite compreender a política educacional como prática discursiva, atravessada por interesses, ideologias e interpretações diversas nos contextos de influência, produção, texto e prática.

Em complemento, Abramowicz (1997) ressalta que a análise crítica das políticas públicas exige considerar seus efeitos nas práticas escolares e nas subjetividades dos sujeitos envolvidos. Nessa mesma linha, Leher (2010) problematiza os impactos da racionalidade neoliberal nas formulações educacionais, indicando que, muitas vezes, políticas aparentemente inclusivas acabam reforçando mecanismos de exclusão ao transferirem a responsabilidade pelo fracasso para os próprios estudantes e professores.

Assim, compreender o ciclo da política é essencial para analisar como ações como a Busca Ativa Escolar são ressignificadas nas escolas e nos territórios, assumindo diferentes sentidos conforme os contextos de implementação.

A compreensão das políticas públicas educacionais requer uma leitura que ultrapasse a dimensão normativa dos textos legais e alcance os processos sociais, políticos e culturais que lhes conferem sentido. Nessa direção, a abordagem desenvolvida por Ball (1994; 2012) oferece instrumentos teórico-analíticos fundamentais para compreender a trajetória das políticas educacionais, especialmente quando se trata de processos como a Busca Ativa Escolar, que se constituem entre formulações oficiais e práticas locais.

Segundo Ball (1994), as políticas não podem ser entendidas como produtos acabados, mas como processos dinâmicos de interpretação, tradução e disputa. O autor propõe o que denomina de Abordagem do Ciclo de Políticas, estruturada em três contextos interdependentes: o contexto de influência, onde se produzem as ideias e discursos políticos; o contexto da produção do texto da política, em que essas ideias são formalizadas em documentos oficiais; e o contexto da prática, onde as políticas são reinterpretadas e ressignificadas pelos sujeitos que as implementam. Conforme o

autor observa, “as políticas são textos, mas também são discursos. Como textos, elas representam tentativas de codificar interesses; como discursos, elas produzem e regulam sentidos” (Ball, 1994, p. 16).

Essa concepção permite compreender que políticas como a Busca Ativa Escolar não se reduzem à sua formulação institucional, mas são constantemente reinterpretadas pelos gestores, professores e equipes intersetoriais no cotidiano escolar. Assim, sua eficácia depende não apenas da clareza normativa, mas da capacidade de articulação entre diferentes contextos e sujeitos, o que evidencia o caráter político da prática educativa.

Ball (1994) aprofunda essa reflexão ao desenvolver a *Theory of Policy Enactment*, ou “Teoria da Tradução/Interpretação da Política”, destacando que as práticas educativas são atravessadas por múltiplas racionalidades, disputas e constrangimentos institucionais. Essa leitura é central para entender como programas como o FICAI ou o “Nenhum Estudante a Menos”, assumem configurações distintas conforme os contextos escolares, os perfis das equipes gestoras e as condições socioculturais das comunidades.

A análise de Ball dialoga diretamente com a crítica de Dardot e Laval (2016) ao neoliberalismo como racionalidade política. Para esses autores, as políticas públicas contemporâneas são cada vez mais atravessadas por uma lógica de mercado que transforma direitos em metas, e cidadãos em empreendedores de si. Como afirmam os autores, “o neoliberalismo não é apenas uma doutrina econômica, mas uma forma de governo dos homens, uma racionalidade que se infiltra em todos os domínios da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 15).

Essa racionalidade impacta fortemente o campo educacional, deslocando o sentido do direito à educação para o da responsabilização individual, fenômeno que se manifesta em práticas de gestão por resultados, metas de desempenho e índices de evasão.

Em consonância com essa crítica, Valle (2010) observa que o Estado neoliberal redefine suas formas de regulação e intervenção, mantendo-se presente na formulação de políticas sociais, mas sob o signo da eficiência, da meritocracia e da competitividade. Desse modo, políticas que deveriam expressar o dever do Estado passam a ser interpretadas sob a ótica da performance e da produtividade, o que repercute diretamente nas políticas de permanência escolar.

Rateke (2018) acrescenta que há uma contradição entre o discurso oficial de inclusão e as práticas concretas de exclusão que persistem nas redes escolares. Em suas palavras, “o Estado proclama a inclusão como princípio, mas mantém estruturas seletivas que negam esse direito aos mais vulneráveis” (Rateke, 2018, p. 42). Tal perspectiva é essencial para compreender a Busca Ativa como política que emerge justamente nesse campo de tensões: entre a intenção de garantir o direito à educação e as limitações estruturais, financeiras e culturais que dificultam sua efetivação.

Ao integrar as contribuições desses autores é possível afirmar que a Busca Ativa representa um exemplo emblemático de política em movimento, situada entre discursos globais sobre equidade e as realidades locais de desigualdade. No contexto das escolas estaduais de Mato Grosso, essa política assume o papel de ponte entre formulação e prática, permitindo observar como os atores locais reinterpretem as diretrizes oficiais a partir de suas experiências, recursos e desafios concretos.

Assim, compreender a política de Busca Ativa Escolar por meio da Abordagem do Ciclo de Políticas significa reconhecer que a efetividade de uma política pública depende tanto de sua formulação técnica quanto de sua apropriação prática. É nesse espaço de tradução entre o texto e o contexto que se constroem as possibilidades reais de enfrentamento da evasão e de consolidação do direito à permanência escolar.

5.2.1 Políticas públicas e intervenção no cotidiano escolar

A análise das políticas públicas educacionais deve considerar sua formulação, mas também sua implementação e os impactos reais no cotidiano escolar. Oliveira e Magrone (2014) argumentam que há uma distância entre o que é prescrito na política e o que é efetivamente realizado nas escolas. Para os autores, é necessário compreender os sentidos que os profissionais da educação atribuem às políticas, considerando as contradições e os desafios do contexto institucional.

Da mesma forma, Vitelli e Fritsch (2016) afirmam que a atuação da escola frente à evasão escolar depende de ações que considerem as singularidades dos sujeitos e a construção coletiva de estratégias de permanência. É preciso fortalecer o vínculo entre escola e comunidade, promovendo uma escuta ativa e a corresponsabilização dos diferentes atores sociais.

Ferreira e Oliveira (2020) também apontam que políticas de combate à evasão devem ser intersetoriais, articulando educação, saúde, assistência social e demais

políticas públicas. A atuação em rede amplia a capacidade de atendimento às demandas complexas dos estudantes e favorece práticas mais eficazes de acolhimento e permanência.

Esses estudos evidenciam que as políticas públicas só produzem efeitos concretos quando reconhecem as condições reais de funcionamento das escolas, com a valorização dos sujeitos que nelas atuam e promoção de escuta sensível às múltiplas vulnerabilidades enfrentadas pelos estudantes.

5.3 Juventudes, ensino médio e permanência escolar

As juventudes que frequentam o ensino médio brasileiro são marcadas por múltiplas identidades, pertencimentos e desigualdades. Arroyo (2013) destaca que os jovens das classes populares carregam trajetórias de luta e resistência, não raras vezes invisibilizadas pelas instituições escolares. A escola, por sua vez, nem sempre reconhece essas histórias, o que contribui para os processos de desengajamento e evasão.

Para Novaes (2006), compreender as juventudes exige romper com os estereótipos que as associam à desmotivação ou à indisciplina, e reconhecer seus projetos de vida, anseios e vulnerabilidades. Nesse sentido, a permanência no ensino médio depende de múltiplas condições, como acolhimento institucional, acesso às políticas sociais, redes de apoio e escuta qualificada. Carvalho (2010) também enfatiza que a escola precisa ser um espaço de pertencimento e reconhecimento, sobretudo, em territórios de alta vulnerabilidade social.

Nesse contexto, ações intersetoriais e estratégias, tais como a Busca Ativa Escolar, objeto de estudo nesta pesquisa, se revelam essenciais para garantir o direito à permanência e à aprendizagem significativa para esses jovens.

Compreender a permanência escolar no ensino médio exige reconhecer a complexidade das juventudes brasileiras e as contradições estruturais que atravessam a escola pública. O jovem, longe de ser um sujeito homogêneo, é múltiplo em suas experiências, origens e expectativas. Nessa direção, Dayrell (2009) propõe uma leitura da juventude como categoria social e histórica, construída nas relações entre os sujeitos e as condições materiais de existência.

Para o autor, “o jovem não é apenas um ser em formação, mas um ator social que atribui sentidos à escola e à vida” (Dayrell, 2009, p. 43). Essa visão desloca o

olhar das políticas educacionais, que frequentemente tratam o jovem como objeto de intervenção, para compreendê-lo como sujeito de direitos e produtor de cultura.

Krawczyk (2014) reforça que o ensino médio, enquanto etapa final da educação básica, é marcado por contradições que refletem as desigualdades sociais e econômicas do país. A autora aponta que muitos jovens das classes populares enfrentam um duplo desafio: permanecer na escola e sustentar a própria sobrevivência. As trajetórias escolares fragmentadas, o ingresso precoce no mundo do trabalho e as dificuldades de aprendizagem são expressões de uma estrutura social que, ao mesmo tempo em que exige escolarização, nega as condições objetivas para que ela se realize plenamente.

Nessa mesma perspectiva, Arroyo (2013) destaca que a juventude trabalhadora, especialmente nas periferias urbanas, vivencia um processo de exclusão simbólica e material da escola. O autor argumenta que o direito à educação, para esses jovens, “é continuamente tensionado entre o trabalho precoce e a necessidade de sobrevivência, e a escola, muitas vezes, não reconhece suas experiências de vida” (Arroyo, 2013, p. 29). Assim, o distanciamento entre o currículo escolar e as realidades juvenis contribui para o desinteresse e, em muitos casos, para a evasão.

Essa leitura é aprofundada por Patto (1990), cuja obra clássica *A produção do fracasso escolar* denuncia a naturalização da exclusão e a tendência histórica de responsabilizar o aluno pobre pelo insucesso escolar. A autora argumenta que a escola, ao adotar práticas pedagógicas descontextualizadas e avaliações padronizadas, ignora as condições objetivas que estruturam as desigualdades, produzindo o que chama de “culpabilização das vítimas”.

A autora ressalta que, ao patologizar o estudante de origem popular, o sistema educacional reforça mecanismos de discriminação e reproduz as desigualdades sociais sob a aparência de neutralidade. Essas análises convergem para a compreensão de que a evasão escolar no ensino médio é resultado de múltiplos fatores (sociais, econômicos, culturais e institucionais) e não apenas de uma suposta falta de interesse dos estudantes.

O PNUD (2023) reforça esse diagnóstico ao demonstrar que as taxas de abandono são mais elevadas entre os jovens de famílias em situação de vulnerabilidade, com destaque para aqueles que vivem nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde as oportunidades educacionais e de trabalho são mais escassas.

No contexto das escolas públicas estaduais, especialmente em regiões como Rondonópolis-MT, observa-se a presença de jovens que, embora frequentem a escola, estão em processo de afastamento simbólico, denominados por alguns professores e gestores como “alunos de corredor”. Esses estudantes, ainda que presentes fisicamente, se encontram ausentes das práticas pedagógicas, desmotivados ou sem sentido de pertencimento escolar. Essa situação evidencia, conforme Dayrell (1996), que a permanência não se reduz à frequência, mas envolve a qualidade das relações estabelecidas na escola e a construção de sentidos sobre o aprender.

A Busca Ativa, nesse contexto, ganha centralidade como estratégia de reconhecimento e reintegração desses sujeitos. Ao adotar uma perspectiva intersetorial, ela propõe identificar os fatores que afastam os jovens da escola e promover ações de acompanhamento que envolvam família, comunidade e serviços públicos. Trata-se, portanto, de uma política que reconhece as juventudes como sujeitos de direitos, dialogando com suas condições de vida e valorizando a escuta como prática de inclusão.

Como aponta Arroyo (2013), é preciso compreender a juventude “não como um problema a ser resolvido, mas como uma potência a ser reconhecida”. Essa concepção encontra eco em práticas pedagógicas e políticas públicas que buscam ressignificar o papel do Ensino Médio, valorizando o protagonismo juvenil e construindo uma escola mais acolhedora, crítica e conectada às realidades sociais. Assim, pensar a permanência escolar implica compreender as juventudes em sua diversidade e reconhecer que a luta pelo direito à educação é, também, uma luta pelo reconhecimento e pela dignidade.

5.3.1 Evasão escolar e a estratégia da Busca Ativa

A evasão escolar configura-se como uma das formas mais contundentes de negação do direito à educação. Trata-se de um fenômeno multifacetado, influenciado por fatores econômicos, familiares, institucionais e subjetivos. De acordo com documentos do UNICEF (2019), a Busca Ativa Escolar é uma estratégia de gestão pública voltada à identificação, acompanhamento e reintegração de adolescentes em risco de exclusão escolar, com o objetivo de garantir o direito à permanência e à aprendizagem.

Sousa (2021) argumenta que a evasão deve ser enfrentada com políticas sistêmicas e sensíveis às singularidades dos territórios, sendo a Busca Ativa uma oportunidade de construir uma escola mais atenta às realidades sociais. Da mesma forma, Salva (2017) enfatiza a importância da escuta, da visita domiciliar e do diálogo com as famílias, como instrumentos centrais nesse processo de reintegração.

Naschold (2017) complementa essa análise ao destacar que a Busca Ativa Escolar deve ser compreendida como um processo contínuo de acompanhamento dos estudantes, envolvendo ações intersetoriais e uma postura ética de compromisso com o cuidado e o acolhimento. A escuta qualificada e a construção de vínculos com os estudantes e suas famílias são fundamentais para o êxito das ações, especialmente em contextos de alta vulnerabilidade social.

A autora também chama a atenção para a importância da atuação das equipes psicossociais nas escolas, como psicólogos e assistentes sociais, que atuam como mediadores entre a escola e os demais serviços públicos. Seu trabalho possibilita uma compreensão mais aprofundada das causas da evasão e o planejamento de intervenções eficazes, pautadas na integralidade e na garantia de direitos.

Portanto, mais do que um instrumento técnico, a Busca Ativa se configura como uma estratégia política de enfrentamento às desigualdades educacionais e sociais. Ao promover a escuta, a mediação e a articulação em rede, ela se fortalece como um mecanismo essencial para efetivar o direito à educação e transformar a escola em espaço de pertencimento, reconhecimento e proteção social.

Segundo Oliveira e Magrone (2014), a evasão não pode ser explicada apenas por fatores individuais, mas deve ser entendida como expressão das desigualdades sociais e da insuficiência das políticas públicas em garantir o direito à educação. As autoras observam que “a evasão escolar é um reflexo das condições de vida e das limitações institucionais de um sistema educacional que ainda não se efetivou como universal” (Oliveira; Magrone, 2014, p. 23).

Ferreira e Oliveira (2020) reforçam essa leitura ao apontar que a evasão é atravessada por três dimensões centrais: a estrutural, relacionada à pobreza e às condições socioeconômicas; a pedagógica, que envolve a falta de sentido e relevância do currículo; e a cultural, que diz respeito ao afastamento simbólico entre a escola e as experiências de vida dos estudantes. Tais dimensões se entrecruzam de modo a tornar a evasão um processo progressivo e silencioso, em que o estudante vai se distanciando gradualmente até o rompimento definitivo do vínculo escolar.

De acordo com Machado, Fritsch e Pasinato (2021), é importante distinguir abandono de evasão: o primeiro refere-se à interrupção temporária da frequência escolar, enquanto a evasão se caracteriza pelo desligamento definitivo do estudante do sistema educacional. Os autores enfatizam que ambos os fenômenos decorrem de uma mesma lógica excludente que perpassa a organização escolar e as políticas públicas, e que “a evasão é mais do que uma ausência física — é a expressão de uma exclusão social que se inicia fora e se reproduz dentro da escola” (Machado; Fritsch; Pasinato, 2021, p. 57).

Nesse sentido, o ensino médio é um período de transição marcado por vulnerabilidades específicas: as pressões para o ingresso no mercado de trabalho, a construção da identidade juvenil e a busca por autonomia. Esses fatores, combinados à falta de políticas de apoio socioemocional e pedagógico, ampliam o risco de evasão. Assim, o enfrentamento desse problema requer ações que ultrapassem o espaço escolar e articulem diferentes setores da sociedade.

É nesse contexto que a Busca Ativa se consolida como estratégia inovadora de combate à evasão, pautada na intersectorialidade e na corresponsabilidade social. De acordo com o UNICEF (2019), a Busca Ativa é “um instrumento de gestão e mobilização social que tem por objetivo identificar, registrar, acompanhar e reinserir crianças e adolescentes fora da escola, assegurando o direito à educação”. Ela propõe um modelo de atuação articulado entre educação, assistência social, saúde e conselhos tutelares, reconhecendo que as causas do afastamento escolar não são exclusivamente pedagógicas, mas atravessam múltiplas dimensões da vida dos sujeitos.

Sousa (2020) contribui de maneira decisiva para a compreensão política da evasão escolar, defendendo que o enfrentamento desse fenômeno exige estratégias proativas de acompanhamento e reintegração. Para o autor, o combate à evasão deve ser pensado como política pública permanente, e não como ação pontual ou emergencial. O autor argumenta que “a permanência escolar é um direito que se concretiza na prática cotidiana da escola e na capacidade do Estado de construir políticas articuladas e sensíveis às realidades locais” (Sousa, 2020, p. 88).

Assim, a Busca Ativa Escolar deve ser compreendida como uma política de Estado, e não apenas de governo, capaz de garantir continuidade e sustentabilidade às ações de enfrentamento da exclusão educacional. Compreende-se, com isso, que a evasão escolar é um indicador das desigualdades estruturais do país, mas também

um campo de possibilidades de intervenção social. Nesse sentido, programas como o FICAI, implementada pela SEDUC-MT, assume papel estratégico ao transformar o enfrentamento da evasão em ação sistemática de acompanhamento, monitoramento e reintegração.

A Busca Ativa, portanto, transcende o mero registro da infrequência: ela instaura uma nova forma de governança educacional, baseada na colaboração entre órgãos públicos e sociedade civil. Seu potencial reside na capacidade de mobilizar redes locais de proteção, ao mesmo tempo em que fortalece o papel da escola como espaço de acolhimento, escuta e reconstrução de vínculos. Essa dimensão relacional é fundamental, pois, como afirma Abramowicz (1997, p. 77), “é na presença cotidiana e na escuta sensível que se constrói o vínculo educativo e se rompe o ciclo da exclusão”.

Em síntese, a evasão escolar, enquanto fenômeno socialmente determinado, demanda respostas integradas que articulem políticas públicas e práticas institucionais. A Busca Ativa representa, nesse cenário, uma política de corresponsabilidade que operacionaliza o direito à educação, transformando o enfrentamento da evasão em compromisso coletivo e intersetorial. Sua efetividade, contudo, depende da capacidade das redes de ensino de compreenderem a permanência como expressão do direito humano e de consolidarem mecanismos de acompanhamento contínuo, pautados na escuta, no cuidado e na ação social transformadora.

5.4 O que é a Busca Ativa Escolar

A Busca Ativa Escolar constitui-se como uma estratégia intersetorial de política pública voltada à identificação, acompanhamento e reintegração de crianças e adolescentes que estão fora da escola ou em risco de evasão. Trata-se de uma ação que mobiliza diferentes setores educação, assistência social, saúde, conselhos tutelares e comunidade, em um esforço coletivo para garantir o direito à educação previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996).

No contexto desta pesquisa, compreende-se a Busca Ativa como uma política de responsabilização compartilhada, na qual o Estado assume o dever de promover condições para o acesso e permanência escolar, enquanto a escola se torna um

espaço estratégico para monitorar a frequência, compreender as causas da infrequência e intervir de forma humanizada. Essa compreensão se alinha às reflexões de Cury (2002), ao afirmar que o direito à educação ultrapassa o simples acesso, envolvendo também a permanência e o sucesso escolar, o que exige ações proativas e integradas.

Inspirada pela iniciativa nacional “Busca Ativa Escolar”, desenvolvida pelo UNICEF em parceria com a UNDIME (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e o CONGEMAS (Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social), e adaptada, no caso mato-grossense, pela Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), essa política assume um caráter preventivo e formativo. Mais do que um instrumento burocrático, a Busca Ativa configura-se como um processo pedagógico e social, que reconhece os múltiplos fatores econômicos, emocionais, familiares e institucionais que levam o estudante ao afastamento da escola (UNICEF, 2019).

Portanto, compreender a Busca Ativa é compreender uma dimensão essencial da gestão educacional comprometida com a equidade e a justiça social, que, como lembra Arroyo (2012), deve reconhecer os sujeitos da escola em suas condições reais de existência, considerando suas histórias, vulnerabilidades e potências. Assim, a Busca Ativa não se limita à retomada da matrícula, mas busca (re)significar o vínculo entre o estudante, a escola e a comunidade, afirmando o direito de aprender como um compromisso coletivo e permanente.

5.4.1 A Ficha FICAI como instrumento da Busca Ativa Escolar

A Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) é o principal instrumento utilizado pelas redes públicas de ensino para operacionalizar a estratégia da Busca Ativa Escolar. No estado de Mato Grosso, a FICAI foi instituída em 2011 por meio de um Termo de Compromisso Institucional firmado entre o Ministério Público, a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), os Conselhos Tutelares, a UNDIME, entre outras instituições. A partir desse acordo, consolidou-se uma ferramenta de monitoramento e intervenção precoce diante da infrequência escolar, permitindo que a escola e os demais órgãos da rede de proteção social atuem de forma articulada para prevenir a evasão e promover a permanência dos estudantes (Mato Grosso, 2023a).

Seu funcionamento parte do acompanhamento sistemático da frequência dos alunos, realizado pelas equipes gestoras e pedagógicas. Quando o estudante ultrapassa o limite de cinco dias consecutivos ou dez dias alternados de ausência não justificada, a escola deve preencher a FICAI registrando informações sobre a situação do aluno e as providências já adotadas internamente, como contato com a família, visitas domiciliares, conversas com o estudante e encaminhamentos à equipe psicossocial.

A partir do preenchimento da ficha, inicia-se um fluxo intersetorial de comunicação entre a escola e as demais instâncias de proteção: Secretaria Municipal ou Estadual de Educação, Conselho Tutelar, Secretaria de Assistência Social e, quando necessário, o Ministério Público. Essa articulação é essencial para que o caso seja acompanhado de forma integral, considerando os aspectos sociais, econômicos e emocionais que envolvem a situação de infrequência (Mato Grosso, 2023a).

O processo da FICAI pode ser descrito em seis etapas articuladas, que correspondem ao fluxo operacional da FICAI On-line, sistema informatizado que viabiliza a tramitação eletrônica entre os órgãos envolvidos (Mato Grosso, 2023b):

1) Identificação e registro do caso: A equipe pedagógica identifica o estudante com faltas consecutivas ou alternadas, sem justificativa. Antes de abrir a ficha, a escola consulta o sistema para verificar se já existe uma FICAI ativa para o aluno no ano corrente. Se não houver, realiza o cadastro ou atualização dos dados e procede à abertura da ficha, escolhendo a categoria (infrequência, indisciplina ou ato infracional).

2) Abertura da Ficha FICAI: Ao abrir a FICAI, o sistema a registra inicialmente como “Rascunho”, devendo o responsável escolar tramitar para o status “Em andamento na escola”, o que habilita o registro das providências de busca ativa. Nessa fase, a escola detalha o histórico do aluno, suas condições sociais e os motivos que levaram à ausência, com base nas opções disponíveis no sistema (como problemas familiares, falta de transporte, trabalho precoce, doença, entre outros).

3) Providências e acompanhamento escolar: Com a ficha “em andamento na escola”, a equipe deve registrar todas as providências realizadas, demonstrando o esgotamento das tentativas de contato e acolhimento.

O Manual FICAI (Mato Grosso, 2023b) estabelece prazos distintos conforme a natureza da ocorrência: a) Infrequência: registro mínimo de 10 providências em até 10 dias; b) Indisciplina: acompanhamento por 30 dias, com ações pedagógicas e

orientações; e c) ato infracional: encaminhamento imediato à Promotoria de Justiça, no mesmo dia do ocorrido. Durante esse período, a escola deve promover ações educativas e de escuta, sempre registrando cada iniciativa no sistema.

4) Encaminhamento intersetorial: Esgotadas as medidas internas e persistindo a ausência, a escola tramita a FICAI para o Conselho Tutelar, selecionando a opção “Em andamento no Conselho Tutelar”. A partir desse momento, a ficha torna-se visível apenas para o Conselho, que registra as medidas de proteção aplicadas, podendo encaminhar o caso ao Ministério Público quando necessário. O encaminhamento é totalmente digital, eliminando a necessidade de documentos físicos e garantindo agilidade e sigilo das informações.

5) Intervenção e devolutiva: O Conselho Tutelar e o Ministério Público podem registrar providências como visitas domiciliares, orientações, requisição de serviços ou medidas protetivas. Após a resolução da situação — retorno do aluno à escola, aplicação de medida protetiva ou encerramento por motivo justificado —, o caso é devolvido à escola, que realiza o registro do retorno e encerra a ficha. Uma nova FICAI só pode ser aberta quando a anterior estiver finalizada.

6) Cancelamento e monitoramento: A FICAI só pode ser cancelada em casos específicos (falecimento, maioridade, judicialização ou erro de registro). Todo o processo é acompanhado por meio do sistema (www.ficai.seduc.mt.gov.br), que permite a consulta, atualização e emissão de relatórios para análise de dados e formulação de políticas educacionais.

Essa dinâmica reflete o caráter intersetorial e participativo da política de Busca Ativa Escolar. Conforme destaca Stephen Ball (1994; 2012), as políticas educacionais são processos interpretativos e não apenas normativos; elas se concretizam no contexto da prática, por meio da ação e da mediação dos sujeitos que as implementam. A FICAI, nesse sentido, representa a política “em ação”: o texto normativo é traduzido em práticas de escuta, diálogo e corresponsabilidade social, no interior das escolas e das redes de proteção.

Ao mesmo tempo, a FICAI materializa o princípio defendido por Cury (2002) e Saviani (2008), de que o direito à educação é um direito público subjetivo, cuja efetivação depende de ações concretas e articuladas do Estado e da sociedade. Assim, o preenchimento da Ficha não deve ser compreendido como mera exigência burocrática ou instrumento de controle, mas como dispositivo pedagógico e político de garantia de direitos, comprometido com a universalidade e a permanência escolar.

A Busca Ativa, operacionalizada por meio da FICAI, constitui, portanto, um ato pedagógico e ético, que reafirma o compromisso social da escola com a inclusão, a dignidade e a aprendizagem de todos os estudantes. Ao integrar tecnologia, gestão democrática e cuidado humano, a FICAI se consolida como símbolo de uma política pública em rede, pautada na corresponsabilidade entre escola, família, Estado e comunidade.

Compreender a Busca Ativa Escolar e o funcionamento da Ficha FICAI permite reconhecer que a efetivação do direito à educação não se restringe à matrícula, mas depende de uma gestão escolar comprometida com a permanência e o sucesso dos estudantes. A prática da Busca Ativa exige planejamento, acompanhamento contínuo e integração entre diferentes profissionais e setores, reafirmando a necessidade de uma gestão democrática e participativa.

Nesse sentido, o papel da equipe gestora é fundamental para mobilizar a comunidade escolar, fortalecer vínculos, interpretar as políticas públicas e traduzi-las em ações concretas, conforme propõe Ball (1994; 2012) em sua abordagem do ciclo de políticas. Assim, a Busca Ativa e a FICAI se constituem como expressões de uma gestão educacional humanizadora e comprometida com a equidade, que reconhece cada estudante como sujeito de direitos e valoriza o trabalho coletivo como caminho para a superação da evasão e para a materialização do direito à permanência escolar.

5.5 Abordagem psicossocial e trabalho em rede na educação

A abordagem psicossocial compreende a educação como um espaço que ultrapassa a mera transmissão de conteúdos, reconhecendo o sujeito em sua totalidade: emocional, social, cultural e econômica. Trata-se de compreender que as dificuldades escolares, como a evasão e o baixo rendimento, estão frequentemente associadas a fatores que extrapolam o ambiente da sala de aula, exigindo uma atuação integrada entre escola, família e políticas públicas intersetoriais.

De acordo com Carvalho (2019), o trabalho psicossocial busca romper com a lógica individualizante dos problemas educacionais, situando o estudante em um contexto de vulnerabilidade social que demanda ações coletivas e articuladas. Essa perspectiva reforça a ideia de que o sucesso escolar é uma construção social e não apenas um resultado individual.

Autores como Arroyo (2012) e Freire (1996) defendem que a escola deve acolher a realidade concreta dos sujeitos, reconhecendo seus saberes, trajetórias e condições de vida. A educação, nesse sentido, deve ser humanizadora, dialógica e voltada à emancipação. Para Freire (1996, p. 45), “a escola deve ser o espaço da escuta e do diálogo, onde o educador reconhece o aluno como sujeito de direitos”. Essa concepção fundamenta a importância da presença de equipes psicossociais (psicólogos, assistentes sociais e orientadores educacionais), que atuam de forma mediadora entre os contextos familiares e escolares, contribuindo para a permanência dos estudantes.

Na mesma linha, Sawaia (2001), ao tratar da dimensão afetiva da exclusão social, destaca que a exclusão escolar é, muitas vezes, precedida por processos simbólicos de desvalorização e estigmatização. Assim, a atuação psicossocial busca reconstruir vínculos, fortalecer identidades e promover pertencimento.

Além disso, a perspectiva do trabalho em rede, discutida por Cury (2008) e Dourado (2010), defende que a escola não pode atuar de forma isolada. A efetividade das políticas públicas depende da articulação entre diferentes setores (saúde, assistência social, conselho tutelar, Ministério Público, etc.), formando uma rede de proteção à criança e ao adolescente, conforme preconiza o ECA.

No contexto desta pesquisa, a abordagem psicossocial e o trabalho em rede se concretizam na prática da Busca Ativa Escolar e no uso da FICAI, pois ambas as estratégias pressupõem o reconhecimento das causas multidimensionais da infrequência e da evasão escolar.

A Busca Ativa não se limita ao monitoramento da frequência, mas envolve uma ação intersetorial e empática, na qual a escola busca compreender por que o aluno está ausente e como pode apoiá-lo em seu retorno e permanência. Nesse processo, a equipe psicossocial tem papel central, atuando na escuta sensível, no acolhimento das famílias e na mediação entre os diferentes serviços públicos.

Segundo Sousa (2021), a permanência escolar exige mais do que políticas de controle, requerendo políticas de cuidado e corresponsabilidade. Assim, o trabalho psicossocial, quando articulado à gestão e às políticas públicas educacionais, fortalece a escola como espaço de proteção social e promoção de direitos.

A abordagem psicossocial e o trabalho em rede reforçam o princípio de que garantir o direito à educação é uma responsabilidade coletiva, que exige a integração de diferentes políticas e profissionais. Essa dimensão humanizadora e colaborativa

sustenta a efetividade da Busca Ativa e do FICAI como estratégias de permanência escolar, permitindo que a escola se torne não apenas um espaço de aprendizagem, mas também de acolhimento e reconstrução de vínculos sociais.

6 PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE DE DADOS SOBRE A FICAI

Este capítulo apresenta a análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado às equipes pedagógica e psicossocial da Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, *lócus* empírico desta pesquisa. A equipe é formada por dez profissionais, estando dois deles afastados. Com isso, o instrumento de pesquisa foi encaminhado para os oito profissionais atuantes. Destes, seis responderam à pesquisa, compondo um quadro representativo das funções diretamente envolvidas nos processos de Busca Ativa, acompanhamento da infrequência e atendimento psicossocial.

A análise buscou evidenciar como esses sujeitos percebem, compreendem e operacionalizam a política pública da Busca Ativa, especialmente por meio da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), discutindo como essas práticas se articulam às políticas educacionais e às condições concretas da escola. A interpretação dos resultados segue a técnica de Análise de Conteúdo, conforme Bardin (2016), articulada às categorias que emergiram tanto dos objetivos específicos quanto das respostas dos participantes.

Essa análise incorpora dados quantitativos (provenientes das perguntas fechadas) representados por gráficos, além dos dados qualitativos, a partir de recortes literais das respostas abertas, a fim de fortalecer a compreensão das percepções dos participantes.

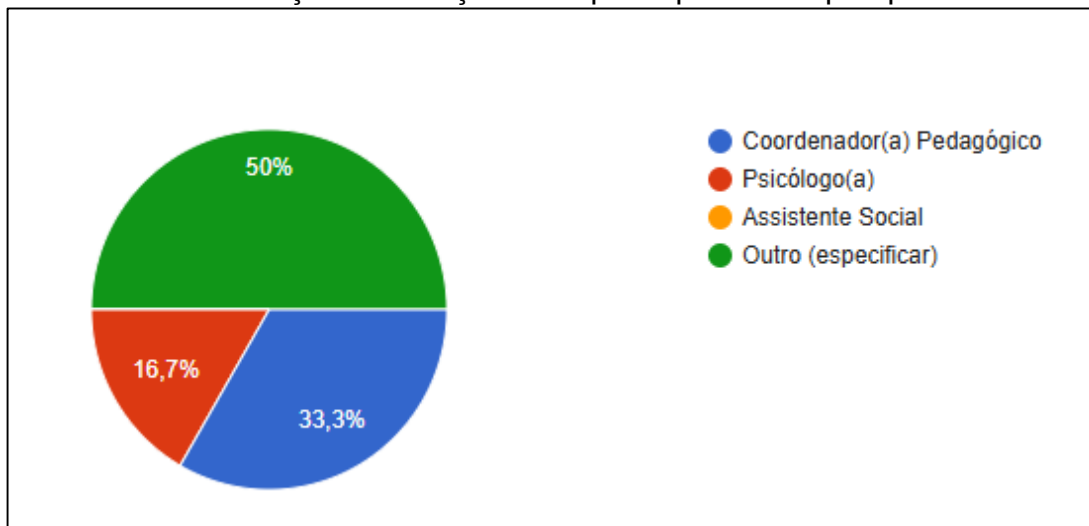
6.1 Caracterização dos participantes

Inicialmente, cabe destacar que a identificação dos participantes não era obrigatória no questionário aplicado, garantindo ao respondente total liberdade para optar ou não pelo registro de seu nome. Assim, ainda que alguns profissionais tenham escolhido se identificar espontaneamente, nenhum nome será mencionado ao longo deste capítulo, preservando-se o sigilo, a privacidade e a confidencialidade dos dados. Todas as análises apresentadas referem-se ao conjunto das respostas, sem qualquer associação direta a indivíduos específicos, em conformidade com princípios éticos da pesquisa em Ciências Humanas.

Participaram da pesquisa seis profissionais da Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, atuando em diferentes funções diretamente

relacionadas à implementação da Busca Ativa e ao monitoramento da infrequência, representadas no Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição das funções dos participantes da pesquisa



Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

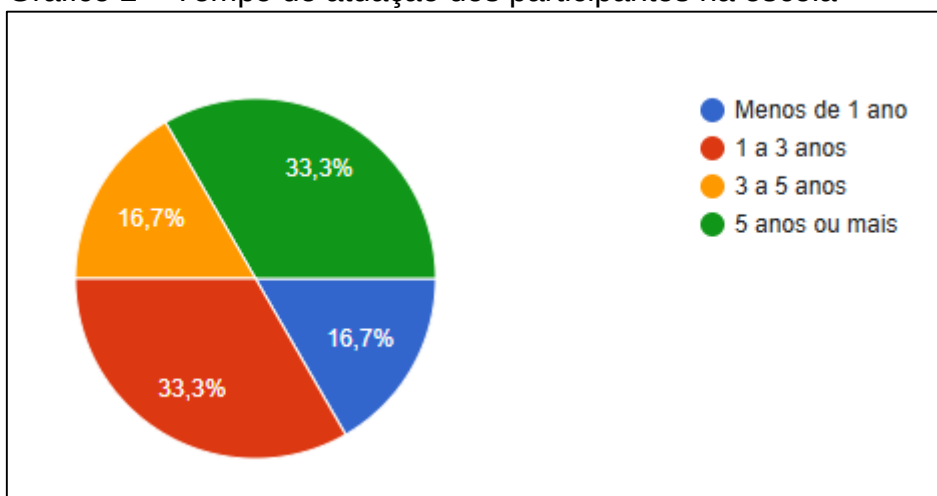
Observa-se a predominância de coordenadores(as) pedagógicos(as), seguidos por profissionais da equipe psicossocial e outros cargos. Essa composição reforça o lugar central da coordenação pedagógica na gestão da frequência, dos registros na FICAI e na articulação com as famílias, bem como evidencia o papel estratégico da equipe psicossocial na mediação dos casos de vulnerabilidade.

Conforme apresentado no Gráfico 1, 50% dos respondentes atuam em funções classificadas como “Outro (especificar)”, o que revela que a execução cotidiana da FICAI envolve múltiplos setores da escola, para além da coordenação pedagógica e da equipe psicossocial. Coordenadores(as) pedagógicos(as) correspondem a 33,3% dos participantes, confirmando seu papel central na mediação com famílias e no monitoramento da frequência. Apenas 16,7% dos respondentes são psicólogos(as), evidenciando que a equipe psicossocial (embora essencial) é numericamente reduzida diante das demandas complexas relacionadas à permanência escolar.

Essa composição reforça que a Busca Ativa é uma política transversal, que mobiliza diferentes segmentos da escola, em sintonia com a noção de redes internas e colaborativas discutida por Naschold (2003; 2012).

No que se refere ao tempo de atuação na escola, o Gráfico 2 sintetiza os dados:

Gráfico 2 – Tempo de atuação dos participantes na escola



Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

Percebe-se a presença de profissionais com diferentes tempos de inserção na instituição, variando entre menos de 1 ano e 5 anos ou mais de atuação. Essa heterogeneidade permite uma leitura mais complexa sobre o funcionamento da política: os profissionais com maior tempo de casa tendem a perceber continuidades e mudanças nas práticas de permanência escolar, enquanto os recém-chegados trazem olhares mais frescos sobre as tensões e desafios atuais.

O tempo de atuação na instituição indica um grupo com experiências diferentes, combinando perspectivas de profissionais recém-chegados e outros com vivência consolidada na instituição. Essa diversidade é relevante para a pesquisa, pois amplia a visão sobre os desafios enfrentados tanto no monitoramento da frequência quanto na relação com estudantes em situação de risco de evasão. Além disso, os dados indicam que todos os participantes possuem envolvimento direto ou indireto com processos de notificação, mediação, acompanhamento ou encaminhamento de casos.

Em suma, o tempo de atuação dos participantes revela um quadro institucional marcado pela presença simultânea de profissionais iniciantes e experientes. Conforme apresentado no Gráfico 2, 16,7% atuam há menos de um ano, enquanto 33,3% possuem entre 1 e 3 anos de experiência e 16,7% entre 3 e 5 anos. Destaca-se ainda que 33,3% trabalham na escola há cinco anos ou mais, constituindo um núcleo de memória institucional relevante para a compreensão histórica dos fluxos da FICAI e das práticas de Busca Ativa. Essa distribuição equilibrada permite captar percepções distintas: profissionais recém-chegados tendem a identificar com maior

nitidez falhas estruturais e tensões cotidianas, enquanto os mais experientes reconhecem padrões recorrentes, avanços e limitações persistentes. Tal composição reforça a complexidade do fenômeno investigado e amplia a confiabilidade dos achados empíricos.

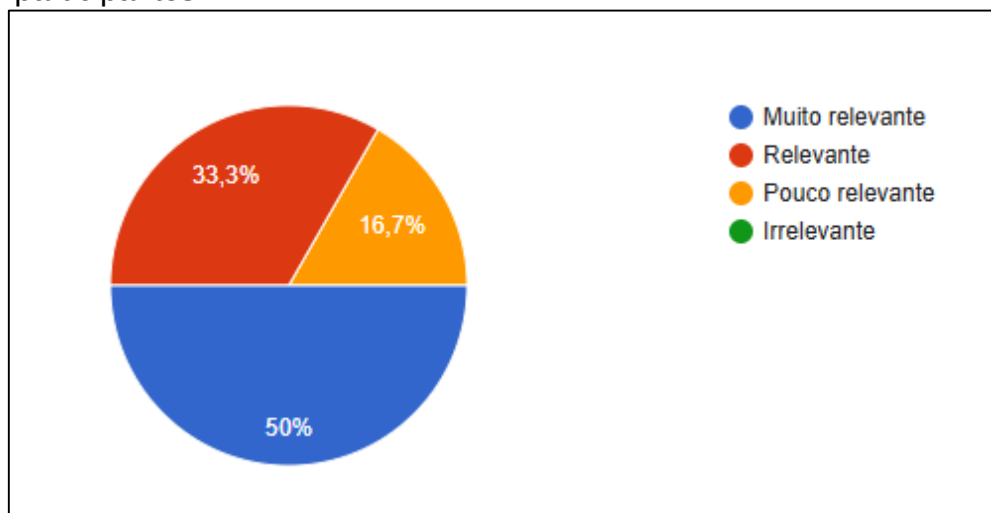
6.2 Categorias de análise

6.2.1 Categoria 1: Busca Ativa como política pública

A primeira categoria analisa o Bloco 1 – Busca Ativa como política pública, que compreendia cinco questões, sendo duas fechadas e três abertas.

Na primeira pergunta, “Como você avalia o papel da Busca Ativa na garantia do direito à educação dos estudantes?”, obteve-se o seguinte resultado:

Gráfico 3 – Avaliação da relevância da Busca Ativa pelos participantes



Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

A avaliação da relevância da Busca Ativa evidencia uma percepção amplamente favorável entre os participantes. Conforme apresentado no Gráfico 3, 50% dos profissionais consideram a política “muito relevante” e 33,3% a classificam como “relevante”, totalizando 83,3% de avaliação positiva.

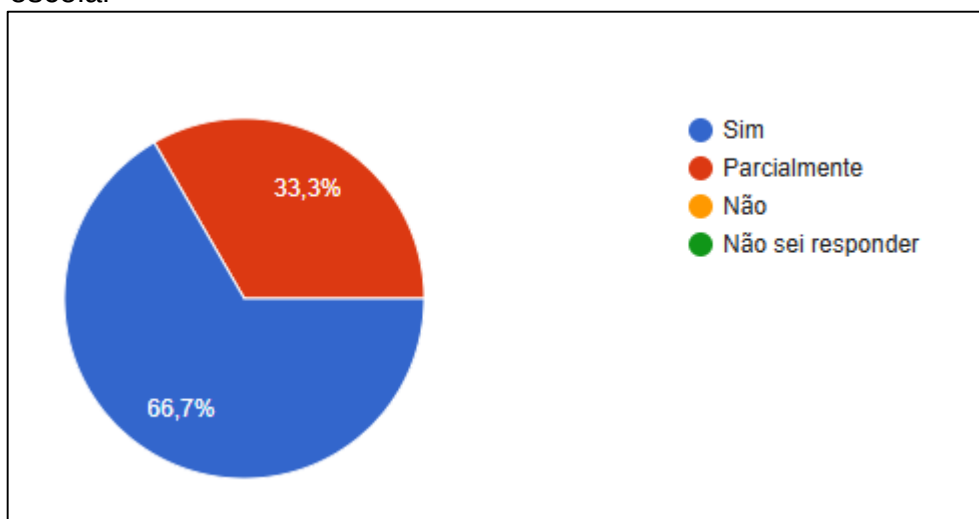
Esses dados revelam que a equipe escolar reconhece a Busca Ativa como mecanismo central para garantir o direito à educação, alinhando-se ao entendimento

de Cury (2002; 2013) sobre a corresponsabilidade do Estado e das instituições na permanência escolar.

Apenas 16,7% dos respondentes a consideraram “pouco relevante”, o que pode refletir frustrações com a baixa resolutividade dos encaminhamentos e com falhas na operacionalização da FICAI, e não necessariamente rejeição à política em si. Importante destacar que não houve nenhuma resposta indicando que a Busca Ativa seria irrelevante, o que reforça sua legitimidade na prática institucional.

Na sequência, questionou-se: “Na sua percepção, a Busca Ativa tem contribuído para reduzir a evasão escolar no Ensino Médio?”

Gráfico 4 – Contribuição da Busca Ativa na redução da evasão escolar



Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

A percepção da equipe escolar sobre os efeitos da Busca Ativa na redução da evasão no Ensino Médio é majoritariamente positiva. Conforme apresentado no Gráfico 4, 66,7% dos participantes afirmam que a política tem contribuído efetivamente para diminuir casos de abandono, enquanto 33,3% avaliam que essa contribuição ocorre apenas parcialmente.

Não foram registradas respostas indicando ausência de impacto ou desconhecimento dos efeitos da política, o que demonstra alto grau de familiaridade da equipe com os processos de Busca Ativa.

Esses resultados sugerem que a política produz efeitos concretos no cotidiano escolar, mas ainda encontra limites associados a fatores externos, como fragilidades

na articulação intersetorial e desafios socioeconômicos enfrentados pelos estudantes e suas famílias.

Tais achados dialogam com Arroyo (2012), ao evidenciar que a permanência escolar depende de ações que ultrapassam o espaço da sala de aula, e reforçam a necessidade de políticas integradas que atuem sobre os múltiplos determinantes da evasão.

A terceira questão era aberta, ou seja, os participantes não constavam com respostas pré-definidas, questionando-se: “Descreva brevemente quais os principais desafios que você percebe na execução da Busca Ativa em sua unidade”. As respostas obtidas foram:

Figura 1 – Principais desafios na execução da Busca Ativa

Os principais desafios envolvem a dificuldade de localização dos estudantes e famílias, especialmente em casos de mudança de endereço ou falta de contato atualizado. Além disso, há resistência de algumas famílias em dialogar com a escola, o que dificulta o retorno do aluno às aulas. Outro ponto desafiador é a limitação de recursos, pois poderíamos realizar visitas domiciliares.

Como profissional ligado à busca ativa, sinto falta de ferramentas mais efetivas para obtenção de melhores resultados

Troca de contatos com muita frequência.

Um dos desafios é a falta de atualização dos contatos telefônicos das famílias. Eles mudam constantemente de números e não informam a escola.

Apoio e contato com os familiares

Os pais sabem que os alunos passam de ano, fazem a recomposição e então normalizam as faltas. Isso impede a efetividade das ações.

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

A análise das respostas abertas revela que os principais desafios na execução da Busca Ativa concentram-se em quatro dimensões centrais. A primeira (e mais recorrente) diz respeito à dificuldade de localização de estudantes e responsáveis, marcada pela constante troca de números de telefone e pela ausência de atualização cadastral, o que compromete ações rápidas e eficazes. O segundo desafio refere-se à baixa adesão e, em alguns casos, resistência das famílias em dialogar com a escola, fragilizando os vínculos comunicativos necessários ao retorno dos estudantes, em consonância com o que aponta Naschold (2017), acerca da importância das redes vinculares.

Soma-se a isso a terceira dimensão, com a limitação de recursos humanos e materiais, expressa pela ausência de instrumentos e condições para a realização de visitas domiciliares e para o monitoramento mais próximo dos casos. Por fim, o quarto desafio indicado por alguns participantes destaca a naturalização das faltas por parte de responsáveis que, amparados na progressão continuada e na recomposição de aprendizagens, deixam de perceber a frequência escolar como compromisso essencial.

Esses elementos evidenciam que a eficácia da Busca Ativa não depende apenas da ação da escola, mas da articulação com as famílias e das condições institucionais disponíveis para o trabalho.

A quarta questão, também aberta, questionava: “Quais fatores você percebe como mais recorrentes entre os alunos em risco de evasão?”. Os resultados obtidos foram:

Figura 2 – Principais fatores para a evasão dos estudantes

Desmotivação escolar, conflitos familiares, problemas emocionais, ausência de rotina e disciplina familiar.
Falta de interesse por parte dos alunos e empenho da própria família em manter a rotina escolar de seus filhos.
Desinteresse, desestrutura familiar.
Falta de interesse nos estudos e necessidade de ingressar no mercado de trabalho.
Vulnerabilidade socioeconômica e desestrutura familiar
A não retenção

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

A análise dos fatores percebidos como mais recorrentes entre os estudantes em risco de evasão evidencia a predominância de elementos familiares e socioemocionais. Conforme as respostas dos participantes, a desestruturação familiar surge como o fator mais frequente, mencionada direta ou indiretamente em 83,3% das respostas, incluindo conflitos, ausência de rotina e baixa participação dos responsáveis na vida escolar.

A desmotivação e o desinteresse dos alunos também aparecem de forma significativa, revelando fragilidades no vínculo pedagógico e na construção de sentido

em relação ao estudo, em consonância com as análises de Charlot (2002) e Arroyo (2012; 2013). Soma-se a isso a vulnerabilidade socioeconômica e a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, que pressionam os jovens a abandonar a escola.

Por fim, alguns profissionais apontam que políticas de progressão, como a não retenção, podem contribuir para a naturalização das faltas por parte das famílias. Esses dados reforçam que a evasão escolar é um fenômeno multifatorial, marcado pela interação entre condições sociais, emocionais, econômicas e pedagógicas.

A quinta questão do Bloco 1 investigou “Quais são as medidas executadas pela Escola antes de preencher a FICAI On-line, para obter o retorno do aluno?”. Para essa pergunta, obteve-se o seguinte resultado parcial:

Figura 3 – Medidas executadas pela escola antes de preencher a FICAI

Contato telefônico e por e-mail com registros, acolhimento na escola, acompanhamento com equipe psicossocial, encaminhamento para rede intersetorial.
Contato com os pais, aconselhamento dos alunos quando este vem à escola, acompanhamento psicossocial, dentre outras.
Ligação para os familiares e orientação da importância do retorno à escola.
Tentativas de contactar as famílias através de ligações e mensagens pelo whatsapp.
Contato com os responsáveis através de inúmeros meios, atendimento psicossocial
Ligações, idas a turma do estudante entre outros.

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

As respostas indicam que a escola realiza um conjunto consistente de ações preliminares antes de preencher a FICAI Online. Em 100% dos casos, a primeira estratégia envolve tentativas de contato com os responsáveis por meio de ligações telefônicas, mensagens, e-mails ou outros canais. Paralelamente, destaca-se a prática de acolhimento e atendimento psicossocial, mencionada pela maior parte dos participantes, evidenciando a preocupação da escola em compreender as causas da infrequência e oferecer suporte antes de acionar instâncias externas.

Também surgem ações de aconselhamento direto aos estudantes e visitas às turmas, demonstrando esforço para reconstruir vínculos pedagógicos. Apenas após

essas tentativas internas são realizados encaminhamentos à rede intersetorial ou formalizado o registro na FICAI.

Esses achados mostram uma atuação progressiva e centrada no cuidado, reforçando a compreensão de que a FICAI é acionada como último recurso, quando as estratégias escolares não foram suficientes para reverter a situação.

O Quadro 7, abaixo, apresenta uma síntese integrada das três questões abertas analisadas no Bloco 1, permitindo visualizar, de forma articulada, os principais fatores associados ao risco de evasão, as medidas adotadas pela escola antes do preenchimento da FICAI Online e os desafios enfrentados na execução da Busca Ativa.

A organização das categorias evidencia que a evasão escolar é atravessada por elementos familiares, socioeconômicos, emocionais e pedagógicos, confirmando seu caráter multifatorial. Também demonstra que a escola mobiliza um conjunto progressivo de ações internas (contato com responsáveis, acolhimento psicossocial e aconselhamento aos estudantes) antes de recorrer ao acionamento da rede intersetorial.

Os desafios identificados mostram que a efetividade da política depende não apenas das iniciativas escolares, mas de condições estruturais e da corresponsabilidade das famílias e da rede de proteção. Esses achados reforçam a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens integradas para garantir a permanência escolar.

Quadro 7 – Síntese analítica da Busca Ativa: fatores de risco, ações da escola e desafios

Eixo da análise	Categorias principais	Evidências nas respostas	Leitura analítica/ Implicações
Fatores de risco para evasão	Desestrutura familiar e ausência de rotina	“Conflitos familiares”; “desestrutura familiar”; “ausência de rotina e disciplina familiar”; “falta de empenho da própria família”	A família aparece como núcleo crítico: instabilidade doméstica, baixa participação e pouca corresponsabilidade fragilizam a permanência escolar.
	Desmotivação e desinteresse escolar	“Desmotivação escolar”; “falta de interesse nos estudos”; “desinteresse”	Indica ruptura do vínculo pedagógico e de sentido com a escola; reforça a necessidade de práticas que deem significado ao estudo.
	Vulnerabilidade socioeconômica e necessidade de trabalho	“Vulnerabilidade socioeconômica”; “necessidade de ingressar no mercado de trabalho”	A evasão é também efeito de condições materiais; os jovens são pressionados a trabalhar, o que extrapola a governabilidade da escola.

	Problemas emocionais e sofrimento psíquico	“Problemas emocionais”	Reforça a importância da equipe psicossocial e de políticas de cuidado no interior da escola.
	Naturalização das faltas / não retenção	“A não retenção”	Políticas de progressão podem ser interpretadas como sinal de que a frequência não é tão necessária, o que dificulta a eficácia da Busca Ativa.
Medidas adotadas antes da FICAI	Contato direto com responsáveis	“Ligações”; “mensagens pelo WhatsApp”; “e-mail”; “contato através de inúmeros meios”	A escola tenta esgotar as vias de comunicação com a família antes de acionar a FICAI, o que demonstra comprometimento e responsabilidade.
	Acolhimento e atendimento psicossocial	“Acolhimento na escola”; “acompanhamento com equipe psicossocial”; “atendimento psicossocial”	A ausência é tratada como sintoma de vulnerabilidades; há esforço de escuta e cuidado, alinhado à perspectiva de proteção integral.
	Aconselhamento e abordagem direta ao aluno	“Aconselhamento dos alunos”; “idas à turma do estudante”	A escola busca reconstruir o vínculo com o próprio jovem, não reduzindo o problema apenas à família.
	Encaminhamento à rede intersetorial	“Encaminhamento para rede intersetorial”	A FICAI e a rede externa entram como etapa posterior, quando as ações internas não foram suficientes.
Desafios na execução da Busca Ativa	Contatos desatualizados/ dificuldade de localização	“Troca de contatos com muita frequência”; “falta de atualização dos contatos”; “dificuldade de localização dos estudantes e famílias”	Obstáculo estrutural que impede ações rápidas e eficazes; compromete o fluxo da FICAI e das visitas domiciliares.
	Resistência ou baixa participação das famílias	“Resistência das famílias em dialogar”; “apoio e contato com os familiares”	Fragiliza as redes vinculares; dificulta o retorno e a manutenção do aluno na escola.
	Limitação de recursos humanos e materiais	“Limitação de recursos”; “falta de ferramentas mais efetivas”	A escola reconhece o que precisa fazer (ex.: visitas), mas admite não ter condições plenas de execução.
	Normalização das faltas pelos responsáveis	“Os pais normalizam as faltas porque sabem que os alunos passam de ano”	A cultura de não retenção pode enfraquecer a percepção de gravidade da infrequência e reduzir o efeito da Busca Ativa.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo

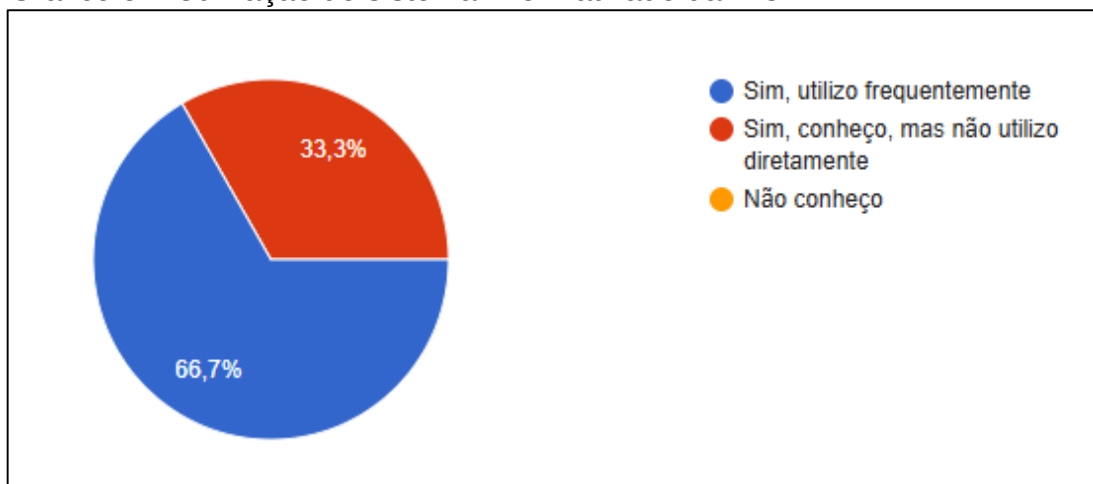
A análise do conjunto reforça que existe coerência entre os fatores de risco identificados, as medidas adotadas pela escola e os desafios enfrentados. De um lado, a desestrutura familiar, a vulnerabilidade socioeconômica e o desinteresse dos estudantes aparecem como fatores que impulsionam a infrequência. De outro, as ações realizadas pela escola, predominantemente centradas na comunicação e no acolhimento, buscam mitigar esses mesmos elementos, ainda que encontrem limites impostos por contatos desatualizados, resistência das famílias e escassez de recursos para intervenções mais profundas.

Assim, o quadro sintetiza não apenas percepções isoladas, mas a lógica geral do funcionamento da Busca Ativa na unidade escolar, evidenciando avanços, tensões e pontos críticos que dialogam diretamente com a literatura e com o marco legal da política de permanência.

6.2.2 Categoria 2: Uso da FICAI e fluxos de monitoramento

O Bloco 2 – Uso da FICAI e fluxos de monitoramento contou com quatro questões. A primeira delas, investigou: “Você utiliza ou tem conhecimento do sistema informatizado da FICAI?”

Gráfico 5 – Utilização do sistema informatizado da FICAI



Fonte: *Google forms* a partir da pesquisa de campo

Em relação ao uso do sistema informatizado da FICAI, os dados revelam que 66,7% dos participantes utilizam a plataforma com frequência, enquanto 33,3% afirmam conhecê-la, mas não a utilizam diretamente.

Não houve respostas indicando desconhecimento do sistema, o que demonstra que a FICAI está institucionalizada na rotina da escola e conhecida por todos os envolvidos na Busca Ativa.

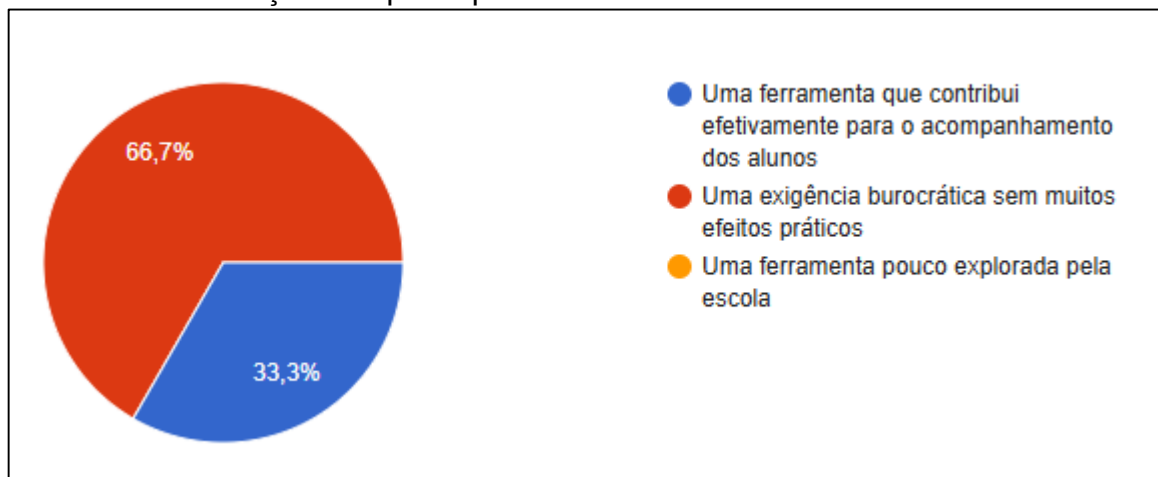
A concentração do uso em parte da equipe sugere que o fluxo de registros e monitoramento é operado por um núcleo específico de profissionais, geralmente aqueles que ocupam funções de coordenação, secretaria e psicossocial.

A existência de participantes que apenas conhecem, mas não utilizam diretamente o sistema, indica uma participação mais indireta nesses processos e

evidencia a necessidade de ampliar a formação e o compartilhamento das responsabilidades inerentes ao protocolo da FICAI.

A questão seguinte abordou: “Na sua opinião, a FICAI é”:

Gráfico 6 – Avaliação dos participantes sobre a FICAI



Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

A percepção da equipe sobre a efetividade da FICAI revela um cenário marcado por críticas à resolutividade da ferramenta. Conforme apresentado no Gráfico 6, 66,7% dos participantes consideram a FICAI uma exigência burocrática com poucos efeitos práticos, enquanto apenas 33,3% a reconhecem como instrumento capaz de contribuir para o acompanhamento dos estudantes.

Nenhum respondente a classificou como pouco explorada pela escola, indicando que o problema não reside no uso da plataforma, mas na limitada eficácia dos encaminhamentos e retornos provenientes da rede intersetorial.

Esses dados reforçam que, embora a escola registre, acompanhe e cumpra os fluxos previstos, a continuidade do processo depende de articulações externas que nem sempre ocorrem com a agilidade necessária, reduzindo o impacto concreto da FICAI no enfrentamento da evasão.

A terceira pergunta do Bloco 2, buscou evidenciar: “Quais são, na sua visão, os principais benefícios e as principais dificuldades da utilização da FICAI?”. A partir desta questão aberta, surgiram as seguintes respostas:

Figura 4 – Principais benefícios e dificuldades na utilização da FICAI

Benefícios: garante o registro formal das ações realizadas. Dificuldades: demora no retorno dos órgãos parceiros, a sobrecarga da equipe escolar para alimentar o sistema e acompanhar cada caso, desafios quanto à atualização de dados das famílias.
Vejo dificuldades no sentido da rede de apoio escolar não acompanhar efetivamente o uso da FICAI. então acaba sendo uma ferramenta utilizada somente internamente, o que não modifica muito a situação das infrequencias.
Retorno do estudante para escola. Morosidade para colocar as ações, tramitar.
Benefício: acompanhamento dos alunos. Dificuldade: desatualização dos contatos dos responsáveis pelos estudantes.
Acompanhamento interno da escola
Os benefícios são com relação ao retorno do estudante, pois alguns depois do diálogo voltam a participar ativamente das atividades escolares e as dificuldades é a não retenção que faz com que alguns alunos falem o ano todo na certeza de que quando voltarem farão a recomposição.

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

Os participantes identificam como principais benefícios da FICAI a organização e o registro formal das ações de acompanhamento, permitindo à escola manter histórico detalhado das intervenções realizadas. Também aparece como aspecto positivo a possibilidade de monitorar os estudantes e documentar contatos e tentativas de retorno, o que, em alguns casos, contribui para a reintegração do aluno às atividades escolares. Além disso, o sistema auxilia na centralização das informações relativas aos responsáveis, facilitando a conferência de dados e a continuidade do acompanhamento interno.

As dificuldades relacionadas ao uso da FICAI são mais numerosas e aparecem com maior intensidade. A principal delas refere-se à morosidade ou ausência de retorno dos órgãos parceiros, revelando fragilidades significativas na articulação intersectorial. Somam-se a isso a sobrecarga da equipe escolar, que precisa alimentar o sistema paralelamente às demais tarefas, e a constante desatualização dos contatos familiares, que limita o acompanhamento e inviabiliza o cumprimento célere do fluxo.

Os participantes também destacam que, em muitos casos, a FICAI acaba sendo utilizada apenas como ferramenta interna, sem gerar efeitos práticos consistentes, especialmente quando associada à naturalização das faltas por parte de famílias que consideram garantida a progressão escolar por meio da recomposição.

Esses elementos reforçam a percepção de que a efetividade do protocolo depende de condições estruturais e da atuação coordenada da rede de proteção, e não apenas da escola.

O Quadro 8, a seguir, apresenta uma síntese das percepções dos participantes sobre os principais benefícios e dificuldades associados ao uso da FICAI na rotina escolar.

A análise destaca que, embora a ferramenta contribua para organizar e registrar formalmente as ações de acompanhamento dos estudantes, sua efetividade depende diretamente da articulação com a rede intersetorial e das condições estruturais da escola. Ao reunir as categorias emergentes das respostas, o quadro permite visualizar, de forma integrada, tanto os aspectos positivos atribuídos à FICAI quanto os entraves que limitam seu impacto no enfrentamento da infrequência.

Quadro 8 – Quadro comparativo entre benefícios e dificuldades no uso da FICAI

Dimensão	Categorias	Evidências	Síntese analítica
Benefícios	Registro formal e organização do fluxo	“Garante o registro formal das ações”; “acompanhamento interno.”	A FICAI ajuda a sistematizar informações e documentar intervenções.
	Acompanhamento dos alunos	“Benefício: acompanhamento dos alunos.”	Favorece o retorno em alguns casos, fortalecendo a Busca Ativa.
	Centralização de contatos e tentativas	“Acompanhamento dos contatos dos responsáveis.”	Facilita a continuidade dos registros.
Dificuldades	Falta de retorno dos órgãos parceiros	“Demora no retorno dos órgãos parceiros”; “rede não acompanha.”	Principal barreira: ineficiência da rede intersetorial.
	Sobrecarga da equipe escolar	“Sobrecarga para alimentar o sistema.”	Processo burocrático, aumenta a carga de trabalho.
	Contatos desatualizados	“Desatualização dos contatos.”	Compromete o acompanhamento e as tentativas de retorno.
	Baixa efetividade prática da ferramenta	“Ferramenta interna que não modifica muito a situação.”	FICAI funciona mais como registro do que como solução.
	Normalização das faltas / progressão continuada	“Não retenção que faz com que alunos faltem.”	A cultura da progressão pode reduzir o comprometimento das famílias.

Fonte: Elaborado pela autora a partir da pesquisa de campo

A síntese apresentada evidencia que os benefícios da FICAI estão concentrados principalmente na dimensão administrativa e documental, enquanto as dificuldades revelam obstáculos mais profundos, relacionados à sobrecarga de

trabalho, ao descompasso entre a escola e a rede de proteção e à fragilidade dos vínculos familiares.

Assim, embora a ferramenta cumpra seu papel no registro e na sistematização das ações, os participantes apontam que sua eficácia depende de fatores externos à escola e de uma maior corresponsabilidade entre os órgãos envolvidos.

Esses achados reforçam que a FICAI, isoladamente, não é suficiente para enfrentar a evasão escolar, sendo necessário fortalecê-la por meio de políticas integradas, agilidade nos retornos e estratégias mais amplas de suporte às famílias e aos estudantes.

Por fim, a última questão do Bloco 2, pergunta: “Após ter registrado na plataforma FICAI foi constatado um efetivo trabalho pelos órgãos envolvidos Conselho Tutelar e Ministério Público?”. Para esta questão, obteve-se os seguintes retornos dos participantes:

Figura 5 – Constatação sobre o trabalho dos órgãos envolvidos pós-registro FICAI

Parcialmente.
Nunca
Essas ações foi de grande valia para o retorno de muitos estudantes!
não
Não e na maioria das vezes a escola fica totalmente sem retorno do Conselho Tutelar e MP
Não

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

As respostas revelam que, após o registro na plataforma FICAI, a maior parte dos participantes não percebe retorno efetivo dos órgãos externos envolvidos, especialmente do Conselho Tutelar e do Ministério Público.

Do total de respondentes, 66,7% afirmam nunca ter observado ações decorrentes do registro, indicando ausência de acompanhamento ou devolutiva por parte da rede intersetorial. Apenas um participante menciona retorno parcial e apenas um relata experiências positivas.

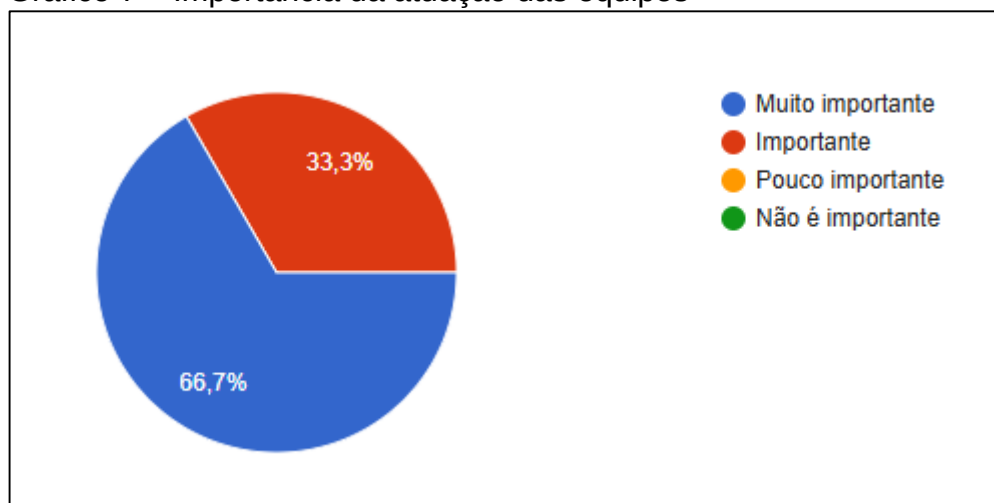
Esses achados reforçam a percepção de que a continuidade do fluxo da FICAI não se consolida fora da escola, o que limita significativamente a efetividade da

política. Assim, apesar do cumprimento das etapas internas, a falta de respostas consistentes dos órgãos responsáveis compromete o caráter protetivo da ferramenta e evidencia fragilidades estruturais na articulação intersetorial.

6.2.3 Categoria 3: Ação das equipes pedagógica e psicossocial

O Bloco 3 – Ação das equipes pedagógica e psicossocial, investigou, a partir de seis questionamentos, as ações das equipes pedagógica e psicossocial. A primeira pergunta foi: “Na sua percepção, qual é a importância da atuação da equipe pedagógica (coordenadores pedagógicos) e psicossocial (psicólogos, assistentes sociais) no enfrentamento da infrequência e evasão escolar?”:

Gráfico 7 – Importância da atuação das equipes



Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

A avaliação sobre a atuação das equipes pedagógica e psicossocial revela consenso entre os participantes no reconhecimento de sua centralidade para o enfrentamento da infrequência e evasão escolar. Como mostra o Gráfico 7, 100% dos respondentes classificam essa atuação como importante ou muito importante, o que corrobora a compreensão de que processos de permanência escolar não se limitam à dimensão instrucional, mas envolvem cuidado, escuta e mediação de conflitos.

Freire (1996) destaca que a educação é um ato de acolhimento e diálogo, exigindo práticas que ultrapassem a transmissão de conteúdos e considerem a integralidade do sujeito. Arroyo (2012), por sua vez, argumenta que trajetórias escolares são profundamente atravessadas por vulnerabilidades sociais, emocionais

e materiais, demandando a presença de profissionais capazes de compreender e intervir sobre essas dimensões.

Nesse sentido, a equipe psicossocial se torna indispensável para identificar fatores de risco, realizar escutas qualificadas e articular redes de proteção. Já a equipe pedagógica, conforme aponta Cury (2002; 2013), atua na coordenação do direito à educação, organizando fluxos, monitorando a frequência e garantindo o acompanhamento sistemático dos estudantes.

A convergência desses papéis confirma o que Charlot (2002) chama de “vínculo de sentido”, pois sem ele, o estudante perde o pertencimento e se distancia da escola. Assim, os dados quantitativos reforçam a literatura ao evidenciar que o combate à evasão exige uma atuação integrada entre dimensões pedagógicas e psicossociais, estruturadas sobre cuidado, diálogo, mediação e gestão democrática.

A questão dois deste Bloco foi aberta, investigando: “De que forma as ações dessas equipes impactam na permanência dos estudantes?”. Os resultados obtidos foram:

Figura 6 – Impacto das ações das equipes na permanência dos estudantes

Acredito ser um impacto direto e positivo para que os estudantes permaneçam na escola, pois promovemos o acolhimento, a escuta ativa e o acompanhamento individualizado dos alunos em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, podemos identificar sinais de risco de evasão, mediar conflitos, promover a ambientação, fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade, promover o bem-estar emocional e social dos estudantes.

É justamente a equipe pedagógica que está em constante processo de resgate destes alunos. Sem ela seria impossível seguir este trabalho.

Nas orientações com os estudantes e com sua família. Conhecendo a real situação do aluno e de seus familiares, usando de empatia para tentar sanar ou amenizar o problema.

A equipe pedagógica atua coordenando a recomposição da aprendizagem e ausências.
A equipe psicossocial atua dando suporte psicológico e emocional.

Acolhimento e orientação familiar

No dialogo e acompanhamento

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

As respostas evidenciam que as equipes pedagógica e psicossocial exercem impacto direto e decisivo na permanência dos estudantes. Os participantes destacam ações como acolhimento, escuta ativa, mediação de conflitos, acompanhamento

individualizado e orientação às famílias, elementos que fortalecem o vínculo entre estudante e escola. Tais práticas estão em consonância com Freire (1996), ao compreender a educação como ato de cuidado e diálogo, e com Arroyo (2012), para quem a permanência se sustenta em vínculos afetivos, sociais e comunitários.

As equipes também desempenham papel central na recomposição de aprendizagens e no resgate dos estudantes em situação de afastamento, reafirmando a perspectiva de Charlot (2001) de que a continuidade na escola depende da construção de sentido e pertencimento. Ademais, o fortalecimento da relação escola–família, apontado nas respostas, dialoga com Cury (2002; 2013) e Naschold (2003), que defendem a corresponsabilidade entre diferentes atores na garantia do direito à educação.

Assim, o conjunto das ações realizadas por essas equipes evidencia que sua atuação integrada constitui um dos pilares da política de permanência e da prevenção à evasão escolar.

O terceiro questionamento foi: “Como é feito o acolhimento dos alunos e das famílias em situação de vulnerabilidade?”:

Figura 7 – Acolhimento dos alunos e das famílias em situação de vulnerabilidade

A gente sempre se esforça para que seja de forma sensível, sigilosa e humanizada, priorizando a escuta qualificada e o respeito à individualidade de cada caso. É necessário compreender as demandas e identificar os fatores de vulnerabilidade de cada caso, fazer orientações e encaminhamentos necessários e articular necessidades dentro da própria escola.
Todo o processo é feito pela gestão escolar e equipe psicossocial, com atendimento individualizado, encaminhamento aos órgãos competentes quando necessário e até ajudas realizadas internamente.
A equipe psicossocial age dando suporte psicológico, emocional e fazendo os devidos encaminhamentos para os órgãos públicos que podem fornecer os auxílios do governo.
São encaminhados a equipe psicossocial para devido acompanhamento
Pela equipe psicossocial

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

As respostas apontam que o acolhimento de alunos e famílias em situação de vulnerabilidade é realizado de forma sensível, sigilosa e humanizada, priorizando a escuta qualificada e o respeito às particularidades de cada caso. O atendimento psicossocial aparece como eixo central desse processo, oferecendo suporte

emocional, psicológico e social, além de identificar fatores de risco e orientar encaminhamentos necessários.

Em situações que extrapolam a esfera escolar, as equipes articulam-se com a rede de proteção, acionando órgãos competentes para garantir o atendimento integral das demandas. Essa prática confirma o que Freire (1996) define como pedagogia da escuta e o que Arroyo (2012) reconhece como cuidado necessário às trajetórias marcadas por desigualdades, reforçando que a permanência escolar exige ações articuladas entre escola, família e serviços públicos.

A próxima questão do Bloco versou sobre: “Que estratégias têm sido eficazes na reintegração de estudantes afastados?”, obtendo-se o seguinte:

Figura 8 – Estratégias eficazes na reintegração de estudantes afastados

A melhor e mais recente estratégia foi uma notificação emitida pela Promotoria de Justiça aos pais e responsáveis de estudantes que estão fora da escola; além disso, na escola, fazemos o acolhimento dele e da família, flexibilização e apoio pedagógico, e articulação com a rede intersetorial se necessário.

Uma medida que contribuiu bastante para o retorno dos alunos foi a notificação emitida pelo Ministério Público. Mas sem o efetivo cumprimento das medidas, creio que não surtirá nenhum efeito.

A proposta de recomposição de aprendizagem realizada pela escola. Um olhar diferente e peculiar a cada estudante na sua especificidades.

O sucesso das estratégias depende muito da questão familiar, que quase sempre são ausentes da escola

O diálogo

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

As estratégias consideradas mais eficazes na reintegração de estudantes afastados combinam ações internas da escola com medidas externas emitidas por órgãos de proteção.

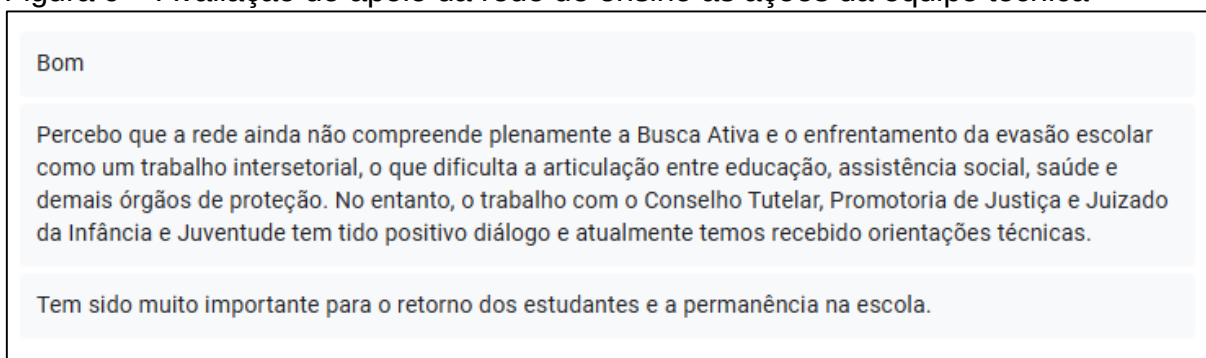
Segundo os participantes, notificações expedidas pelo Ministério Público ou pela Promotoria têm provocado retorno em alguns casos, ainda que dependam da adesão familiar para surtirem efeito. No âmbito interno, destacam-se a recomposição das aprendizagens, a flexibilização pedagógica e o apoio contínuo ao aluno, confirmando a importância de práticas responsivas e diferenciadas voltadas às necessidades individuais, como defendem Arroyo (2012) e Charlot (2001).

O diálogo, tanto com o aluno quanto com sua família, aparece como elemento transversal, reforçando a perspectiva freireana de que a permanência escolar se

sustenta na relação, na escuta e no reconhecimento das condições reais dos sujeitos. Entretanto, os participantes ressaltam que a eficácia dessas estratégias é fortemente condicionada ao envolvimento familiar, revelando que a reintegração não pode ser compreendida como ação isolada da escola, mas como processo que exige corresponsabilidade.

Na sequência, questionou-se: “Como você avalia o apoio da rede de ensino às ações da equipe técnica?”:

Figura 9 – Avaliação do apoio da rede de ensino às ações da equipe técnica



Bom

Percebo que a rede ainda não compreende plenamente a Busca Ativa e o enfrentamento da evasão escolar como um trabalho intersetorial, o que dificulta a articulação entre educação, assistência social, saúde e demais órgãos de proteção. No entanto, o trabalho com o Conselho Tutelar, Promotoria de Justiça e Juizado da Infância e Juventude tem tido positivo diálogo e atualmente temos recebido orientações técnicas.

Tem sido muito importante para o retorno dos estudantes e a permanência na escola.

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

A análise das respostas sobre o apoio da rede de ensino às ações da equipe técnica revela percepções distintas, porém complementares. Parte dos participantes avalia esse apoio como positivo e importante para o retorno e permanência dos estudantes, indicando reconhecimento do papel da rede no enfrentamento da infrequência.

No entanto, uma das respostas apresenta uma leitura mais aprofundada, apontando que a rede ainda não compreende plenamente a Busca Ativa enquanto política intersetorial, o que dificulta a articulação entre educação, assistência social, saúde e órgãos de proteção. Apesar disso, o mesmo relato destaca avanços recentes, como o diálogo qualificado com o Conselho Tutelar, a Promotoria de Justiça e o Juizado da Infância e Juventude, além do recebimento de orientações técnicas.

Esses elementos demonstram que, embora haja movimentos de aproximação, o funcionamento da rede ainda é desigual e insuficientemente integrado, o que impacta diretamente a eficácia das ações de enfrentamento da evasão escolar.

Na última questão do Bloco 3, buscou-se identificar: “De que maneira a escola tem estabelecido diálogo e parceria com os órgãos que compõem a rede de proteção

(como o Conselho Tutelar e o Ministério Público) para o acompanhamento dos estudantes em situação de infrequência?”:

Figura 10 – Estabelecimento de relações entre escola e órgãos da rede de proteção

O diálogo ocorre por meio de ofícios formais, contatos telefônicos, e-mails, esporádicas reuniões intersetoriais e encaminhamentos via FICAI On-line, garantindo o registro e o acompanhamento formal de cada caso.

A escola sempre buscou essa parceria para unir forças em prol do retorno desses estudantes e o apoio do Ministério Público de muita importância para acompanhar a infrequência.

Ligações e emails.

Deveria haver um maior diálogo e que na prática não acontece por parte do CT

Atraves do ficai

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

As respostas indicam que o diálogo entre a escola e os órgãos da rede de proteção ocorre predominantemente por meios formais, como ofícios, ligações telefônicas, e-mails e registros na FICAI Online.

Embora a escola demonstre esforço contínuo para estabelecer parcerias e articular ações conjuntas, os participantes destacam que esse diálogo é majoritariamente burocrático e pouco efetivo, especialmente em relação ao Conselho Tutelar. Há reconhecimento de que o Ministério Público realiza algumas orientações e apoios pontuais, mas o caráter esporádico desses retornos limita a construção de uma rede de proteção integrada.

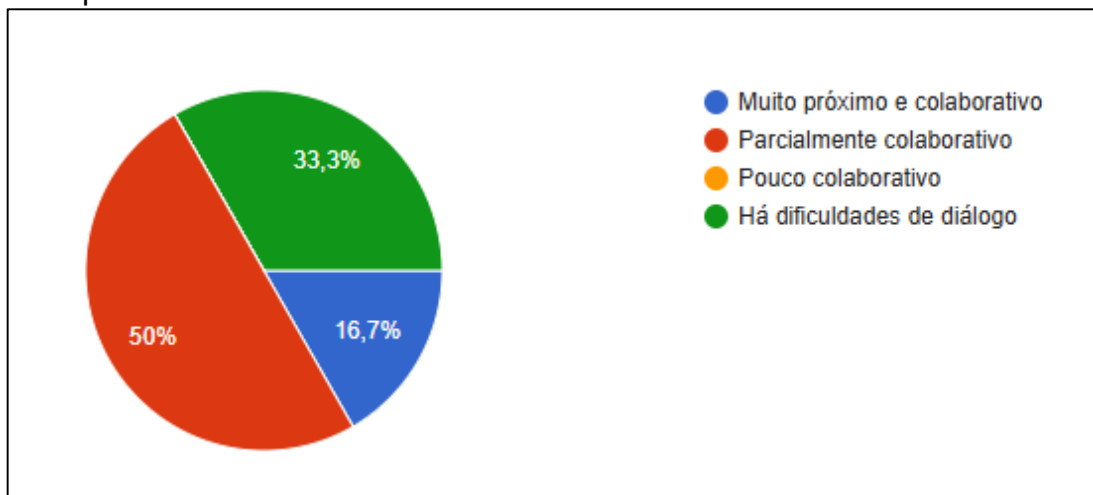
A percepção geral é de que a escola comunica, registra e aciona os órgãos, mas a resposta externa é irregular e insuficiente, o que compromete o acompanhamento dos estudantes em situação de infrequência.

6.2.4 Categoria 4: Integração escola, família e comunidade (Redes Vinculares Comunicativas)

No Bloco 4 – Integração escola, família e comunidade (Redes Vinculares Comunicativas), apresentou-se duas questões. A primeira delas investigou “Como

você percebe o diálogo entre a escola e as famílias dos estudantes em risco de infrequência?”, obtendo-se o seguinte:

Gráfico 8 – Diálogo entre escola e famílias de estudantes em risco de infrequência



Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

Os dados relativos à percepção do diálogo entre escola e famílias indicam uma relação marcada por fragilidades e assimetrias. Conforme apresentado no Gráfico 8, 50% dos participantes consideram que o diálogo é apenas “parcialmente colaborativo”, enquanto 33,3% afirmam que há dificuldades explícitas nessa comunicação. Apenas 16,7% percebem um vínculo muito próximo e colaborativo, indicando que relações familiares mais fortalecidas são exceção entre os estudantes em risco de infrequência.

Esses achados corroboram a noção de “redes vinculares comunicativas” proposta por Naschold, segundo a qual a permanência escolar depende de vínculos estáveis entre escola, estudante e família, vínculos que, nesta unidade, se mostram inconsistentes. Tal cenário reforça análises de Arroyo (2012) e Charlot (2001), que relacionam processos de evasão às vulnerabilidades familiares e à fragilidade do pertencimento e do sentido atribuído à escola, evidenciando que o enfrentamento da infrequência exige uma aproximação mais efetiva e sistemática com as famílias.

Para a segunda questão no Bloco, que foi aberta, investigou-se: “Quais são, na sua visão, as estratégias mais eficazes e os maiores desafios para a construção de uma rede colaborativa (fortalecimento de vínculo) entre escola, família e comunidade?”:

Figura 11 – Estratégias eficazes e maiores desafios na construção de uma rede colaborativa entre escola, família e comunidade

As estratégias mais eficazes envolvem o diálogo constante, o acolhimento e a participação ativa de todos os envolvidos, pois os maiores desafios que temos estão na baixa participação das famílias, muitas vezes por falta de tempo, desconfiança ou experiências escolares negativas anteriores, culpabilizando a escola e se incomodando com os nossos contatos, ou seja, não se tem por parte da família uma cultura de corresponsabilidade. Os pais tem sido permissivos, não se impõem aos filhos e simplesmente dizem que eles não querem vir para a escola e a decisão deles fala mais alto. É preciso entender que a educação/escolarização é uma construção coletiva.

Participação efetiva das famílias e da rede de apoio das escolas (Órgãos externos)

Ações onde a família possa participar ativamente dos projetos da escola. Participação colaborativa entre escola e família em prol do ensino aprendizagem de qualidade dos estudantes. Onde os pais possa sentir partes importantes desse processo.

Desafos: Falta de interesse e participação das famílias.

Responsabilização da família pelo MP

Ja foi respondido acima

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

A análise das respostas evidencia que as estratégias mais eficazes para fortalecer o vínculo entre escola, família e comunidade estão ancoradas no diálogo permanente, no acolhimento e na construção de uma cultura de corresponsabilidade, na qual todos os envolvidos participam ativamente do processo educativo. Os participantes destacam que práticas colaborativas, como a participação das famílias em projetos escolares, a aproximação afetiva e a comunicação constante, contribuem para o fortalecimento das redes vinculares.

Contudo, os maiores desafios encontram-se justamente na baixa participação familiar, muitas vezes associada à falta de tempo, à sobrecarga cotidiana, a experiências escolares negativas anteriores e à desconfiança em relação à instituição. Soma-se a isso a responsabilização excessiva das famílias por órgãos como o Ministério Público, o que dificulta a construção de uma parceria horizontal. Esses elementos revelam que a rede colaborativa depende de ações de diálogo sensível e do reconhecimento das condições sociais que limitam ou favorecem o envolvimento das famílias.

6.2.5 Categoria 5: Sugestões e recomendações

No último bloco do formulário, Bloco 5 – Sugestões e recomendações, composto por duas questões abertas, deixou-se espaço para que os participantes pudessem sugerir e recomendar mudanças envolvendo a política da FICAI na escola. A primeira questão foi: “Quais melhorias você sugere para aprimorar o uso da FICAI na sua escola?”, obtendo os seguintes retornos dos profissionais:

Figura 12 – Sugestões de melhorias para o aprimoramento do uso da FICAI

Maior integração entre os órgãos da rede de proteção, com retorno mais ágil e efetiva das ações encaminhadas; capacitações e incentivos periódicos para a equipe escolar; acompanhamento mais próximo da rede estadual de ensino, com orientações claras e suporte técnico; fortalecimento da visão intersetorial do processo, para que todos compreendam que a evasão e a infrequência não são apenas questões pedagógicas, mas também sociais e protetivas.

Procurar um meio de melhor acesso, no caso de colocar as ações, providências e trâmites. Ou seja um meio mais rápido e eficaz.

Atuação efetiva dos órgãos que compõem a rede de proteção (como o Conselho Tutelar).

Sem sugestões

Acredito que teria que existir a retenção e acabar com a recomposição ou criar mais critérios pra realizá-la.

Fonte: Google forms a partir da pesquisa de campo

As sugestões apresentadas pelos participantes apontam fortemente para a necessidade de uma atuação mais integrada e ágil da rede de proteção. Grande parte das respostas destaca que o principal caminho para aprimorar o uso da FICAI envolve o fortalecimento do retorno dos órgãos externos (especialmente Conselho Tutelar, Ministério Público e assistência social), uma vez que a lentidão e a baixa resolutividade desses setores comprometem a efetividade do processo.

Surgem também demandas por maior suporte técnico, capacitações e acompanhamento pela rede estadual de ensino, indicando que a escola sente falta de orientações claras e contínuas para a execução da política. Outras contribuições mencionam a necessidade de modernização dos trâmites operacionais e a revisão das políticas de progressão e recomposição, percebidas como fatores que influenciam a cultura da frequência.

No conjunto, as sugestões revelam que a melhoria do uso da FICAI depende menos da escola e mais do fortalecimento da articulação intersetorial e da oferta de suporte institucional.

Por fim, a 19ª pergunta do questionário investigou: “Que sugestões você daria para fortalecer a Busca Ativa e reduzir a evasão?”:

Figura 13 – Sugestões para fortalecer a Busca Ativa e reduzir a evasão escolar

Ampliar o diálogo com as famílias, proporcionar rodas de conversa, para compreender as causas das ausências e construir soluções conjuntas; desenvolver estratégias para que o ambiente escolar se torne mais acolhedor e significativo para o aluno; mais atuações intersetoriais; desenvolver um monitoramento mais preventivo antes que o aluno se afaste totalmente; ter mais projetos motivacionais e de protagonismo estudantil, que valorizem o aluno e o mantenham engajado no ambiente escolar.

Trabalhar com a base que é a família!

Interesse e participação das famílias.

Resposta acima

Fonte: *Google forms* a partir da pesquisa de campo

As sugestões apresentadas pelos participantes reforçam que o fortalecimento da Busca Ativa e a redução da evasão escolar dependem primordialmente de uma aproximação mais efetiva entre escola e famílias, destacada em todas as respostas analisadas. Os profissionais apontam a necessidade de ampliar o diálogo, compreender as causas das ausências e construir soluções de forma conjunta, o que evidencia a centralidade da corresponsabilidade familiar no enfrentamento da infrequência.

As respostas também ressaltam a importância de intensificar as ações intersetoriais, de forma que a escola não atue isoladamente, e de promover um ambiente escolar mais acolhedor, preventivo e significativo. Além disso, sugerem o desenvolvimento de projetos motivacionais e de protagonismo estudantil, capazes de fortalecer os vínculos e engajar os jovens no cotidiano escolar. Esses elementos indicam que a Busca Ativa só se torna efetiva quando articulada a práticas pedagógicas, psicossociais e intersetoriais que coloquem o estudante no centro do processo e reforcem seu pertencimento à escola.

6.3 Análise geral da pesquisa

Em síntese analítica, os resultados obtidos por meio das 19 questões revelam um panorama complexo, porém coerente, sobre a execução da Busca Ativa, a utilização da FICAI e a atuação das equipes pedagógica e psicossocial no enfrentamento da infrequência e evasão escolar. A análise geral evidencia que a escola possui um engajamento significativo no monitoramento dos estudantes, realizando ações sistemáticas e progressivas antes de formalizar registros na FICAI – como contato direto com as famílias, acolhimento psicossocial, aconselhamento dos alunos e tentativas de mediação interna. Entretanto, mesmo com tais esforços, os dados demonstram que persistem obstáculos estruturais, sociais e intersetoriais que ultrapassam a governabilidade da instituição.

Em primeiro lugar, verificou-se que desestrutura familiar, ausência de rotina, vulnerabilidade socioeconômica e desmotivação escolar são os fatores de risco mais recorrentes entre os estudantes em situação de infrequência. Essa predominância confirma o caráter multidimensional da evasão, conforme discutem Arroyo (2012) e Dardot & Laval (2016): a permanência escolar depende de condições sociais e materiais que se constituem para além do espaço escolar. Em sintonia com Charlot (2002), os dados revelam que muitos jovens se afastam não apenas fisicamente, mas subjetivamente da escola, rompendo aquilo que o autor denomina “vínculo de sentido”.

Apesar desses desafios, os participantes reconhecem de forma unânime a relevância das equipes pedagógica e psicossocial, indicando que seu trabalho é essencial para prevenir afastamentos, identificar sinais precoces de risco, acolher estudantes e mediar conflitos. Essa percepção alinha-se à concepção freireana de educação como prática de cuidado, diálogo e humanização (Freire, 1996), e reforça a compreensão de Cury (2002; 2013) sobre a necessidade de coordenação institucional para assegurar o direito à educação. As equipes são vistas como o núcleo articulador do processo, responsáveis pela mediação entre escola, família e comunidade.

Contudo, a análise evidencia que a efetividade da FICAI, embora reconhecida por alguns, é percebida majoritariamente como burocrática e pouco resolutive. A maioria dos participantes afirma que, após o registro no sistema, não há retorno consistente do Conselho Tutelar ou do Ministério Público, o que compromete a continuidade das ações e reforça a sensação de isolamento da escola diante do

problema. Esse achado corrobora a literatura sobre redes vinculares (Naschold, 2003), indicando que a lógica intersetorial não se concretiza na prática, resultando em uma fragmentação que enfraquece a proteção integral. Assim, a FICAI cumpre um papel administrativo de registro e organização, mas não avança plenamente como ferramenta de responsabilização compartilhada.

Outro dado relevante refere-se à percepção do diálogo limitado com as famílias, com metade dos participantes classificando-o como pouco colaborativo. Esse distanciamento aparece na maioria das respostas abertas e se expressa tanto pela dificuldade de contato e constantes trocas de números telefônicos quanto pela baixa adesão das famílias às ações escolares. Tal fragilidade compromete diretamente a permanência dos estudantes, já que, como aponta Freire (1996), nenhuma prática educativa se sustenta sem participação ativa dos sujeitos que dela fazem parte.

Ainda assim, as respostas revelam experiências pontuais de sucesso, sobretudo quando ocorreram articulações mais firmes com a Promotoria de Justiça, ações de recomposição de aprendizagem bem conduzidas e intervenções psicossociais mais longas. Esses casos mostram que, quando há alinhamento entre família, escola e rede externa, a reintegração é possível, mas depende de uma combinação rara de fatores.

Por fim, as sugestões apresentadas pelos participantes convergem para um mesmo eixo: Fortalecer a articulação intersetorial, ampliar o diálogo com as famílias, qualificar o uso da FICAI e aprimorar as políticas institucionais relacionadas à frequência e progressão escolar. Há demanda clara por maior presença, agilidade e comprometimento dos órgãos da rede de proteção, assim como por estratégias escolares que reforcem senso de pertencimento e motivação dos estudantes.

Dessa forma, os resultados demonstram que a escola atua com compromisso, intencionalidade e sensibilidade, mas enfrenta limites estruturais, familiares e intersetoriais que dificultam a consolidação da permanência escolar como direito. A Busca Ativa funciona, porém, a despeito da rede externa, e não com ela. A eficácia do processo, portanto, depende de políticas mais amplas, que integrem educação, assistência social, saúde e justiça em torno de um projeto comum de proteção.

Assim, a pesquisa confirma que o enfrentamento da evasão exige uma abordagem integrada, dialogada e coletiva, reafirmando o papel da escola como espaço de cuidado e mediação, mas também evidenciando que ela não pode, sozinha, responder a todas as dimensões que atravessam a vida dos estudantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou a implementação da Busca Ativa no ensino médio, com foco no uso da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI) na Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, em Rondonópolis-MT, buscando compreender como esse instrumento se materializa no cotidiano escolar e em que medida suas práticas e fluxos contribuem (ou limitam) a permanência dos estudantes.

A investigação integrou análise documental, pesquisa bibliográfica e aplicação de questionários, permitindo articular dimensões legais, institucionais e subjetivas que atravessam o fenômeno da infrequência e da evasão. Importa destacar que a opção metodológica por ouvir prioritariamente os profissionais da escola decorreu da centralidade desses sujeitos na operacionalização da política, sem prejuízo de que pesquisas futuras incorporem as vozes dos estudantes e das famílias.

A análise documental realizada, contemplando Constituição Federal, ECA, LDBEN, normativas estaduais e diretrizes da Busca Ativa Escolar/UNICEF, evidenciou que o arcabouço jurídico brasileiro apresenta fundamentos consistentes para a garantia da permanência escolar. As normativas reconhecem a corresponsabilidade do Estado, da família e da sociedade, reafirmando a educação como direito público subjetivo. No entanto, verificou-se que a materialização desses dispositivos legais na prática da escola depende de condições institucionais, estruturais e intersetoriais que ainda não se consolidam de maneira satisfatória. Assim, a distância entre o prescrito e o realizado confirma que a efetividade da política não se esgota no cumprimento burocrático das normativas, mas exige fluxos responsivos, diálogo entre instituições e processos contínuos de acompanhamento.

Os resultados empíricos revelam que os profissionais escolares reconhecem a importância da Busca Ativa para o enfrentamento da evasão, compreendendo-a como ação necessária e alinhada às responsabilidades legais da escola. Ao mesmo tempo, indicam que a FICAI, embora indispensável como ferramenta de registro e comunicação, apresenta fragilidades operacionais, instabilidade tecnológica e devolutivas lentas por parte da rede de proteção. Em muitos casos, o registro formal não resulta em retorno efetivo do estudante nem em encaminhamentos céleres, reproduzindo questões já apontadas em pesquisas como as de Roos (2017) e Duarte (2017). Tais limitações revelam que a política, para alcançar impacto real, depende

de articulações mais estruturadas entre escola, Conselho Tutelar, Ministério Público, CRAS/CREAS e demais órgãos corresponsáveis.

Outro achado relevante diz respeito aos chamados “alunos de corredor”, estudantes que permanecem fisicamente na escola, mas desvinculados simbolicamente do processo educativo. Essa condição corrobora a perspectiva de Charlot (2002), ao indicar que a permanência escolar não se reduz à presença física: exige sentido, pertencimento e vínculo. A evasão, portanto, deve ser compreendida como processo gradual e multifatorial, antecedido pela perda de vínculos pedagógicos, pelo desinteresse e pela ausência de reconhecimento simbólico.

A equipe psicossocial emerge como elemento central na busca pela permanência escolar, desempenhando funções de acolhimento, mediação e articulação externa. Contudo, a sobrecarga de demandas, a insuficiência de profissionais e a complexidade dos casos atendidos fazem com que ações preventivas sejam limitadas. Essa realidade reflete a contradição estrutural das políticas educacionais em contextos vulneráveis: espera-se que a escola responda a problemas sociais amplos, sem a ampliação proporcional de recursos humanos e materiais.

No que se refere às Redes Vinculares Comunicativas (Naschold, 2003; 2007; 2012; 2017), o estudo evidencia que os vínculos entre escola, família e comunidade são frágeis, descontínuos e atravessados por barreiras objetivas (como tempo, escolarização, condições socioeconômicas) e subjetivas (como desconfiança institucional e histórico de distanciamento). A ausência desses vínculos compromete a efetividade da Busca Ativa, uma vez que o retorno e a permanência do estudante não se sustentam sem rede afetiva, corresponsabilidade e diálogo entre os sujeitos que o circundam.

Os profissionais participantes reconhecem a evasão escolar como fenômeno multidimensional, marcado por desigualdades históricas que atravessam a vida dos jovens, conforme analisado por Arroyo (2012; 2013). Assim, apontam que as ações escolares precisam ir além do controle de frequência, incorporando práticas pedagógicas humanizadoras, contextualizadas e comprometidas com a escuta, o acolhimento e a reinserção significativa dos estudantes.

Diante dos achados, recomenda-se: (a) revisar e padronizar os fluxos intersetoriais da FICAI, definindo prazos e responsabilidades de cada órgão destinatário; (b) ampliar a equipe psicossocial, garantindo condições para atuação

preventiva e não apenas reativa; (c) instituir protocolos de comunicação e corresponsabilidade entre escola, família e rede de proteção; (d) aperfeiçoar a plataforma digital da FICAI, minimizando instabilidades e aprimorando a rastreabilidade das notificações; (e) promover ações pedagógicas que fortaleçam vínculos simbólicos e a sensação de pertencimento dos estudantes; e (f) reconhecer, nas políticas públicas, a complexidade dos territórios escolares, evitando modelos padronizados que não dialogam com realidades locais.

A pesquisa também aponta caminhos para estudos futuros: comparações entre escolas de diferentes contextos socioespaciais; inclusão de estudantes e famílias como participantes diretos; investigações sobre impacto quantitativo da FICAI; análises aprofundadas sobre condições de trabalho das equipes psicossociais; e estudos sobre como vínculos afetivos e comunitários influenciam a permanência escolar.

Em síntese, demonstrou-se que a Busca Ativa possui potencial transformador, mas sua eficácia depende de articulação intersetorial, infraestrutura adequada, fortalecimento de vínculos e ações pedagógicas que reconheçam a complexidade da vida juvenil. A escola se reafirma como espaço crucial na garantia do direito à educação, mas não pode atuar isoladamente. A evasão escolar, compreendida como expressão de desigualdades estruturais, exige respostas coletivas, contínuas e integradas entre Estado, escola, famílias e comunidade.

Por fim, esta pesquisa reafirma que garantir a permanência escolar não é apenas uma tarefa técnica, mas um compromisso ético com a vida dos jovens. Cada estudante que retorna à sala de aula — ou que deixa de abandoná-la — representa uma vitória silenciosa contra a desigualdade, a desesperança e a ruptura de futuros.

A Busca Ativa, com todas as suas fragilidades, mostra que a escola insiste, resiste e se reinventa para não perder seus jovens para a invisibilidade. Que este trabalho possa, de algum modo, fortalecer essa luta cotidiana e reafirmar que, quando a escola se recusa a desistir de um estudante, ela não está apenas cumprindo uma política pública: está reafirmando a potência transformadora da educação e a possibilidade de que o futuro, mesmo nos territórios mais vulneráveis, ainda pode ser tecido com dignidade, pertencimento e esperança.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete (Org.). **Exclusão escolar**: razões e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

ARAUJO, Cristiane Ferreira de. **A evasão na educação profissional de nível técnico**: um estudo realizado com base na trajetória escolar e no depoimento do aluno evadido. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais. Universidade de Taubaté. Taubaté, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Imagens quebradas**: trajetórias e tempos de alunos e mestres. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Ofício de mestre**: imagens e autoimagens. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BALL, Stephen. **Educação, globalização e reforma educacional**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BALL, Stephen. **A micropolítica da escola**: ideologia e poder na organização escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

BALL, Stephen. Políticas educacionais e a lógica do mercado: competitividade e performatividade. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 94, p. 1103-1124, 2005.

BALL, Stephen. Políticas educacionais, globalização e cidadania cosmopolita. In: APPLE, Michael; BALL, Stephen; GANDIN, Luiz Armando (Orgs.). **Políticas educacionais e a política da pesquisa**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 173-189.

BALL, Stephen. Políticas educacionais, sociologia e teoria crítica: o ciclo de políticas e a teoria da interpretação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, n. 2, p. 10-32, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BIANCHI, Eglê. **A mediação nas relações escola-família**: contribuições da psicologia. São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Homologa a Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, nos termos do**

Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. **Homologa a Resolução CNS nº 510, de 7 de abril de 2016, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano.** Porto Alegre: Artmed, 1996.

BRUSTOLIN, Karen. **Evasão escolar:** ações governamentais e a negação do acesso e permanência no ensino médio no Brasil no período de 2016 a 2019. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2022.

BUCCO, Elisangela Baldo. **A evasão nas escolas estaduais de ensino médio de Rondonópolis-Mato Grosso:** uma análise dos condicionantes socioculturais e pedagógicos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Frederico Westphalen, 2023.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Catálogo de Teses e Dissertações.** Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Juventudes e ensino médio:** sentidos e expectativas. Brasília: Liber Livro, 2010.

CARVALHO, Roseli. **A dimensão psicossocial da educação:** desafios e possibilidades na escola pública. São Paulo: Cortez, 2019.

CHARLOT, Bernard. **A experiência escolar dos alunos:** entre o vivido, o pensado e o instituído. São Paulo: Cortez, 2001.

CHARLOT, Bernard. **O que é aprender na escola.** São Paulo: Contexto, 2002.

CÓRDOVA, Ana Paula Batista. **Evasão e infrequência escolar na educação infantil em uma escola pública municipal do interior do estado de São Paulo.** Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Educação. Centro Universitário Adventista de São Paulo. Engenheiro Coelho, 2023.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, Ana Maria Alves de Almeida. **Evasão em escolas estaduais de Fortaleza:** (des)caminhos no cotidiano institucional. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2022.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação**: fundamentos da educação escolar no Brasil. Campinas: Papirus, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação**: um campo em construção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Sentidos da educação na Constituição Federal de 1988. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 29, n. 2, p. 195-206, maio/ago. 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAYRELL, Juarez. **A escola “faz” as juventudes?** Reflexões a partir de um estudo com jovens de camadas populares em Belo Horizonte. 1996. 184 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996.

DAYRELL, Juarez. Juventude e escolarização: limites e possibilidades. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César Rodrigues; MAIA, Carla Linhares (Orgs.). **Juventudes contemporâneas**: múltiplos olhares. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 13-47.

DENZIN, Norman K. **A Lei de Pesquisa**: uma introdução teórica aos métodos sociológicos. 2. ed. Nova Iorque: Mc Graw-Hill, 1978.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil**: desafios contemporâneos. Brasília: Liber Livro, 2010.

DUARTE, Karen Machado. **As políticas públicas de enfrentamento à infrequência e evasão escolar de crianças e adolescentes no marco jurídico da teoria da proteção integral**: um estudo no município de Santa Maria-RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito. Área de Concentração em Políticas Públicas. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2017.

FALCÃO, Eliete Ribeiro. **A gestão da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI – e a contribuição do serviço social para a garantia do direito à educação**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Centro Universitário La Salle. Canoas, 2014.

FERREIRA, Nadir Zago; OLIVEIRA, Jucilene Souza. Evasão escolar no ensino médio: um desafio para a efetivação do direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 1, p. 115-132, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUIMARÃES, Terezinha Rosa Mendonça. **Evasão escolar e ensino de jovens e adultos no Brasil**: um olhar histórico e psicanalítico da educação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Psicanálise, Saúde e Sociedade. Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. Rondonópolis-MT. 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/rondonopolis.html>. Acesso em: 4 ago. 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar**. Pesquisas estatísticas e indicadores. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 4 ago. 2025.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do Estado do Conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Panorâmica**, v. 33, maio/ago, p. 123-145, 2021.

KRAWCZYK, Nora. Reformas do ensino médio no Brasil: desafios e impasses. **Educação & Sociedade**, v. 35, n. 129, p. 1227-1244, 2014.

LANKSHEAR, Colin; KNOBEL, Michele. **Pesquisa pedagógica**: do projeto à implementação. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LEHER, Roberto. Neoliberalismo, educação e universidade. **Educação e Sociedade**, v. 31, n. 113, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2016.

LÜCK, Heloísa. **Gestão democrática da escola**: conceitos e caminhos. Petrópolis: Vozes, 2009.

MACHADO, Sílvio Nei da Silva; FRITSCH, Rosângela; PASINATO, Darciel. Abandono escolar no contexto da pandemia: desejos, angústias e anseios na fala dos estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Olindo Flores da Silva. **Revista Labor**, v. 2, n. 26, p. 220-241, jul./dez. 2021.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente – FICAI**: orientações técnicas. Cuiabá: SEDUC-MT, 2023a.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. **Manual FICAI Online**. Cuiabá: SEDUC-MT, 2023b.

MATOS, Maria Amélia. Controle experimental e controle estatístico: a filosofia do caso único na pesquisa comportamental. **Ciência e Cultura**, v. 42, n. 8, p. 585-592, 1990.

MÁXIMO, Edília Maria Ribeiro. **A implementação da Busca Ativa/monitoramento da frequência diária do estudante em escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza, como política pública para garantia de permanência dos alunos na escola**. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2021.

MELO, Aline Fabiane de. **Uma análise sobre a evasão escolar no curso técnico em segurança do trabalho do Senai-Londrina**: proposta de ações interventivas. Dissertação de Mestrado. Universidade Norte do Paraná. Londrina, 2018.

MÉNDEZ, E.; SALVADOR, M.; PEREIRA, M. **Educação**: direito de todos. São Paulo: Loyola, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINETTI, Caroline Bordin. **Permanência e evasão escolar no PRONATEC**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo, 2015.

MONTEIRO, Enilson Elias de Castro. **Estudo de caso sobre a evasão em um curso de Teologia à distância**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

NASCHOLD, Ângela. Busca Ativa Escolar e enfrentamento da evasão: desafios e possibilidades no cotidiano da escola pública. In: CAVALCANTI, Lana de Souza; NASCHOLD, Ângela (Orgs.). **Educação pública em tempos de resistência**: políticas, práticas e sujeitos. Goiânia: Ed. da UFG, 2017. p. 113-130.

NASCHOLD, Ângela. O desafio da permanência escolar: vínculos comunicativos entre escola e família. In: ABRAMOWICZ, Anete (Org.). **Exclusão escolar**: razões e propostas. São Paulo: Cortez, 2003.

NASCHOLD, Ângela. Escola e exclusão: o que revela a lógica de pertencimento? In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação e exclusão social**: abordagens sócio-antropológicas. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 81-103.

NASCHOLD, Ângela. Redes vinculares comunicativas: a escola como espaço de construção de vínculos sociais. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio; SILVA, Tomaz Tadeu da (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 59-68.

NOVAES, Regina. **Juventude e contemporaneidade**: novas trilhas e desafios. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

OLIVEIRA, Romualdo; MAGRONE, Tânia. Políticas de inclusão e os desafios da permanência escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 34, n. 93, 2014.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Construir caminhos, pactuando novos horizontes**: desenvolvimento humano no Brasil — Relatório Especial 2023. Brasília: PNUD Brasil, 2023.

RAMOS, Fábio de Oliveira. **Representações de escola por alunos evadidos e reinscritos em turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Universidade de Taubaté. Taubaté, 2013.

RATEKE, Deise. **As contradições em torno do acesso e da permanência de estudantes da classe trabalhadora por meio da implementação da Lei de Cotas nos cursos de Ensino Médio Técnico Integrado do IFSC – Câmpus Florianópolis**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Florianópolis, 2018.

REIS, Willany da Cunha. **A presença de crianças em salas de EJA noturna no semiárido nordestino**: táticas/astúcias de mulheres educandas para permanência e conclusão dos estudos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos. Universidade do Estado da Bahia. Juazeiro, 2017.

RIBEIRO, Karla Rangel. **Estratégias para o enfrentamento da evasão escolar de mães e grávidas adolescentes no município de Campos dos Goytacazes**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2016.

ROOS, Renata Amélia. **A Ficha De Comunicação De Aluno Infrequente como tecnologia de gestão**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

SALVA, Munira Assad. A escola e a escuta da criança e do adolescente. In: NASCHOLD, Ângela; CAVALCANTI, Lana de Souza (Orgs.). **Educação pública em tempos de resistência**. Goiânia: Ed. da UFG, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 16. ed. São Paulo: Autores Associados, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 40. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2001.

SECCON, Thaís Helena de Mello. **O uso de tecnologias educacionais em rede como potencialidade da “FICAI” on-line**: contribuição para garantia do direito à educação da criança e do adolescente no município de Cruz Alta/RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2023.

SILVA, Brígida Navarro Sanches da. **O direito à educação sob a perspectiva do Conselho Tutelar**: uma análise no município de Itaperuna (RJ). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Campos dos Goytacazes, 2021.

SILVA, Marco Aurélio da. **Evasão escolar no ensino médio**: o caso de uma escola estadual do município de Santa Cruz do Sul-RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, 2015.

SOUSA, Marcelo Manoel de. Ações estratégicas para o enfrentamento da evasão escolar. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 2, 2021.

SOUSA, Marcelo Manoel de. **A permanência escolar como política pública**: desafios e perspectivas na educação básica. Brasília: Liber Livro, 2020.

SOUSA, Romenia de. **O jovem, as drogas e a escola**: da condição de adictos à evasão escolar no município de Aparecida de Goiânia. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades. Universidade Estadual de Goiás. Anápolis, 2018.

SUANNO, Juarez Henrique. Educação como prática social com justiça social: um olhar criativo, complexo e transdisciplinar. **Revista Polyphonía**, Goiânia, v. 32, n. 1, p. 86-99, 2021.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Busca Ativa Escolar**: estratégia para garantir o direito de toda criança e adolescente à educação. Brasília: UNICEF, 2019.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Busca Ativa Escolar**: metodologia e instrumentos para enfrentar a exclusão escolar no Brasil. Brasília: UNICEF, 2017.

VALLE, Marcos José. Globalização, neoliberalismo e políticas públicas educacionais no Brasil. **Revista Intersaberes**, Curitiba, ano 5, n. 9, p. 92-115, jan./jun. 2010.

VITELLI, Raquel; FRITSCH, Rosângela. Políticas públicas e enfrentamento da evasão escolar. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 20, 2016.

VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA (SEDUC-MT)**CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA**

A Senhora

Jéssyca Kelly Castro Campos

Secretária Adjunta de Gestão Educacional (SAGE)

Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso

Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, Quadra 01, Lote 05, Setor A, Centro Político

Administrativo, Cuiabá-MT, Brasil

Assunto: **Apresentação da pesquisa e solicitação de autorização condicionada**

Apresenta-se o projeto de pesquisa intitulado “A estratégia da busca ativa no ensino médio: um estudo sobre a Ficha FICAI como instrumento de combate à evasão escolar em Rondonópolis-MT”.

Este estudo tem como objetivo analisar a implementação da Busca Ativa como estratégia para a garantia do direito à educação no ensino médio, investigando seu impacto na redução da evasão escolar e na permanência dos estudantes, a partir da utilização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI).

Pretende-se investigar o papel da Busca Ativa como política pública na identificação e acompanhamento de estudantes em risco de infrequência e evasão, bem como avaliar a contribuição das equipes psicossociais e dos instrumentos de monitoramento, especificamente a Ficha FICAI, na promoção da permanência escolar.

As informações a serem oferecidas para a pesquisadora serão arquivadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante e após a pesquisa, será garantido o anonimato dos sujeitos envolvidos e de outras informações que a instituição julgue necessário.

A pesquisa será coordenada pela pesquisadora responsável Dayana Pereira Cordeiro, sob a supervisão da pesquisadora orientadora, Profa. Dra. Jaqueline Moll,

sendo a proposta de projeto de pesquisa previamente apresentada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (CEP/URI).

Para tanto, respeitosamente solicito a Vossa Senhoria, conforme modelo sugerido em anexo (Declaração de Anuência Institucional), a emissão de autorização para realização da pesquisa, respeitando a legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil, das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, e regulamentações correlatas.

_____, ____ de _____ de 2025.

Dayana Pereira Cordeiro
Pesquisadora responsável

APÊNDICE B – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA (ESCOLA PROFESSORA ELIZABETH)

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

A Senhora

Queila Maria dos Santos Batista Quirino

Diretora de Escola

Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães

Rua Carlos Pereira Barbosa, nº 68, Jardim Atlântico, Rondonópolis-MT, Brasil

Assunto: **Apresentação da pesquisa e solicitação de autorização condicionada**

Apresenta-se o projeto de pesquisa intitulado “A estratégia da busca ativa no ensino médio: um estudo sobre a Ficha FICAI como instrumento de combate à evasão escolar em Rondonópolis-MT”.

Este estudo tem como objetivo analisar a implementação da Busca Ativa como estratégia para a garantia do direito à educação no ensino médio, investigando seu impacto na redução da evasão escolar e na permanência dos estudantes, a partir da utilização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI).

Pretende-se investigar o papel da Busca Ativa como política pública na identificação e acompanhamento de estudantes em risco de infrequência e evasão, bem como avaliar a contribuição das equipes psicossociais e dos instrumentos de monitoramento, especificamente a Ficha FICAI, na promoção da permanência escolar.

As informações a serem oferecidas para a pesquisadora serão arquivadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante e após a pesquisa, será garantido o anonimato dos sujeitos envolvidos e de outras informações que a instituição julgue necessário.

A pesquisa será coordenada pela pesquisadora responsável Dayana Pereira Cordeiro, sob a supervisão da pesquisadora orientadora, Profa. Dra. Jaqueline Moll,

sendo a proposta de projeto de pesquisa previamente apresentada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (CEP/URI).

Para tanto, respeitosamente solicito a Vossa Senhoria, conforme modelo sugerido em anexo (Declaração de Anuência Institucional), a emissão de autorização para realização da pesquisa, respeitando a legislação em vigor sobre ética em pesquisa em seres humanos no Brasil, das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, e regulamentações correlatas.

_____, ____ de _____ de 2025.

Dayana Pereira Cordeiro
Pesquisadora responsável

APÊNDICE C – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (SEDUC-MT)

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, que desempenho a função de _____, na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (Seduc-MT), **AUTORIZO** a pesquisadora responsável Dayana Pereira Cordeiro, sob supervisão da pesquisadora orientadora, Profa. Dra. Jaqueline Moll, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado em Educação, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Frederico Westphalen/RS, a desenvolver a pesquisa intitulada “A estratégia da busca ativa no ensino médio: um estudo sobre a Ficha FICAI como instrumento de combate à evasão escolar em Rondonópolis-MT”.

Para o desenvolvimento da pesquisa acima nominada, autoriza-se o acesso aos dados documentais fornecidos por esta instituição, por meio dos departamentos responsáveis, além da realização de aplicação de questionários com os seguintes sujeitos da pesquisa: _____

a realizar-se de forma *on-line*, por meio de formulário (*google forms*).

A aplicação desses instrumentos de pesquisa tem como finalidade o aprimoramento da pesquisa desenvolvida junto ao curso de Mestrado anteriormente denominado, que tem por objetivo primário analisar a implementação da Busca Ativa como estratégia para a garantia do direito à educação no ensino médio, investigando seu impacto na redução da evasão escolar e na permanência dos estudantes, a partir da utilização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI).

Pretende-se investigar o papel da Busca Ativa como política pública na identificação e acompanhamento de estudantes em risco de infrequência e evasão,

bem como avaliar a contribuição das equipes psicossociais e dos instrumentos de monitoramento, especificamente a Ficha FICAI, na promoção da permanência escolar.

Ciente dos objetivos e metodologia da pesquisa, conforme carta-convite recebida, manifesto concordância ao fornecimento de todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;
- A garantia de solicitação e recebimento de todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após o desenvolvimento da pesquisa;
- A garantia de que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nesta pesquisa;
- A liberdade de retirada de minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma em caso do não cumprimento dos itens dispostos acima.

Ciente de que os resultados provenientes desta pesquisa poderão vir a ser publicados, declaro anuência institucional quanto à sua realização.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE D – DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL (ESCOLA PROFESSORA ELIZABETH)

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, que desempenho a função de Diretor(a), na Escola Estadual Professora Elizabeth de Freitas Magalhães, **AUTORIZO** a pesquisadora responsável Dayana Pereira Cordeiro, sob supervisão da pesquisadora orientadora, Profa. Dra. Jaqueline Moll, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado em Educação, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Frederico Westphalen/RS, a desenvolver a pesquisa intitulada “A estratégia da busca ativa no ensino médio: um estudo sobre a Ficha FICAI como instrumento de combate à evasão escolar em Rondonópolis-MT”.

Para o desenvolvimento da pesquisa acima nominada, autoriza-se o acesso aos dados documentais fornecidos por esta instituição, por meio dos departamentos responsáveis, além da realização de aplicação de questionários com os seguintes sujeitos da pesquisa: _____

a realizar-se de forma *on-line*, por meio de formulário (*google forms*).

A aplicação desses instrumentos de pesquisa tem como finalidade o aprimoramento da pesquisa desenvolvida junto ao curso de Mestrado anteriormente denominado, que tem por objetivo primário analisar a implementação da Busca Ativa como estratégia para a garantia do direito à educação no ensino médio, investigando seu impacto na redução da evasão escolar e na permanência dos estudantes, a partir da utilização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI).

Pretende-se investigar o papel da Busca Ativa como política pública na identificação e acompanhamento de estudantes em risco de infrequência e evasão,

bem como avaliar a contribuição das equipes psicossociais e dos instrumentos de monitoramento, especificamente a Ficha FICAI, na promoção da permanência escolar.

Ciente dos objetivos e metodologia da pesquisa, conforme carta-convite recebida, manifesto concordância ao fornecimento de todos os subsídios para seu desenvolvimento, desde que sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde;
- A garantia de solicitação e recebimento de todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após o desenvolvimento da pesquisa;
- A garantia de que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nesta pesquisa;
- A liberdade de retirada de minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma em caso do não cumprimento dos itens dispostos acima.

Ciente de que os resultados provenientes desta pesquisa poderão vir a ser publicados, declaro anuência institucional quanto à sua realização.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura e carimbo do responsável institucional

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)****Dados de identificação do projeto de pesquisa**

Título do Projeto: A estratégia da busca ativa no ensino médio: um estudo sobre a Ficha FICAI como instrumento de combate à evasão escolar em Rondonópolis-MT

Pesquisadora Responsável: Dayana Pereira Cordeiro

CPF: 066.181.769-56

Pesquisadora Supervisora: Dra. Jaqueline Moll

CPF: 476.456.870-53

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, do projeto de pesquisa “A estratégia da busca ativa no ensino médio: um estudo sobre a Ficha FICAI como instrumento de combate à evasão escolar em Rondonópolis-MT”, de responsabilidade da pesquisadora Dayana Pereira Cordeiro, sob supervisão da pesquisadora orientadora, Profa. Dra. Jaqueline Moll, vinculadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação – Mestrado em Educação, Departamento de Ciências Humanas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI Câmpus de Frederico Westphalen/RS.

Leia cuidadosamente o que segue e questione sobre qualquer dúvida que tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, caso aceite fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade.

Declaro ter sido esclarecido(a) sobre os seguintes pontos:

1. O trabalho tem por finalidade analisar a implementação da Busca Ativa como estratégia para a garantia do direito à educação no ensino médio, investigando seu impacto na redução da evasão escolar e na permanência dos estudantes, a partir da utilização da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI).

2. A minha participação nesta pesquisa consistirá em responder ao questionário proposto, composto de 19 (dezenove) questões, sendo 6 (seis) objetivas (de múltipla escolha) e 13 (treze) subjetivas (descritivas). A previsão de duração é de aproximadamente 50 (cinquenta) minutos, realizada por meio de formulário *on-line* (*google forms*). A partir da data do recebimento, contarei com o prazo de 15 (quinze) dias para responder ao questionário.

3. Durante a execução da pesquisa, em relação aos riscos e possíveis desconfortos ao sujeito da pesquisa, destaca-se o tempo despendido para a concessão da entrevista.

4. Ao participar desse trabalho estarei contribuindo para o aprimoramento de estudos voltados ao papel da Busca Ativa como política pública na identificação e acompanhamento de estudantes em risco de infrequência e evasão, bem como na avaliação da contribuição das equipes psicossociais e dos instrumentos de monitoramento, especificamente a Ficha FICAI, na promoção da permanência escolar.

5. Não terei nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderei deixar de participar ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo.

6. Fui informado e estou ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

7. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente de minha participação no estudo, poderei ser compensado, conforme determinam as Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

8. Meu nome será mantido em sigilo, assegurando assim a minha privacidade, e se eu desejar, terei livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, antes, durante e depois da minha participação.

9. Fui informado que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados poderão ser publicados.

10. Fui informado que restando qualquer dúvida sobre os procedimentos da pesquisa poderei entrar em contato com Dayana Pereira Cordeiro, pesquisadora responsável, pelo telefone (0xx66) 99600-5778 ou pelo e-mail dayana.cordeiro@edu.mt.gov.br; ou, com a pesquisadora supervisora, Profa. Dra. Jaqueline Moll, pelo telefone (0xx51) 99944-3026 ou pelo e-mail

jaquelinemoll@gmail.com; ou, com o Comitê de Ética em Pesquisa da URI, pelo telefone (0xx55) 3744-9200, Ramal 306 ou pelo e-mail cep@uri.edu.br.

Eu, _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ declaro ter sido informado(a) e concordo em participar, como voluntário(a) do projeto de pesquisa acima descrito.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do(a) participante

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO AOS PARTICIPANTES**QUESTIONÁRIO AOS PARTICIPANTES**

Identificação do Participante (Opcional): _____

Função na escola:

- ☐ Coordenador(a) Pedagógico(a)
☐ Psicólogo(a)
☐ Assistente Social
☐ Outro (especificar): _____

Tempo de atuação na escola:

- ☐ Menos de 1 ano
☐ 1 a 3 anos
☐ 3 a 5 anos
☐ 5 anos ou mais

Bloco 1 – Busca Ativa como política pública

1) Como você avalia o papel da Busca Ativa na garantia do direito à educação dos estudantes?

- ☐ Muito relevante
☐ Relevante
☐ Pouco relevante
☐ Irrelevante

2) Na sua percepção, a Busca Ativa tem contribuído para reduzir a evasão escolar no Ensino Médio?

- ☐ Sim
☐ Parcialmente
☐ Não
☐ Não sei responder

3) Descreva brevemente quais os principais desafios que você percebe na execução da Busca Ativa em sua unidade:

4) Quais fatores você percebe como mais recorrentes entre os alunos em risco de evasão?

5) Quais são as medidas executadas pela Escola antes de preencher a FICAI On-line, para obter o retorno do aluno?

Bloco 2 – Uso da FICAI e monitoramento

6) Você utiliza ou tem conhecimento do sistema informatizado da FICAI?

- ☐ Sim, utilizo frequentemente
- ☐ Sim, conheço, mas não utilizo diretamente
- ☐ Não conheço

7) Na sua opinião, a FICAI é:

- ☐ Uma ferramenta que contribui efetivamente para o acompanhamento dos alunos
- ☐ Uma exigência burocrática sem muitos efeitos práticos
- ☐ Uma ferramenta pouco explorada pela escola

8) Quais são, na sua visão, os principais benefícios e as principais dificuldades da utilização da FICAI?

9) Após ter registrado na plataforma FICAI foi constatado um efetivo trabalho pelos órgãos envolvidos Conselho Tutelar e Ministério Público?

Bloco 3 – Ação das equipes pedagógica e psicossocial

10) Na sua percepção, qual é a importância da atuação da equipe pedagógica (coordenadores pedagógicos) e psicossocial (psicólogos, assistentes sociais) no enfrentamento da infrequência e evasão escolar?

- ☐ Muito importante
- ☐ Importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Não é importante

11) De que forma as ações dessas equipes impactam na permanência dos estudantes?

12) Como é feito o acolhimento dos alunos e das famílias em situação de vulnerabilidade?

13) Que estratégias têm sido eficazes na reintegração de estudantes afastados?

14) Como você avalia o apoio da rede de ensino às ações da equipe técnica?

15) De que maneira a escola tem estabelecido diálogo e parceria com os órgãos que compõem a rede de proteção (como o Conselho Tutelar e o Ministério Público) para o acompanhamento dos estudantes em situação de infrequência?

Bloco 4 – Integração escola, família e comunidade (Redes Vinculares Comunicativas)

16) Como você percebe o diálogo entre a escola e as famílias dos estudantes em risco de infrequência?

- ☐ Muito próximo e colaborativo
- ☐ Parcialmente colaborativo
- ☐ Pouco colaborativo
- ☐ Há dificuldades de diálogo

17) Quais são, na sua visão, as estratégias mais eficazes e os maiores desafios para a construção de uma rede colaborativa (fortalecimento de vínculo) entre escola, família e comunidade?

Bloco 5 – Sugestões e recomendações

18) Quais melhorias você sugere para aprimorar o uso da FICAI na sua escola?

19) Que sugestões você daria para fortalecer a Busca Ativa e reduzir a evasão?

Agradecemos imensamente sua participação!

Sua contribuição é fundamental para esta pesquisa e para a construção de práticas mais efetivas na garantia do direito à educação.

APÊNDICE G – TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA**TERMO DE COMPROMISSO DA PESQUISADORA**

Eu, Dayana Pereira Cordeiro, inscrita no CPF sob o nº 066.181.769-56, declaro que conheço e cumprirei os requisitos das Resoluções nº 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa intitulada “A estratégia da busca ativa no ensino médio: um estudo sobre a Ficha FICAI como instrumento de combate à evasão escolar em Rondonópolis-MT”.

A pesquisadora acima qualificada se compromete a:

- Iniciar a coleta de dados somente após o projeto de pesquisa ter sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos;
- Obedecer às disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo-lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos;
- Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, de modo a proteger suas imagens, bem como garantir que não serão utilizadas as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição a que estão vinculadas, respeitando, deste modo, as Diretrizes Éticas da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, nos termos estabelecidos nas Resoluções supracitadas.

Rondonópolis-MT, ____ de _____ de 2025.

Dayana Pereira Cordeiro
Pesquisadora responsável

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO INSTITUCIONAL DO PROJETO FICAI



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

TERMO DE
COMPROMISSO INSTITUCIONAL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, por meio dos Promotores de Justiça **SASENAZY S. DA ROCHA DAUFENBACH** e **MIGUEL SLHESSARENKO JUNIOR**, que esta subscrevem, na defesa da infância e juventude, bem como da educação, e o **ESTADO DE MATO GROSSO**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**, representado pela **Sra. ROSA NEIDE SANDES DE ALMEIDA**, assistida pela assessoria jurídica, doravante chamada de **COMPROMITENTE**, nos autos do Procedimento Preparatório 14/2011 (Geap nº 000478-002/2011), com o objetivo instituir em todas as escolas estaduais de Mato Grosso o **projeto FICAI – FICHA DE COMUNICAÇÃO DE ALUNO INFREQUENTE/INDISCIPLINADO/INFRATOR**, para atender ao que preconizam os artigos 205 e 227 da Constituição Federal, o artigo 56 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e os artigos 5º, § 1º, inciso III, e 12, ambos da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), bem como diante da evidente **repercussão estadual**, celebram o presente **COMPROMISSO INSTITUCIONAL**, tendo como **intervenientes/interessados** a UNDIME/MT - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Mato Grosso, por meio de seu presidente Sirineu Moletta; UNCME/MT - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, por meio de seu presidente Maridilva Oliveira e Silva; CEE/MT - Conselho Estadual de Educação, por meio de seu presidente Aguinaldo Garrido; bem como do CDECA/MT - Conselho Estadual do Direito da Criança e do Adolescente, por meio de seu presidente Benildes Aureliano, nos seguintes termos:

Considerando a grande ocorrência de infrequência/abandono escolar, atos de indisciplina e atos infracionais nas dependências das escolas da rede estadual de ensino, sob a gestão administrativa da Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, sem que os profissionais da educação possam tomar atitudes em tais situações;

Considerando que a relação estabelecida entre o adolescente (em razão de sua infrequência/abandono/indisciplina/ato infracional) e a escola merece atenção especial, pois é fundamental para o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas ao amparo social e educacional do aluno, possibilitando uma atuação preventiva, direcionada à solução eficiente dos problemas detectados;

Considerando o lançamento da campanha de **combate ao BULLYING** pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, por meio do projeto Justiça nas Escolas, com a elaboração de Cartilha de orientação em 2010, e que esta se apresenta como causa ou consequência diretamente relacionado ao tema infrequência/abandono/indisciplina/ato infracional dos alunos na rede estadual de ensino de Mato Grosso;

Considerando a necessidade de atuação imediata e preventiva da Direção da escola estadual para identificar, orientar e prevenir a prática de BULLYING eventualmente



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

relacionado à infrequência/abandono/indisciplina/ato infracional do aluno, assumindo a responsabilidade pela manutenção da harmonia no ambiente escolar e integridade ampla de seus alunos, comunicando imediatamente ao Conselho Tutelar e à Delegacia de Polícia os casos mais graves e violentos de bullying para preservação de responsabilidades;

Considerando que eventuais sanções educacionais a serem aplicadas aos alunos das escolas estaduais por infrequência/abandono/indisciplina/ato infracional necessitam de previsão e regulamentação no regimento interno da escola, mediante procedimento simplificado disciplinar, com a participação imprescindível do aluno e dos pais ou responsáveis, preservando-se o contraditório e a ampla defesa;

Considerando que a Resolução nº 02/2009 do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso, em seu artigo 55, § 5º preceitua que a transferência compulsória somente será admitida no Sistema Educacional de Ensino, após a equipe escolar esgotar todas as possibilidades de permanência do educando na escola;

Considerando que os casos de comportamento irregular e indisciplina apresentados pelos alunos devem ser apreciados na esfera administrativa e pedagógica da escola, aplicando as sanções previstas no regimento escolar ou, esgotadas as possibilidades administrativas desta, **em último caso**, encaminhados ao Conselho Tutelar;

Considerando que a responsabilidade por ato infracional é independente da consequência na área administrativa escolar, um adolescente infrator que cometeu ato infracional grave na Escola, será responsabilizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das sanções disciplinares a serem impostas pela Escola. Entretanto, se o ato for de indisciplina (e não ato infracional) praticado por criança ou adolescente, a competência para apreciá-lo é da própria escola;

Considerando que em qualquer circunstância, quer seja em relação ao ato infracional, quer seja em relação ao ato de indisciplina/infrequência/abandono, a escola deve ter presente o seu caráter educativo/pedagógico, e não apenas o autoritário/punitivo;

Considerando que, em qualquer hipótese, os pais ou responsável pela criança ou adolescente deverão ser notificados e orientados, bem como deverão acompanhar todo procedimento disciplinar, podendo juntamente com seus filhos interpor os recursos administrativos cabíveis (conforme Art. 53, parágrafo único, e art. 129, inciso IV, ambos da Lei n.º 8.069/90, bem como Art.12, incisos VI e VII, da Lei n.º 9.394/96);

DA INFREQUÊNCIA E/OU ABANDONO ESCOLAR

CLÁUSULA 1ª. A COMPROMITENTE se obriga a promover todas as medidas necessárias para determinar que o professor(a) da rede estadual de ensino regente da turma ou disciplina que constatar o abandono e/ou a infrequência reiterada do(a) aluno(a) pelo período de 01 (uma) semana, 05 (cinco) dias consecutivos, e/ou 25% (vinte e cinco por cento) do total da carga horária do bimestre, deva preencher, no mesmo dia (data limite), a **FICHA**



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

DE COMUNICAÇÃO DE ALUNO INFREQUENTE (FICAI), entregando-a à Direção ou Equipe Diretiva da Escola, devendo a mesma ser objeto de discussões, na primeira reunião administrativa ou pedagógica que se seguir à comunicação, na busca de alternativas de soluções, sendo registrado em ata os encaminhamentos a serem seguidos;

Parágrafo 1º - A Direção ou Equipe Diretiva da Escola deverá entrar em contato imediatamente com os pais ou responsáveis do aluno e, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis, diligenciará no sentido de promover o retorno à assiduidade do(a) aluno(a), valendo-se de equipe interdisciplinar, quando disponível no Município (psicóloga, assistente social, psicopedagoga), registrando todos os encaminhamentos efetivados na FICAI.

Parágrafo 2º - A Direção ou Equipe Diretiva deverá encaminhar ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) nomes e situações de alunos(as) evadidos(as) e usualmente infrequentes. Ainda, trabalhar com este órgão da escola e temática evasão, dentro dos aspectos legais e educacionais do tema.

Parágrafo 3º - A Escola, por intermédio de seus órgãos, deverá chamar os pais ou responsáveis pelos alunos(as) evadidos(as) e/ou infrequentes, mostrando-lhes seus deveres para com a educação dos(as) filhos(as).

Parágrafo 4º - A Escola, por intermédio do Conselho Escolar (CDCE) ou do Círculo de Pais e Mestres (CPM), em parceria com a associação de moradores, centros comunitários, Igrejas, e demais organizações comunitárias e sociais, criará estratégias para visitas domiciliares, reuniões, palestras e outros mecanismos destinados aos alunos, pais ou responsáveis que não atenderem ao seu chamado.

Parágrafo 5º - Caso a família do (a) aluno(a) evadido(a) e/ou infrequente não seja encontrada, a Escola deverá informar-se junto aos vizinhos, da localização da mesma, procurando o endereço de amigos ou parentes, esgotando os recursos para encontrá-lo (a).

Parágrafo 6º - Ao término do prazo de 10 (dez) dias úteis, esgotados os recursos cabíveis e, não sendo localizado o(a) aluno(a) ou não voltando a frequentar a Escola, a Direção ou Equipe Diretiva deverá encaminhar a 1ª e 3ª vias da FICAI, com a síntese dos procedimentos adotados e efetivados, ao Conselho Tutelar do Município.

Parágrafo 7º - A Escola deverá manter a 2ª via da FICAI para consulta e atualização de registros, remetendo a 1ª via desta, após recebê-la do Conselho Tutelar ou do Ministério Público, para a Secretaria Estadual de Educação, para fins estatísticos e encaminhamentos.

Parágrafo 8º - Deverá o Conselho Tutelar, dentro de suas atribuições legais (artigo 136 da Lei nº 8.069/90 - ECA) e no período de 10 (dez) dias úteis, diligenciar para que a situação deste(a) aluno(a) seja resolvida, adotando as medidas que entender cabíveis.

Parágrafo 9º - Obtendo êxito, registrará na FICAI, envia a 1ª via da FICAI à escola, com as anotações das providências adotadas e arquiva-se a 3ª via.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Parágrafo 10º - Não obtendo êxito neste prazo, o Conselho Tutelar encaminhará a 1ª via da FICAI ao Ministério Público (Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da respectiva Comarca), informando a Escola acerca do encaminhamento dado na mesma data e permanece com a 3ª via onde serão registrados os resultados obtidos pelo Ministério Público.

Parágrafo 11º- O Ministério Público recebendo a 1ª via da FICAI, adotará medidas que entender adequadas, buscando o retorno do(a) aluno(a) à Escola, notificando-se os pais, ou o responsável, e o(a) aluno(a) para audiência ou outra diligência.

Parágrafo 12º - Obtendo êxito, comunicará ao Conselho Tutelar e devolverá a FICAI à escola.

Parágrafo 13º - Não obtendo êxito, o Ministério Público poderá promover a responsabilidade dos pais ou responsável perante a Vara da Infância e Juventude (art. 249 do ECA), ou a Vara Criminal (art. 246 do CP), registrando na FICAI eventual ajuizamento ou arquivamento, devolvendo a FICAI à escola, comunicando-se o Conselho Tutelar.

CLÁUSULA 2º. Fica estabelecido que a Secretaria Estadual de Educação promoverá o retorno do aluno e sua permanência na série/ano/ciclo para a continuidade dentro do ano letivo em curso e no ano subsequente até atingir a frequência mínima estabelecida pela LDB/96, com vistas à promoção e reclassificação para série/ano/ciclo subsequente.

Parágrafo Único – A Secretaria Estadual de Educação deverá elaborar proposta pedagógica fundamentada no princípio da inclusão, princípio dos conteúdos e metodologia e princípio da avaliação formativa.

DA INDISCIPLINA ESCOLAR

CLÁUSULA 3ª. O(a) professor(a) regente da turma ou disciplina que constatar comportamento indisciplinado do(a) aluno(a), contínuo ou eventual, de forma injustificada, deverá preencher, no mesmo dia (data limite), a **FICHA DE COMUNICAÇÃO DE ALUNO INDISCIPLINADO (FICAI)**, entregando-a à Direção ou Equipe Diretiva da Escola, devendo a mesma ser objeto de discussões, na primeira reunião administrativa ou pedagógica que se seguir à comunicação, na busca de alternativas de soluções, sendo registrado em ata os encaminhamentos a serem seguidos.

Parágrafo 1º - A Direção ou Equipe Diretiva da Escola deverá entrar em contato imediatamente com os pais ou responsáveis do aluno e, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias, diligenciará no sentido de promover a normalidade no comportamento do(a) aluno(a), valendo-se de equipe interdisciplinar (psicóloga, assistente social, psicopedagoga), registrando todos os encaminhamentos efetivados na FICAI.

Parágrafo 2º - A Direção ou Equipe Diretiva deverá encaminhar ao Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE) nomes e situações de alunos(as) sob disciplina escolar. Ainda, trabalhar com este órgão da escola a temática disciplina, dentro dos aspectos legais e educacionais do tema. *P* *BR*

[Assinaturas manuscritas]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

Parágrafo 3º - A Escola, por intermédio de seus órgãos, deverá chamar os pais ou responsáveis pelos alunos(as) indisciplinados, mostrando-lhes seus deveres para com a educação dos(as) filhos(as).

Parágrafo 4º - A Escola, por intermédio do Conselho Escolar (CDCE) ou do Círculo de Pais e Mestres (CPM), em parceria com a associação de moradores, centros comunitários, Igrejas, e demais organizações comunitárias e sociais, criará estratégias para visitas domiciliares, reuniões, palestras e outros mecanismos destinados aos alunos, pais ou responsáveis que não atenderem ao seu chamado.

Parágrafo 5º - Caso a família do (a) aluno(a) indisciplinado não seja encontrada, a Escola deverá informar-se junto aos vizinhos, da localização da mesma, procurando o endereço de amigos ou parentes, esgotando os recursos para encontrá-lo (a).

Parágrafo 6º - a Direção da escola estadual deverá cuidar para que qualquer infração disciplinar possivelmente aplicável ao aluno esteja prevista em Regimento Interno, mediante procedimento administrativo disciplinar, com a participação do aluno e dos seus pais ou responsável legal, preservando-se o contraditório e a ampla defesa;

Parágrafo 7º - Ao término do prazo máximo de 30 (trinta) dias, esgotados os recursos cabíveis e, não sendo localizado o aluno(a) ou não comparecendo os pais, e/ou não voltando a normalidade comportamental, e em se tratando de infração disciplinar grave (equiparável a ato infracional), a Direção ou Equipe Diretiva deverá encaminhar a 1ª via da FICAI, com a síntese dos procedimentos adotados e efetivados, ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso – Promotoria de Infância e Juventude da Comarca.

Parágrafo 8º - O Ministério Público recebendo a 1ª via da FICAI, adotará medidas que entender adequadas, notificando-se os pais, ou o responsável, e o(a) aluno(a) para audiência ou outra diligência.

Parágrafo 9º - Obtendo êxito, comunicará e devolverá a FICAI à escola.

Parágrafo 10 - Não obtendo êxito, o Ministério Público poderá promover a responsabilidade dos pais ou responsável perante a Vara da Infância e Juventude (art. 249 do ECA) ou a Vara Criminal (art. 246 do CP), registrando na FICAI eventual ajuizamento ou arquivamento, devolvendo a FICAI à escola, comunicando-se como de estilo.

DO ATO INFRACIONAL

CLÁUSULA 4ª. O(a) professor(a) regente da turma ou disciplina que constatar prática de ATO INFRACIONAL por aluno(a), deverá preencher, no mesmo dia (data limite), a **FICHA DE COMUNICAÇÃO DE ALUNO INFRATOR (FICAI)**, entregando-a à Direção ou Equipe Diretiva da Escola, devendo a mesma ser objeto de discussões, na primeira reunião administrativa ou pedagógica que se seguir à comunicação, na busca de alternativas de soluções, sendo registrado em ata os encaminhamentos a serem seguidos, sendo certo que a



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

ficha deverá tramitar diretamente entre Escola e o Ministério Público sendo desnecessário o encaminhamento desta ao Conselho Tutelar.

Parágrafo Único – Após encaminhamento da FICAI ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso – Promotoria de Infância e Juventude da respectiva Comarca, a qual se dará pelo prazo máximo de 48 horas a contar do preenchimento (fato ocorrido), a Direção ou Equipe Diretiva da Escola poderá adotar, se o caso exigir e recomendar, as diligências dos parágrafos 1º a 5º da CLAUSULA 1ª deste instrumento.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 5ª. Deverá a Secretaria Estadual de Educação garantir e fornecer, para o funcionamento da FICAI, profissionais da Educação integrantes da rede Pública, a fim de viabilizar capacitação e acompanhamento de todo o processo desencadeado em todas as instâncias até a sua resolução, inclusive no que toca ao corpo discente do ensino médio desempenhado e ofertado nos limites do Estado de Mato Grosso, correndo as eventuais despesas na execução do presente compromisso, quanto à rede estadual, por conta da dotação orçamentária da SEDUC.

Parágrafo 1º – Deverá a Secretaria Estadual de Educação disponibilizar vagas em seus programas sociais e culturais, para os alunos sob acompanhamento decorrente da aplicação deste instrumento.

Parágrafo 2º - A Secretaria de Estado de Educação se compromete a manter um coordenador do programa FICAI em cada Município do Estado de Mato Grosso, preferencialmente o assessor pedagógico da SEDUC, que será o responsável pela operacionalização, fiscalização e gestão local, bem como adaptações às peculiaridades locais;

Parágrafo 3º - a Secretaria Estadual de Educação se compromete a orientar a direção de todas as escolas estaduais para que estas formalizem e regulamentem em seu respectivo Regimento Interno, a previsão de procedimento administrativo para apurar atos de indisciplina de alunos, legitimando, dessa forma, decisões que envolvam a aplicação de sanções escolares aos alunos em razão de infrequência/abandono/indisciplina/ato infracional.

Parágrafo 4º - para a melhor eficiência e agilidade na comunicação e registro das Fichas de comunicação a Secretaria Estadual de Educação poderá utilizar de todos os meios digitais disponíveis nas escolas da rede estadual de ensino (registro em meio digital, comunicação via e-mail, etc.);

CLÁUSULA 6ª. Ficam instituídas a FICAI - Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente/Indisciplinado/Infrator, conforme modelos constantes do ANEXO I, que fazem parte integrante deste, cabendo às instituições signatárias adicionar suas respectivas identificações.

CLÁUSULA 7ª. O presente acordo vigorará a partir de janeiro de 2012, por prazo indeterminado, em que cada membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

com atribuição sobre o tema e os demais envolvidos (Direção das escolas estaduais, Conselhos Tutelares e Assessorias pedagógicas) avaliarão a necessidade de realização de PALESTRAS EXPLICATIVAS E DE CONSCIENTIZAÇÃO nas unidades escolares abrangidas, bem como de CURSO DE CAPACITAÇÃO.

CLÁUSULA 8ª. Em cada Comarca e nos demais Municípios de abrangência territorial da respectiva Promotoria de Justiça, o membro do Ministério Público realizará TERMO DE ADESÃO ao presente compromisso junto aos respectivos Conselhos Tutelares, sem prejuízo de ampliação à rede municipal de ensino, mediante ratificação expressa.

CLÁUSULA 9ª. A fiscalização do presente compromisso será feita pelo Ministério Público Estadual, pelos Conselhos Tutelares, Assessorias Pedagógicas, bem como pelas Associações e Entidades interessadas.

O presente compromisso tem eficácia plena desde a data de sua assinatura, valendo todas as suas obrigações como título executivo extrajudicial (obrigação de fazer), na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei nº. 7.347/85 e do artigo 585, II e VIII, do CPC.

Por estarem assim combinados, firmam o presente compromisso, em 03 (três) vias, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Cuiabá/MT, 13 de setembro de 2011.

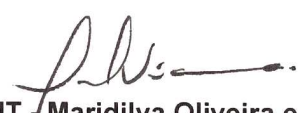

MIGUEL SHESSARENKO JUNIOR
Promotor de Justiça

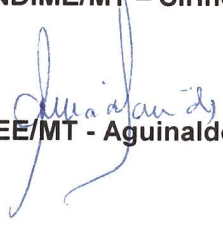

SASENAZY S. DA ROCHA DAUFENBACH
Promotora de Justiça

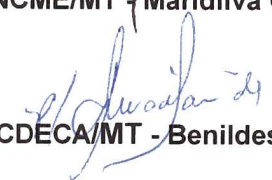

ROSA NEIDE SNDES DE ALMEIDA
Secretária Estadual de Educação

Dr. JOACIR JOSÉ CARVALHO
Assessoria Jurídica/SEDUC


UNDIME/MT - Sirineu Moletta


UNCME/MT - Maridilva Oliveira e Silva


CEE/MT - Aguinaldo Garrido


CDECA/MT - Benildes Aureliano



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

FICHA DE ALUNO INFREQUENTE/INDISCIPLINADO/INFRATOR – FICAI

1. ESCOLA

NOME: _____

ESTADUAL ()

MUNICIPAL ()

PRIVADA ()

ENDEREÇO: _____

MUNICÍPIO: _____

TELEFONE: _____

2. ALUNO (A)

IDADE: _____

NOME: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____

FILIAÇÃO: _____

E _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO _____

MUNICÍPIO: _____

TELEFONE: _____

PONTO DE REFERÊNCIA: _____

NOME E ENDEREÇO DE OUTRAS REFERÊNCIAS (parentes e vizinhos)

3. O ALUNO (A) NO CONTEXTO ESCOLA

3.1. Na Sala de Aula:

SÉRIE/TURNO/TURMA: _____

DATAS DAS FALTAS: _____

NOME DO PROFESSOR: _____

DATA DA COMUNICAÇÃO: ____/____/____

OBSERVAÇÕES DO PROFESSOR (interação do aluno com a turma, com o professor, hipóteses para as faltas):

3.2 Providências da Orientação Escolar:

3.3 Providências da Equipe Diretiva:

CONTATOS COM A FAMÍLIA (data; instrumentos utilizados – recado, telefonema, visita domiciliar, entrevista na escola, outros; responsável pelos contatos):

MOTIVOS IDENTIFICADOS PARA AS FALTAS:

Dific. Aprendizagem () Está trabalhando ()

Envolvimento com drogas () Falta de transporte ()

Resistência do aluno () Doença ()

Prob. de relac. Escolar ()

Distorção idade/série ()

Carência material ()

Outros: _____

PROCEDIMENTOS DA ESCOLA FRENTE AOS MOTIVOS IDENTIFICADOS (entrevista com os familiares, encaminhamentos para a rede de atendimento, encaminhamento da situação de violação de direitos ao Conselho Tutelar, plano de recuperação de frequência e aproveitamento, dentre outros):

Flávia



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
Núcleo de Defesa da Cidadania da Capital
8ª Promotoria de Justiça Cível

Missão: Defender o regime democrático, a ordem jurídica e os interesses sociais e individuais indisponíveis, buscando a justiça social e o pleno exercício da cidadania.

3.4 RETORNO DO ALUNO À ESCOLA EM: ____/____/____

ASS. DO DIRETOR(A): _____

4. NO CASO DO ALUNO NÃO RETORNAR À ESCOLA:

4.1. REGISTRO DE CONHECIMENTO DA ESCOLA E ENCAMINHAMENTO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

ENCAMINHADO EM: ____/____/____

ASS. DO DIRETOR(A): _____

4.2. ENCAMINHAMENTO DA FICAI AO CONSELHO TUTELAR EM: ____/____/____ Assinatura do Conselheiro(a) Tutelar: _____

5. NO CONSELHO TUTELAR: Recebimento em: ____/____/____ Ass: _____

5.1. PROCEDIMENTOS EFETUADOS PELO CONSELHO TUTELAR (datas + meios de contato com a família: entrevista, visita domiciliar; medidas protetivas e aos pais – artigos 101 e 129 do ECA - aplicadas):

5.2 ALUNO RETORNOU À ESCOLA: DEVOLUÇÃO DA FICAI EM: ____/____/____ Ass: _____

5.3. ALUNO NÃO RETORNOU À ESCOLA:- Encaminhamento ao CREAS/CRAS para elaboração de plano de trabalho com estratégias de trabalho com as crianças, os adolescentes e suas famílias, constando compromissos e recursos disponibilizados para atender às necessidades detectadas e desenvolver potencialidades em: ____/____/____

5.4. ENCAMINHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO EM: ____/____/____ Ass: _____

6. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (datas + audiência, solicitações de serviços junto à rede de atendimento, ajuizamento de ação, dentre outros):

6.1. ALUNO RETORNOU À ESCOLA:

ARQUIVAMENTO/DEVOLUÇÃO À ESCOLA E COMUNICAÇÃO AO CONS. TUTELAR EM: ____/____/____

6.2. ALUNO NÃO RETORNOU A ESCOLA:

PROVIDÊNCIAS: _____

AJUIZADA AÇÃO (CÍVEL/CRIMINAL) EM: ____/____/____

ASSINATURA DO(A) PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA: _____

Fls. 11